ELÓI MARTINS SENHORAS
VINICIUS MODOLO TEIXEIRA
(organizadores)



GEOGRAFIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Um tributo a Claudete de Castro Silva Vitte

EDITORA

2022

GEOGRAFIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Um tributo a Claudete de Castro Silva Vitte

GEOGRAFIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Um tributo a Claudete de Castro Silva Vitte

ELÓI MARTINS SENHORAS
VINICIUS MODOLO TEIXEIRA
(organizadores)

BOA VISTA/RR
2022

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Rita de Cássia de Oliveira Ferreira

Capa
Abinadabe Pascoal dos Santos
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Rita de Cássia de Oliveira Ferreira

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Se9 SENHORAS, Elói Martins; TEIXEIRA, Vinicius Modolo (organizadores).

Geografia e Relações Internacionais: Um tributo a Claudete de Castro Silva Vitte. Boa Vista: Editora IOLE, 2022, 165 p.

Série: Geografia. Organizador: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-996306-3-7
https://doi.org/10.5281/zenodo.5831433

1 - Claudete de Castro Silva Vitte. 2 - Geografia. 3 - Geopolítica. 4 - Relações Internacionais
I - Título. II - Senhoras, Elói Martins. III - Geografia. IV - Série

CDD – 320.12

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores.



EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadaspara um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e da *práxis* em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capilarização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(Editor Chefe)

Copyright © Editora IOLE
2022

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO | 09

CAPÍTULO 1 |
Crítica ao Pensamento Geopolítico de Segundo Rosa Storni:
A Ambiguidade entre a Cooperação e o Armamentismo 13

CAPÍTULO 2 |
Guerra Híbrida e a Geopolítica no Século XXI 37

CAPÍTULO 3 |
Geohistória dos Conflitos na América do Sul 61

CAPÍTULO 4 |
Desigualdades Sociais, Violência e Insegurança Territorial na América Latina e Caribe 99

CAPÍTULO 5 |
As Relações entre os EUA e a América Andina sobre Narcotráfico: Análise das Assistências em Segurança nas Gestões de Barack Obama (2009-2016) e Donald Trump (2017-2020) 131

SOBRE OS AUTORES | 157

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Os adjetivos são oportunos para expressar a grandiosidade de uma substantiva vida no mundo das ideias, não obstante, quando se trata da qualificação da matriarca do pensamento hibridizado da Geografia das Relações Internacionais, Claudete de Castro Silva Vitte, eles sejam limitados no tempo e no espaço para expressar a sua importância como intelectual, razão pela qual apresentamos este livro em sua homenagem.

Destarte, este livro tem o objetivo de prestar um tributo em vida à brilhante professora e pesquisadora, Dra. Claudete de Castro Silva Vitte, por meio de um singelo esforço coletivo de seus orientandos, os quais se inspiram na intelectual e em sua figura humana para apresentarem um dialógico debate temático à luz da Geografia e das Relações Internacionais.

A trajetória desta mulher, mãe e profissional é um inspirador exemplo de como a vida pode ser construída com integridade, a despeito do caminho nem sempre ser linear ou receptivo ou auspicioso, uma vez que sua força se manifesta por palavras e ações construtivas que, sem perder a delicadeza, abrem firme caminho nos complexos campos de poder das lutas diárias, mantendo a delicadeza

Em função do privilégio de termos sido e continuarmos sendo abrilhantados pela sua inspiradora presença em nossas vidas acadêmica e profissional, compartilhamos uma série de reflexões temáticas às áreas da Geografia e das Relações Internacionais, tomando como referência os ensinamentos da relevância da multidisciplinaridade, do respeito à alteridade e da pluralidade teórica-metodológica para avançarmos na produção do conhecimento científico.

Estruturada em cinco capítulos, a presente obra possui uma natureza exploratória, descritiva e explicativa quanto aos fins e uma abordagem qualitativa quanto aos meios que se fundamenta em um conjunto de pesquisas que direta ou indiretamente passaram pela influência do olhar, escrita ou diálogo com Claudete de Castro Silva Vitte, em sua epistêmica atuação científica, propulsora de novos olhares por meio da funcional interação entre a Geografia e as Relações Internacionais.

Em nome de todos os autores envolvidos nos processos de pesquisa e escrita apresentados nesta obra e na construção coletiva de uma agenda de estudos temáticos sobre Geografia e Relações Internacionais em diferentes estados brasileiros, desejamos uma ótima leitura e vida longa e próspera àquela que é inspiração, sabe apoiar e se tornou fonte de virtudes, verdadeira mestra: Claudete de Castro Silva Vitte!

Elói Martins Senhoras

Vinicius Modolo Teixeira

(organizadores)

CAPÍTULO 1

Crítica ao Pensamento Geopolítico de Segundo Rosa Storni:
A Ambiguidade entre a Cooperação e o Armamentismo

CRÍTICA AO PENSAMENTO GEOPOLÍTICO DE SEGUNDO ROSA STORNI: A AMBIGUIDADE ENTRE A COOPERAÇÃO E O ARMAMENTISMO

Marcos Antônio Fávaro Martins

O objetivo do presente trabalho é delimitar e analisar uma ambiguidade central no pensamento do geopolítico argentino segundo Rosa Storni: que é o dilema entre a cooperação ou o conflito da Argentina com o Brasil e o Chile. Como é relativamente comum nas formulações de caráter geopolítico, a concepção storniana da *"Argentina Insular"* possui ambiguidades, e uma delas é a que diz respeito a política de defesa. Nesse particular, o discurso do autor oscila entre uma política de defesa que enquadra Brasil e Chile como inimigos potenciais da Argentina, política essa inspirada no conceito do *Two Powers Standard* britânico, e um vislumbre discreto quanto à possibilidade de cooperação entre os Estados do Cone Sul, onde o setor naval deveria ser a chave para uma política de cooperação entre os Estados do Cone Sul.

Tal ambiguidade ganhou em importância com o tempo, uma vez que ela derivou duas interpretações opostas da concepção original: na década de 1970, a dimensão militarista de suas ideias influenciou a ditadura militar argentina (1976-1983) em sua política hostil no entorno estratégico (CHILD, 1985); na primeira década do século XXI o governo dos Kirchners retomam Storni, lançando a última edição do livro de Storni *"Intereses argentinos em el mar"* em 2009. A nova edição do livro contou com o prefácio de Nilda Garré (2009), então ministra da defesa.

No prefácio do novo livro, Garré, colocou Storni como um teórico da integração da América Latina, visão esta que nos parece arbitrária, mas que deve ser analisada.

Na discussão de nossos resultados, o leitor encontrará uma explanação sobre a concepção geopolítica de Storni dentro de seu contexto histórico. Este tópico estará dividido em quatro seções: a primeira descreve a concepção geopolítica da "Argentina insular", a segunda analisa o contexto histórico que o autor escreveu sua obra, a terceira analisa suas ideias militares e a quarta parte as suas ideias integracionistas.

METODOLOGIA

O presente trabalho é o resultado parcial de uma pesquisa bibliográfica e documental ainda em andamento. Ao delimitar a ambiguidade do pensamento storniano em termos de política de defesa nós cumpriremos uma etapa importante da nossa pesquisa, que discute as diferentes interpretações feitas da concepção da "Argentina Insular" pela ditadura instaurada no país em 1976 e pelos governos Kirchners (2003-2015), que republicaram a obra de Storni em 2009.

Para a confecção do presente trabalho, foram usadas duas edições do livro "Intereses Argentinos en el Mar" – a de 1967 e a de 2009. Isso foi feito porque a edição de 1967 não foi alterada em seu conteúdo, enquanto a edição de 2009 teve importantes trechos retirados, em uma situação que pode ser caracterizada como de abuso editorial. Tal feito, tem significado político, uma vez que foram retirados os trechos que Storni se posiciona sobre a questão da ocupação britânica das Malvinas. Nesse sentido, o prefácio escrito por Nilda Garré, então ministra da defesa de Cristina Kirchner

constitui um documento importante e foi por nós enquadrada como uma fonte primária.

REFERENCIAL TEÓRICO

A noção organizadora do trabalho é aquela de "Concepção geopolítica" que é a forma que as elites políticas concebem a configuração e os objetivos territoriais de seu Estado. Tal noção é uma derivação do conceito de Gramsci de "Concepção de mundo" (*Weltanchauugen*) que é o conjunto de valores formulados pelos intelectuais à serviço das elites dominantes como elementos de representação e organização da realidade. Para Gramsci, é da natureza das elites políticas difundir a sua concepção de mundo para as classes subalternas, objetivando o domínio das mesmas por meio do controle das ideias e dos valores. Se essa difusão chegou a um estado pleno a ponto das massas estarem completamente permeadas pelos valores de suas elites, então tem-se a partir daí o fenomeno da *hegemonia* (GRAMSCI, 1984).

Tal entendimento serve para o objeto em questão, uma vez que Storni pensou em sua concepção geopolítica como um elemento de organização da sociedade argentina, defendendo que tal concepção deveria ser conteúdo da educação básica nas escolas argentinas.

Segundo Alberto Ciria (1975) a sociedade argentina da época de Storni era uma sociedade fragmentada, na qual a ideologia política se mesclava e se confundia com interesses corporativos de diferentes instituições, fato que foi responsável por sérios danos ao sistema político nacional, promovendo uma sequência de ditaduras relativamente curtas e extremamente violentas a partir das décadas de 1930. Assim, instituições como o Exército, a Igreja Católica, o

partido comunista e a Marinha de Guerra atuavam como forças políticas autônomas, arregimentando frações da sociedade em torno de suas convicções políticas e rivalizando com partidos formalizados como a *"Unión Civica Radical"* e, mais tarde, o "Partido justicialista". Tal quadro de se acentuou no segundo pós guerra com a fragmentação de grupos tradicionais como o exército e o próprio radicalismo (SIRKIS, 1982).

Em trabalho anterior (FÁVARO MARTINS, 2016) nós apontamos que boa parte dos grupos políticos da Argentina do entreguerras possuíam concepções geopolíticas próprias, a maioria delas de caráter continental.

O conceito de "*partido político"*, segundo as definições de Antônio Gramsci (1891-1937), é especialmente valioso para a compreensão do pensamento storniano. Dizemos isso porque o pensamento geopolítico compõe uma episteme altamente pragmática, cuja primeira preocupação é se converter em um projeto político.

Gramsci define partido político como todo grupo político, não necessariamente institucionalizado, que vai lutar pelo domínio do aparelho estatal e pela universalização de suas ideias dentro da sociedade (GRAMSCI, 1984, p. 06). Para chegar a este patamar de dominância (que é a hegemonia) os partidos políticos formulam construções teóricas destinadas a organizar a sociedade.

Em Gramsci (1984, p. 26), temos a descrição dos três elementos que compõe o partido político, como sintetizamos a seguir:

1. Um elemento difuso, de homens comuns, médios, cuja participação é oferecida pela disciplina e pela fidelidade, não pelo espírito criador e altamente organizativo (...) Eles constituem uma força na

> medida em que existe algo que os centraliza, organiza e disciplina; mas na ausência dessa força eles se dispersariam e anulariam numa poeira impotente (...).
>
> 2. O elemento de coesão principal, que centraliza no campo nacional, que torna eficiente e poderoso um conjunto de forças que, abandonadas a si mesmas, representariam zero ou pouco mais; este elemento é dotado de uma força altamente coesiva, centralizadora e disciplinadora e, também, talvez por isso, inventiva (...).
> 3. Um elemento médio, que articule o primeiro com o segundo elemento, colocando-os em contato não só com o "físico", mas moral e intelectual.

O conceito de *partido político* é adequado no nosso entender, primeiro porque a Argentina estava dividida em grupos políticos organizados e, em segundo lugar, esses grupos possuíam *intelectuais* que formulavam concepções teóricas para a organização territorial do Estado.

Segundo os elementos apresentados na citação acima, pode-se apontar e discutir obras da Geopolítica argentina que, pelo seu pioneirismo ou pela sua difusão deram origem a uma escola teórica como também reapresentou o elemento intelectual de grupos políticos com pretensões hegemônicas, naturalmente, a concepção storniana é uma delas[1]. Transpondo a citação de Gramsci para o nosso objeto de estudo teríamos o seguinte cenário:

[1] A produção geopolítica argentina é rica e de difícil mapeamento e discussão. Diferente do Brasil, onde a Geopolítica de século XX esteve prioritariamente vinculada ao cículo militar, na Argentina essa produção se deu de maneira fragmentada e quase caótica. Sobre a diverside do pensamento geopolítico argentino, nós recomendamos a tese de metrado da professora Norma Breda dos Santos, *"Funções das teorias geopolíticas: algumas reflexões críticas sobre o caso argentino"* (1985).

1. A sociedade argentina seria o *"elemento difuso, de homens comuns"* de quem nos fala Gramsci. Tal sociedade seria arregimentada e organizada principalmente pela educação pública. É importante observar que a Argentina do período era o segundo país do mundo que mais recebia imigrantes, imigrantes estes que precisavam ser incorporados à população nacional, daí o grande valor que se dava para a instrução pública como política de Estado;
2. *"O elemento de coesão principal"* as instituições, que no caso é a ARA e cuja *Weltanschauungeen* foi formulada por Segundo Rosa Storni na forma da concepção geopolítica marítima;
3. Os elementos médios são o oficialato da ARA, os políticos, cientistas e burocratas que cuidaram do aprimoramento e da difusão da concepção geopolítica marítima.

Assim, ao propor a transformação da sociedade em uma talassocracia (ou seja, uma sociedade marítima), Storni entendeu que tal proposta exigia a participação de outros grupos da sociedade que não fossem a ARA, como é o caso da escola pública, da universidade, do poder legislativo e dos ministérios. Isso torna a ARA uma instituição com um projeto para o país que só pode triunfar a partir do convencimento de outros grupos que também disputam o poder e que tem na obra de Storni uma ferramenta de universalização de ideias.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a consecução do nosso objetivo, é necessário apresentar ao leitor as linhas gerais do pensamento storniano bem como o

contexto no qual ele está inserido. Assim sendo o presente tópico está dividido em quatro subseções: as duas primeiras tratam da apresentação da concepção storniana e no contexto histórico que ela esteve inserida; a terceira e quarta seções exploram, respectivamente, as ideias militaristas e integracionistas embutidas na concepção em tela.

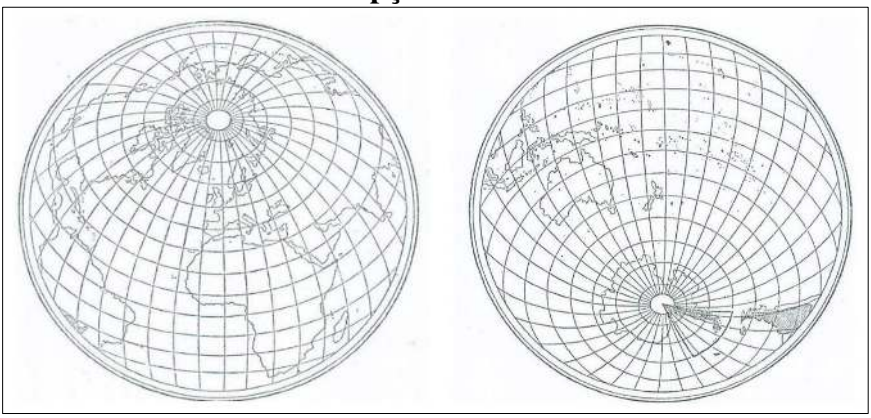
I. As ideias de Storni: a concepção geopolítica da "Argentina insular"

Do ponto de vista da construção da concepção geopolítica, o autor vai ser influenciado pelas ideias de Friedrich Ratzel e, principalmente de Alfred Mahan (STORNI, 1967). Storni, assim como Mahan (MAHAN, 2007), concebe que o domínio dos mares é um pré-requisito para que um país se torne uma grande potência.

A concepção geopolítica storniana faz uso da projeção cartográfica descontinuada de *Beythien*, onde o mundo foi representado em dois hemisférios: o hemisfério continental (formado por Europa, África e Ásia) e o hemisfério insular (formado pela Oceania). Nessa representação particular do mundo, as Américas apareciam como uma espécie de linha de demarcação, ficando o Atlântico como elo vital de comunicações para o centro do sistema, que era o continente europeu (Figura 1). Assim, a Argentina apareceria, do ponto de vista estratégico, como um bastião de defesa das comunicações entre o Atlântico Sul e o Pacífico Sul. Do ponto de vista econômico a Argentina era fornecedora de víveres para a Europa, o que vinculava o país mais a Europa do que às Américas e colocava o domínio do Atlântico Sul como ponto de sobrevivência (Figura 2).

Dessa concepção Storni derivou um projeto de organização territorial e de reforma social, ao entender que toda a sociedade argentina deveria se dedicar à manutenção do poder marítimo nacional. As ideias militares eram em larga medida amparadas por ideias sociais mais amplas, que envolviam transformação econômica, a colonização da Patagônia e até um projeto educacional. Neste trabalho trataremos apenas de suas ideias militares especialmente em sua ambiguidade em relação à integração da América Latina.

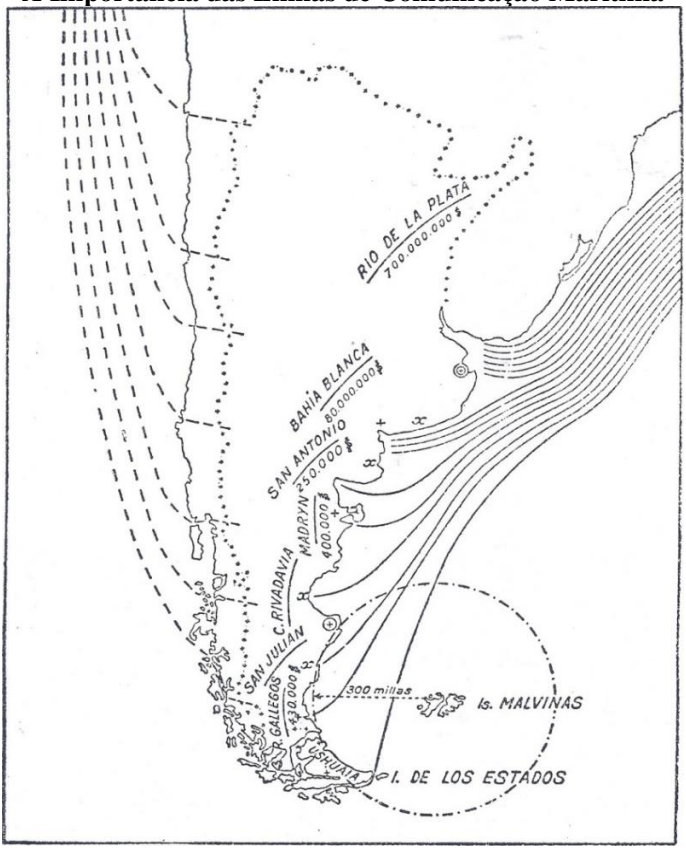
Figura 1 – Posição da Argentina
Dentro de uma Concepção de Mundo Bi-Hemisférica



Fonte: STORNI (1967, p. 27-28).

Nota: Storni encontrou na projeção de Beythien a melhor representação para a sua cosmovisão: O planisfério representa, em sua primeira seção o "Hemisfério Continental" (Eurásia e África); na segunda seção está representado o "Hemisfério Insular" (Oceania). Por essa perspectiva, as Américas formam um eixo de divisão dos dois hemisférios, onde a Argentina e o Chile aparecem como guardiões da passagem do Atlântico para o Pacífico.

Figura 2 – A Argentina no Contexto Regional:
A Importância das Linhas de Comunicação Marítima



Fonte: STORNI (1967, p. 35).

Nota: O mapa representa a concepção da "Argentina insular". Em destaque temos o projeto de colonização da Patagônia por meio da fundação de "Capitais portuárias", que são cidades que deveriam ser fundadas na foz de cada rio navegável da Patagônia, que escoariam via navegação de água doce as riquezas produzidas no interior de cada bacia hidrográfica. Tal projeto dava protagonismo para a navegação de cabotagem e ecluia as ferrovias do projeto de colonização. No plano da defesa nacional, tem destaque as linhas de comunicação marítima (LCM), que passam pelo território brasileiro, onde são ameaçadas pela esquadra baseada no Rio de Janeiro. A opção de saída pelo Pacífico é obstruída não apenas pelas difíceis condições de navegação dos canais do sul, mas também pela influência militar que a esquadra Chilena tem no Pacífico Sul. Essa disposição faz o autor ter uma consciência de cerco estratégico, que matizam seu pensamento militar. No mapa também se observa a influência da presença militar britânica nas Malvinas: apesar de considerar a projeção naval britânica para a Patagônia, Storni em momento nenhum reinvindica a posse das ilhas para o Estado Argentino.

É importante dizer que, diferente dos autores nacionalistas da década de 1930[2] (IRAZUSTA; IRAZUSTA, 1934), Storni não contesta a supremacia britânica nos mares e não concebe a Argentina como uma potência mundial: a Argentina deveria consolidar sua posição regional por meio da projeção marítima, em um esforço que combinava o aprimoramento da marinha de guerra, a construção e desenvolvimento de uma marinha mercante, a colonização da Patagônia e a dissuasão do Brasil e do Chile no cenário estratégico.

II. O contexto das ideias

Na transição do século XIX para o XX a Argentina possuía relações especiais com a Grã-Bretanha. Por ser o principal cliente das mercadorias primárias da Argentina e por ser a potência dominante desde o começo do século XIX, a Grã-Bretanha possuía forte influência ideológica sobre a Argentina. No contexto nacional argentino, a marinha de guerra era o grupo que melhor incorporava os valores liberais britânicos, dada a importância da *Royal Navy* para a doutrina militar que a ARA adotava (CIRIA, 1975).

Assim sendo, o pensamento geopolítico de Storni vai ser influenciado pelo liberalismo inglês de século XIX (GUGLIALMELLI, 1978) e pelo navalismo britânico, grande influenciador das suas ideias propriamente militares.

O ano de 1916, ano que Storni lançou ao público a sua concepção geopolítica, marca uma sequência de transições da vida

[2] Uma das marcas daquilo que se convencionou chamar de "Nacionalismo argentino" foi o sentimento anti-britânico. Neste particular, tem destaque a obra dos irmãos Rodolfo e Julio Irazusta que junto com outros intelectuais, como Leopoldo Lugones (1874-1938) deram corpo ao pensamento nacionalista de direita. Sobre o assunto, nós recomendamos as pesquisas de José Luis Bendicho Beired *"Sob o signo da nova ordem. Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)"* de 1999 e, principalmente, o artigo "*"A grande Argentina": um sonho nacionalista para construção de uma potência na América Latina"* (2001).

política argentina. Do ponto de vista doméstico, acontece as primeiras eleições de sufrágio universal, onde sai vitorioso para o executivo federal Hipólito Yrigoyen (1852-1933), da União Cívica Radical (UCR), primeiro partido de massas a chegar ao poder na Argentina. A ascensão da UCR reverberou em profundas transformações da política nacional, na medida que as massas passaram a ter maior participação política e o país passou a caminhar para transformações sociais profundas passando, pouco a pouco a ser uma sociedade urbana e industrial (CIRIA, 1975).

A ascensão da UCR também acarretou em profunda desestabilização da política, com o movimento conspiratório das oligarquias, a intrusão de novas ideologias no cenário político e a maior ocorrência de movimentos de ruas promovidas pelas massas, movimentos esses que eram, muitas vezes, violentos (SIRKIS, 1982; CIRIA, 1975). A Argentina passaria por uma fase de golpes de Estado que duraria até a década de 1980 e, a partir da década de 1960, a economia argentina começaria a conhecer a decadência, até o país deixou de ser o mais rico da América Latina.

Essa sequência de razões, somada ao fato da concepção da "Argentina insular" possuir concorrentes de natureza continental[3], deu as ideias de Storni um alcance modesto, ainda que a delimitação do mar territorial argentino (território compreendido pela plataforma continental) permaneceu como um legado de sua obra para o Estado. Nesse sentido a Argentina foi um dos primeiros países a reivindicar

[3] Em pesquisa anterior (FÁVARO MARTINS, 2016), nós diagnosticamos que, na primeira metade do século XX, coexistiam na Argentina a concepção insular storniana e a concepção continental que, de natureza expansionista, almejava a construção de uma "Grande Argentina" em um projeto de restauração da estrutura territorial do Vice-reinado do Rio da Prata. A concepção continental era muito mais difundida e permeava vários grupos, tanto da direita como da esquerda. Já citamos, em nota anterior, os intelectuais de direita, onde tiveram protagonismo os irmãos Irazusta e Leopoldo Lugones. Muito melhor sistematizado que estes eram as concepções da UCR, onde se destaca o diplomata Horacio Carrillo (1876-1954) e Arturo Jauretche (1901-1974).

seus limites marítimos e a promover essa discussão na sociedade internacional (ARGENTINA, s/d).

Do ponto de vista internacional, deve-se dizer que a comunidade latino-americana de Estados passava por transformações, principalmente no Cone Sul. A transição do século XIX para o século XX foi marcada por rivalidade acirrada, herança das contradições do processo de formação de Estados, que só havia se consolidado na segunda metade do século XIX. Tal rivalidade tinha na corrida armamentista seu principal signo, corrida esta que endividava os Estados e que duraria até a segunda metade do século XX.

Contudo, já na primeira década do século XX, havia uma comunidade de políticos e diplomatas que trabalhavam pela paz, em um movimento pouco próspero, mas que contribuiu para a estabilização da tensão internacional na região.

Nesse sentido, em 1902 foi firmado "Os pactos de maio" entre a Argentina e o Chile, que estabelecia o processo de redução de armamentos pelo método de paridade. Tal acordo não foi aprovado pelo poder legislativo chileno e definhou. Em 1915 em consequência da intervenção militar dos EUA no México (BANDEIRA, 2003), Argentina, Brasil e Chile firmaram o "Pacto do ABC" (Sigla para Argentina, Brasil e Chile) que estabelecia a não agressão entre os três maiores Estados do Cone Sul e lançava as bases para a cooperação em caso de agressões por parte dos Estados de capitalismo central. Tal pacto foi denunciado por Yrigoyen em 1917 e teve curta duração. Em 1933, por conta das consequências geopolíticas da Guerra do Chaco (1932-1935) Brasil, Argentina e

Chile firmaram o "Acordo antibélico" que teve ampla adesão, inclusive por parte de Estados fora da América Latina[4].

III. Elementos militaristas do pensamento storniano

Dada a questão da influência ideológica e militar anglo-saxã, Storni foi solidário, em suas formulações, ao império marítimo britânico. Assim sendo, a questão das Ilhas Malvinas não aparecia em seu discurso como um imperativo para política de defesa argentina, aparecendo tal questão até como secundária, em seu pensamento. Para o autor as boas relações entre Argentina com Império Britânico levariam à devolução pacífica das ilhas (STORNI, 1967). No capítulo que se trata da questão das Malvinas, lemos que:

> Para evitar falsas interpretaciones debo manifestar que a mi juicio, la experiencia de un siglo, a partir de 1807, prueba en forma continua la actitud favorable y benevolente del gobierno inglés hacia el pueblo argentino; y que si balanceamos los intereses de orden comercial, podemos ver, con la elocuencia de los números, hasta qué punto está ligada la economía argentina a ese gran foco de cultura y de consumo que se llama el Reino Unido (STORNI, 1967, p. 43-44)[5].

[4] *O "Tratado antibélico de não agressão e conciliação"* teve o objetivo de preservar a paz no Cone Sul (BANDEIRA, 1998). O acordo foi celebrado inicialmente pela Argentina, Brasil e Chile. O novo tratado substituía a arbitragem do pacto do ABC por um sistema de conciliação permanente. O novo acordo foi aberto para Estados fora do Cone Sul, sendo aderido posteriormente – ainda que com restrições – pela Checoslováquia, Colômbia, Bulgária, Equador, Grécia, Iugoslávia, El Salvador, Finlândia, Honduras, Itália, Noruega, Peru, Romênia, e Turquia (RIO DE JANEIRO, 1933).

[5] Esse foi um dos trechos retirados pelos editores do Ministério da Defesa na última edição do *"Intereses argentinos em el mar"* (STORNI, 2009, p. 41). Fica claro que essa castração do texto original põe em evidência a discordância existente entre a visão do autor e a visão dos governos Kirchners a respeito da disputa territoarial com o Reino Unido.

Dessa forma o autor resume o problema militar nacional como uma equação que deve ser resolvida no Cone Sul: Storni não é um autor expansionista e não busca o choque com o Brasil ou com o Chile, mas tem um raciocínio dissuasivo onde a ARA aparece como principal instrumento de poder.

Storni não reivindica mais territórios para a Argentina, e sequer menciona a questão dos territórios Antárticos, questão essa que, na segunda metade do século, vai se mostrar um ponto sensível, nas disputas territoriais com o Brasil, com a Grã-Bretanha e, principalmente, com o Chile.

Tal posição se baseia no princípio do poder marítimo defendido do Mahan, que um Estado não consegue se manter como uma potência marítima se ele possui objetivos territoriais continentais, que o coloque em disputas territoriais permanentes em áreas continentais, como aconteceu com a Holanda no século XVII e com a França entre os séculos XVII, XVIII e XIX (MAHAN, 2007).

Com base nisso Storni propõe o conceito estratégico baseado no *Two Powers Standar*d (STORNI, 1967), conceito esse desenvolvido pela *Royal Navy* na transição dos séculos XIX para o século XX por meio do *Royal Defense Act* de 1889. Baseados em critério quantitativos, o conceito defendia que o número de navios de guerra britânicos deveria ser superior ao número de navios de guerra franceses somados ao número de navios de guerra alemães, fator que promovia a dissuasão de uma hipotética aliança de França e Alemanha. O que Storni fez foi adaptar o conceito para o cenário do Cone Sul: o número de navios de guerra da ARA deveria ser superior à soma dos navios de guerra chilenos e brasileiros.

Ainda que a ARA nunca tenha crescido em número para atender os critérios do *Two Powers Standard*, ela foi, durante anos, a principal instituição naval latino-americana. Segundo Pablo

Lacoste, a ARA chegou a ser, na transição para o século XX, a oitava maior marinha de guerra do mundo, em números absolutos, e a terceira maior, em termos de número de habitantes por vaso de guerra (LACOSTE, 2002).

Tal esforço armamentista condizia com a realidade instável no Cone Sul do começo do século XX, realidade marcada pela corrida armamentista entre os "três grandes" do Cone Sul que eram justamente a Argentina, o Brasil e o Chile (BANDEIRA, 2003).

Storni é, um dos principais teóricos do armamentismo argentino de sua época, ainda que não possa ser classificado como um geopolítico expansionista.

IV. Storni como pensador da integração da América Latina

Constantemente apresentado como um símbolo do liberalismo do século XIX, as ideias de Storni foram retomadas pelos governos Kirchners (2003-2015). Assim, em 2009 o livro de Storni ganhou a sua última edição no ano de 2009 e, antes disso, em 2004 o dia do aniversário do Vice-almirante (16 de julho) foi celebrado como data comemorativa nacional, o *"Día de los Intereses Argentinos en el Mar"*.

No prefácio da edição de 2009 Garré aponta Storni como ideólogo da integração latino-americana o que deve ser relativizado, não apenas por conta de suas ideias militares já apresentadas, mas também pelo forte europeísmo de suas ideias. Para o autor, as forças de sustentação da sociedade argentina estão no comércio de ultramar com a Europa e dos vínculos culturais que o povo argentino tem com o velho continente, o que começou pela colonização hispânica.

Ao apontar Storni como um defensor da integração da América do Sul, Garré comete um exagero e um erro metodológico

de dissociar o autor de seu contexto social, uma vez que a Argentina se põe, desde de os primeiros anos de sua formação como um projeto europeísta (PUIG, 1975). Tal europeísmo, muitas vezes reverberou em uma política de isolamento das grandes questões do hemisfério ocidental, quando não de rivalidade com grandes países americanos como o Brasil e mesmo os EUA (PUIG, 1975). Tal valor está implícito no pensamento do autor, e vez ou outra se manifesta com o desinteresse que o mesmo tem pelos seus vizinhos, como se confere no trecho: "¿Qué tenemos a nuestro alrededor? El mar, o países con los cuales nos *conviene hermanar esfuerzos, pero de los cuales poco podremos recibir*. Así, señores, puede afirmarse que la Argentina lo espera todo por la vía marítima" (STORNI, 1967, p. 29 – destaque nosso).

Contudo, existem trechos do discurso de Storni que defendem a cooperação entre os Estados da América Latina no setor naval. Tais trechos (STORNI, 1967, p. 107-108) se baseiam em três fatores que são confessados pelo autor em sua redação, e que nós descreveremos de forma tópica:

- O primeiro deles reside na vulnerabilidade estratégica de não ter uma marinha mercante e na incapacidade argentina de construir uma marinha mercante própria. Esse seria um fator que tornaria recomendável a cooperação entre Estados Latino-americanos para construir uma marinha mercante conjunta;
- O segundo fator diz respeito ao contexto de violência internacional que Storni escreveu seu livro. *"Intereses argentinos em el mar"* foi escrito em 1916, ou seja, durante Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Vale lembrar que as primeiras batalhas navais da Primeira Guerra ocorreram nas costas da América do Sul (A *"Batalha de Coronel"*, nas costas do Chile, no dia 1 de novembro de 1914; e a *"Batalha das Malvinas"*, no dia 8 de dezembro de 1914). Tais

> incidentes mostraram ao autor a vulnerabilidade das costas sul-americanas no contexto de crise mundial, o que tornava a cooperação entre os Estados latino-americanos recomendável. Da mesma forma a celebração do Pacto do ABC, já citado anteriormente, demonstra a consciência de setores da elite política em relação à ameaça potencial de intervenções militares das grandes potências, consciência que já havia se manifestado com a atuação de Luis María Drago (1859-1921) em 1902, por ocasião do bloqueio naval de Caracas[6];
>
> - Em terceiro lugar, na primeira metade do século XX, o neocolonialismo ainda existia como um fenômeno internacional, e Storni estava consciente que era mais fácil para a Argentina ser uma vítima do neocolonialismo do que uma nação colonizadora (STORNI, 1967, p. 107).

É possível concluir que existe um sentimento americanista no pensamento de Storni, sentimento esse que é amparado por acontecimentos de sua época. Porém, tal sentimento é confuso e rudimentar, além de ser insuficiente para sustentar uma doutrina de integração da América Latina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, concluímos que o vice-almirante Segundo Rosa Storni é um autor ambíguo: ao mesmo tempo que ele enquadra Brasil

[6] Ficou conhecida como "Doutrina Drago" as ações do diplomata Luis María Drago em consequência da intervenção militar na Venezuela, promovida pela Grã Bretanha, Alemanha e Itália em 1902. A intervenção aconteceu por que a Venezuela não conseguiu pagar sua dívida com esses países, de maneira que o bloqueio naval foi uma incursão punitiva de Estados credores. A intervenção promoveu grande comoção na comunidade política em Buenos Aires, uma vez que a Argentina possuia a maior divida externa da América Latina. Drago, enviou correspondência para o presidente Theodore Roosevelt (1858-1919) solicitando que os EUA fossem leais à declaração de Monroe. O conjunto de reclamações de Drago, condena a intervenção militar em países periféricos por causa de dívida.

e Chile como inimigos potenciais da Argentina, ele abre mão do expansionismo territorial e reconhece a importância da cooperação no setor naval dado o contexto mundial violento da segunda década do século XX.

Tal ambiguidade, que nós procuramos delimitar neste trabalho, tem uma importância superlativa, uma vez que dela vão derivar diferentes interpretações do pensamento storniano, seja pela interpretação militarista e expansionista da ditadura militar instaurada em 1976, seja pela interpretação integracionista, feita pelos governos dos Kirchners, na primeira década do século XXI.

Ao enquadrar as ideias do autor dentro do seu contexto histórico, conseguimos diagnosticar a influência do mesmo sobre o seu trabalho. Nesse sentido o contexto internacional é pleno de significado.

Storni vive em uma América do Sul ainda impactada pelos rancores do processo de formação de Estado, que se materializava em uma rede de intrigas internacionais do qual o seu país era o pivô. Ao sustentar reinvindicações em territórios do Brasil e do Chile, Estados que tinham condições territoriais de obstruir as comunicações marítimas argentinas, as autoridades de Buenos Aires não poderiam ignorar as implicações militares de sua política externa, o que obrigava o armamentismo.

Nesse sentido, a ARA possuía importância fundamental, primeiro por que as armas navais era o maior signo de poder entre os Estados da época e, em segundo lugar, por que as características territoriais dos Estados da América do Sul[7] tornavam recomendáveis

[7] Nos referimos a dois aspectos: a insuficiência da infraestrutura viária limita a guerra terrestre, que é conduzida com menor índice de mecanização e com alta dependência dos rios navegáveis, como ficou demonstrado na Guerra da Tríplice Aliança (1964-1870) e na Guerra do Pacífico (1879-1883), onde o exército chileno, em luta em Antofagasta era abastecido por vias marítimas. Outro fator territorial que estimulava a guerra naval na região era a extrema dependência das linhas marítimas de comunicação

a guerra naval. Esses são fatores do contexto que dão sustento ao pensamento militar do autor.

Em contrapartida, o próprio cenário internacional faz Storni refletir sobre a possibilidade de cooperação. Em primeiro lugar, o autor não ignora a violência internacional do começo do século e sabe que uma guerra no Cone Sul levaria ao esgotamento econômico e demográfico dos Estados da Região, o que só beneficiaria o imperialismo das grandes potências. Neste particular ele se filia, ainda que indiretamente, aos esforços diplomáticos de estabilização da política interestatal no Cone Sul, que resultariam nos "Pactos de maio" de 1902; no "Pacto ABC" de 1915 e no "Tratado anti-bélico" de 1933.

Outro fator que faz Storni pensar na cooperação interamericana é a complexidade tecnológica e envergadura econômica de sua proposta: o autor está consciente de que a Argentina sozinha teria poucas condições de atingir a autossuficiência industrial para a construção naval e sabe que a cooperação com Brasil e Chile seria bem finda para esse feito. Contudo, como já afirmamos, esses elementos não estão suficientemente organizados em seu pensamento e Storni acaba sendo mais fiel ao europeísmo dos liberais argentinos do século XIX do que a possibilidade de cooperação, que só vai se materializar de fato no final do século XX.

Enfim, *cooperação* e *conflito* são duas ideias que permeiam o pensamento de Rosa Storni de maneira confusa, o que se justifica pelo contexto de transição histórica que serviram de berço para a concepção da *"Argentina insular"*. Esse seria um detalhe menor de

para o sustento econômico da nação. Por serem Estados agroexportadores, a perca de comunicações marítimas seria um golpe muito duro sobre as economias nacionais, o que poderia decidir o resultado da disputa. Obviamente que essas variáveis passaram com um processo de ressignificação com a industrialização e com os penosos esforços de integração territorial, mas ainda são dados importantes da geografia militar sul-americana (RAMÍREZ; SANCHEZ, 2010, p. 63).

seu pensamento se os mesmos não reverberassem em escolas interpretativas diferentes que criaram derivações de suas ideias com impacto político profundo. Tais vieses interpretativos serão temas de trabalhos futuros.

No que toca o contexto doméstico, as mudanças são ainda mais profundas, uma vez que, nos trinta anos que se seguiram à publicação de *"Intereses Argentinos en el Mar"* a sociedade argentina praticamente se reconfigurou. Contudo, Storni parece ser menos sensível e menos assertivo ao prever essas mudanças, ainda que ele próprio seja um partidário a industrialização. Os rumos que a sociedade argentina tomou no século XX, tiveram impactos negativos sobre o seu projeto de sociedade. Assim, ao se pôr como um intelectual à serviço dos preceitos liberais que fundaram a república, não entendeu que aqueles eram valores em crise e que aquela era uma época que estava prestes a acabar.

REFERÊNCIAS

ARGENTINA. **Límite Exterior de la Plataforma Continental Argentina**. Presentación Parcial Revisada ante la Comisión de Límites de la Plataforma Continental. Resumen ejecutivo. Buenos Aires: CLPC, 2016. Disponível em: <https://www.un.org>. Acesso em: 16/12/2021.

BANDEIRA, M. "A Guerra do Chaco". **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 41, n. 1, 1998.

BANDEIRA, M. **Brasil, Argentina e Estados Unidos** – Conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul – 1870-2003). Rio de Janeiro: Renavan, 2003.

BEIRED, J. L. B. "A grande Argentina: um sonho nacionalista para construção de uma potência na América Latina". **Revista Brasileira de História**, vol. 21, n. 42, 2001.

BEIRED, J. L. B. **Sob o signo da nova ordem**. Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945). São Paulo: Loyola, 1999.

CHILD, J. **Geopolitics and conflict in South America**. Quarrels among neighbors. New York: Praeger, 1985.

CIRIA, A. **Partidos y poder en la Argentina Moderna (1930-1946)**. Buenos Aires: Ediciones de La Flor, 1975.

FÁVARO MARTINS, M. A. **Terra e mar no pensamento geopolítico argentino**: da disputa hegemônica no cenário doméstico a sua influência sobre a Geopolítica do Brasil (Tese de Doutorado em Integração da América Latina). São Paulo: USP, 2016.

GARRÉ, N. C. "Presentación – Actualidad del mensaje de Segundo Storni". *In*: STORNI, S. R. **Intereses argentinos en el mar**. Buenos Aires: Armada Argentina/Ministerio de Defensa, 2009.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GUGLIALMELLI, J. E. **Geopolítica del Cono Sur**. Buenos Aires: Editora El Cid, 1978.

IRAZUSTA, R.; IRAZUSTA, J. **La Argentina y el imperialismo britânico** – Los eslabones de una cadena – 1806-1933. Buenos Aires: Ediciones Argentinas "Condór", 1934.

LACOSTE, P. "Argentina, Chile y los Pactos de Mayo (1902)". **Revista diplomacia**, n. 89, 2002.

MAHAN, A. T. **Influencia del poder naval en la historia**. Madri: Ministerio de Defensa, 2007.

PUIG, J. C. "Las tendencias profundas de la política exterior argentina". **Revista Argentina de Relaciones Internacionales**, vol. 1, n. 1, 1975.

RAMÍREZ, G.; SANCHEZ, L. "La formación del modelo de inserción (1810-1862)". *In*: SIMONOFF, A. (org.). **La Argentina y el mundo frente al bicentenário de la revolución de mayo** – Las relaciones exteriores argentinas desde la secesión de España hasta la actualidad. La Plata: Editora da Universidad Nacional de La Plata, 2010.

RIO DE JANEIRO. **Tratado antibélico de no-agresión y de conciliación (pacto Saavedra-Lamas), suscrito en Río de Janeiro el 10 de Octubre de 1933**. Disponível em: <http://www.oas.org>. Acesso em: 16/12/2021.

SANTOS, N. B. **Funções das teorias geopolíticas**: algumas reflexões críticas sobre o caso argentino (Dissertação de Mestrado em Direito). Florianópolis: UFSC, 1985.

SIRKIS, A. **A Guerra da Argentina**. Rio de Janeiro: Record, 1982.

STORNI, S. R. **Intereses argentinos en el mar**. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 1967.

STORNI, S. R. **Intereses argentinos en el mar**. Buenos Aires: Armada Argentina/Ministerio de Defensa, 2009.

CAPÍTULO 2

Guerra Híbrida e a Geopolítica no Século XXI

GUERRA HÍBRIDA E A GEOPOLÍTICA NO SÉCULO XXI

Lucas Mendes Costa

Vinicius Modolo Teixeira

A Geopolítica a nível mundial tem se apresentado extremamente ativa e instigante para os estudos da Geografia e Relações Internacionais. Nesse sentido, um dos assuntos que se apresentam como componente do novo momento e dinâmica de disputas globais é o que envolve a discussão sobre Guerras Híbridas. Como acontece em toda nova temática, esse debate ainda é amparado por poucas referências a nível nacional, sendo necessário recorrer a autores internacionais para compreender e apresentar considerações a esse respeito.

Dessa forma, o interesse desse trabalho é apresentar as questões que se associam a Guerra Híbrida, partindo de suas origens, como apresentado na primeira seção desse artigo. Na segunda seção, abordaremos o que está por trás das Guerras Híbridas e como elas se apoiam nas tecnologias mais recentes para se desenvolver. Já na terceira parte deste trabalho, apresentamos o que consideramos serem os exemplos de emprego dessa nova forma de conflito, elencando os exemplos ocorridos no leste europeu e em ex-repúblicas soviéticas. Ao final, apresentaremos nossas considerações sobre a importância de continuar os estudos a respeito das Guerras Híbridas.

AS ORIGENS DA GUERRA HÍBRIDA

As Guerras Híbridas são uma nova modalidade de conflito surgido no século XXI, fruto da atual dinâmica internacional,

inaugurada no período pós-Guerra Fria. O termo "Guerra Híbrida" foi sugerido pela primeira vez pelo teórico norte-americano Robert G. Walker, em 1998 (BARBOSA, 2020), mas tornou-se popular a partir de 2007, com a publicação de "*Conflict in the 21º Century: The Rise of Hibrid Wars"* de Frank Hoffman. Desde então, esse conceito vem sendo paulatinamente construído por vários autores, com posições e análises bastante variadas. Além disso, a ideia de Guerra Híbrida se soma, e por vezes até se confunde, com outras ideias na esteira das nomenclaturas designadas para descrever as novas tendências nos cenários de guerra e conflitos geopolíticos surgidas a partir da virada do milênio.

Desse modo, a ideia de Guerra Híbrida é ao mesmo tempo cumulativa e paralela a vários outros conceitos contemporâneos, como: "guerras irregulares", "guerra sem limites", "guerra não convencional", "guerra não-linear", "guerra assimétrica", "guerra composta" e "guerras de quarta geração". Naturalmente, todos esses conceitos tem significados diferentes, mas também possuem a característica incomum de tentar iluminar e atualizar o comportamento dos agentes internacionais diante da Globalização e da Nova Ordem Mundial. A partir da queda do Muro de Berlim, do fim da União Soviética e do aparente triunfo do liberalismo estadunidense, esse momento inaugurou uma nova dinâmica internacional, na qual os Estados, tradicionais agentes da geopolítica, convivem com uma miríade de organismos supranacionais, exércitos irregulares e grupos terroristas, tudo isso, diante de uma profusão de novas tecnologias informacionais.

Contudo, a Guerra Híbrida não é só uma terminologia semelhante a várias outras na atualidade, trata-se de uma nova abordagem adaptativa, oriunda do acumulo de teorias geopolíticas clássicas com teorias modernas, que por sua vez estão ancoradas em objetivos tradicionais de grandes Estados. Nesse sentido, as ideias de autores como Mahan, Mackinder, Pilsudski, Spykman,

Brzezinski, Lind, Warden, Boyd, Mann e outros, foram somados e revisadas para o mundo da globalização e das redes sociais.

Em vista disso, o conceito vem sofrendo adaptações desde Hoffman (2007), que trazia o elemento da sobreposição de vários tipos de conflitos (guerra convencional, irregular, terrorismo) como central para o enquadramento da ideia. "Kofman e Rojansky (2015) incluem na sua conceituação de Guerra Híbrida, além dos aspectos levantados por Hoffman (2007), o elemento da guerra de informação" (PICCOLLI; MACHADO; MONTEIRO, 2016, p. 4)

Para Korybko (2018) a Guerra Híbrida trata-se uma forma de choque indireto, que envolve Estados e agentes de natureza privada, e que configura também um novo campo de pesquisa para estudiosos da Geopolítica, Ciência Política e Relações Internacionais. Baseia-se especialmente em dois pilares que serão devidamente abordados mais a frente nesse artigo, as ideias de "Revolução Colorida" e a "Guerra Não Convencional".

No final da década de 1980, o general norte-americano William S. Lind, junto com outros oficiais das forças armadas dos EUA, introduziram o conceito de "Guerras de Quarta Geração", referindo-se as novas características dos conflitos que surgiam no período. Essa ideia agregou a noção temporal e geracional as guerras, delimitando períodos e caraterísticas que marcaram cada época, desde o Tratado de Vestfália em 1648 (LIND; NIGHTENGALE; SCHMITT; SUTTON; WILSON, 1989).

> Os defensores do conceito convergem relativamente às principais caraterísticas da 4ª geração de guerras, que se caracteriza por um esbatimento das fronteiras entre a guerra e a paz, e por um regresso à conflitualidade típica da era pré-moderna, com o estado-nação a perder o monopólio da ação militar, devido ao envolvimento de atores não-estatais (como

> grupos de guerrilha, grupos insurgentes, terroristas, etc.) (MONTEIRO, 2017, p. 5).

Todas essas características estão presentes tanto nas guerras de quarta geração, quanto nas Guerras Híbridas, apontando para o fato de que ambas formulações ilustram de forma complementar o cenário de conflitos na atualidade. Seguindo a linha teórica de Lind, Thomas Hammes atualizou essas ideias associando a questão informacional na nova dinâmica de conflitos (HAMMES, 2005)

> [...] formas evoluídas de insurreição que "utilizam todas as redes disponíveis – políticas, econômicas, sociais e militares – para convencer os decisores políticos inimigos de que os seus objetivos estratégicos são inalcançáveis ou demasiado custosos, quando comparados com os benefícios percebidos" (MONTEIRO, 2017, p. 6).

Ou seja, de maneira resumida, os dois modelos teóricos visam destacar formas de ação indireta, marcadas pela presença de exército irregulares e grande fluidez informacional. É por isso que Korybko (2018) designa a Guerra Híbrida como a "epitome das guerras de quarta geração". Com isso, o autor aponta para o fato que a Guerra Híbrida é uma designação menos ampla e mais embricada a realidade do século XXI, especialmente porque considera a prevalência das redes sociais como ferramentas de ação geopolítica, algo que não existia quando Lind ou Hammes descreveram suas ideias.

Do ponto de vista prático, o interesse no emprego desse tipo de ação é justificado por vários motivos, especialmente a possibilidade de impor dificuldades a um determinado Estado-alvo a partir de baixos custos políticos e econômicos. Como as ações de

Guerra Híbrida não focam em desembarque de tropas, bombardeios ou demonstrações explicitas de força, são difíceis de serem detectadas e entendidas, e por isso assumem um caráter "velado". Trata-se de um modelo de ação indireta, difusa, de difícil detecção e dissuasão. Não à toa, esse tipo de tática ganha força durante a emergência de um mundo multipolar, que impõe novas condições para os conflitos internacionais.

Se por um lado a nova dinâmica geopolítica entre os Estados está longe de ser harmônica ou pacífica, por outro, a existência de organismos supranacionais que visam impor limites aos grandes poderes, a paridade nuclear (presente pelo menos entre russos e estadunidenses mas com crescente importância da China), o latente poder econômico oriundo da Ásia, o fortalecimento de novas Organizações de Cooperação em Defesa (TEIXEIRA, 2021) e o crescente papel das mídias sociais frente a opinião pública, fazem das abordagens indiretas ou veladas cada vez mais atrativas para as ações das grandes potências, sobretudo para os Estados Unidos, que no momento vê sua influência no mundo ser erodida por outros atores.

O custo financeiro, político e social de se iniciar guerras abertas nunca foi o suficiente para frear a existência desse tipo de conflito, mas as últimas décadas viram o surgimento desses novos modelos de ação, que garantiram a possibilidade de mitigar perdas humanas do lado do agressor ao mesmo tempo que objetivos estratégicos são realizados.

Se o período pós-Segunda Guerra Mundial foi marcado pela "crise da Geopolítica clássica" (VISENTINI, 2016), o atual momento, de grandes mudanças no cenário internacional, abre espaço para renovações no campo da Geopolítica. Essas novas teorias tem o papel de oxigenar as análises diante da complexidade do mundo atual. É nesse sentido, que o conceito de Guerra Híbrida ganha grande importância, já que essa prática busca abarcar o

conjunto das teorias geopolíticas clássicas e atualizá-las para o momento atual de arranjo institucional entre os Estados, marcado pela presença massiva da internet e redes sociais.

CONSTRUINDO A GUERRA HÍBRIDA

Buscando adaptar-se ao cenário geopolítico já descrito, as principais potências da atualidade estão mudando seu foco de ação, inclusive do ponto de vista bélico e estratégico. Num contexto como o atual, buscar desenvolver armas de destruição em massa, por exemplo, pode simplesmente não valer a pena. O custo elevado, o tempo e as pressões internacionais, fazem dessa, uma empreitada possivelmente infrutífera para muitos Estados. Por outro lado, novos artefatos mais funcionais na concretização de objetivos estratégicos tornam-se mais interessantes

> Em primeiro lugar existiria um redirecionamento da pesquisa e da produção bélicas, que deixariam de lado a ênfase nos meios de destruição em massa, aqueles valorizados durante todo o século XX e em especial na fase da guerra fria, e enfatizariam novas tecnologias de precisão. O importante hoje, na época da globalização e do liberalismo triunfante, não é mais exterminar o inimigo (isso pode ainda existir, em alguns casos de genocídio, mas são problemas regionais de lutas por territórios e normalmente áreas/povos pouco integrados ao mercado global) e sim conquistá-los ou enquadrá-los, inseri-lo afinal no mercado global (VISENTINI, 2016, p. 87).

Além disso, o mundo pós-Guerra Fria é povoado por inimigos indefinidos, ameaças invisíveis, como grupos terroristas ou

organizações paramilitares, o que também torna urgente o emprego de aparatos bélicos condizentes com as circunstâncias presentes. Ainda como aponta Visentini (2016) o período atual é marcado pela existência de uma

> [...] 'guerra de informações', que seria mais um aspecto do *front* na competição militar, e que consistiria não apenas na tentativa de ganhar a disputa na mídia, mas também – e principalmente – minar os circuitos de informação do adversário. Afinal, as comunicações – a informação, o seu teor e a sua velocidade – não somente influenciam a opinião pública e a política das sociedades avançadas. Elas também são poderosos instrumentos de estratégia militar (VISENTINI, 2016, p. 92).

Nesse sentido, a lógica proposta pela Guerra Híbrida se encaixa perfeitamente nessa realidade, na qual as redes sociais, podem substituir o papel de bombas e balas, visando a assimilação e integração e não a destruição do alvo. Korybko (2018), aponta que a Guerra Híbrida visa a ação de desestabilização de rivais com o menor esforço direto possível para o agente perpetrador, mas impõe grandes custos políticos e econômicos ao Estado-alvo. Além disso, dependendo da força do Estado rival, a guerra indireta pode ser a única opção. Nesse ponto ele destaca o papel preponderante da comunicação rápida, da internet e das novas mídias sociais para a guerra moderna.

> As mídias sociais e tecnologias afins substituirão as munições de precisão guiadas como armas de "ataque cirúrgico" da parte agressora, e as salas de bate-papo *online* e páginas do Facebook se tornarão o novo "covil dos militantes". [...] As tradicionais ocupações

> militares podem dar lugar a golpes e operações indiretas para troca de regime, que tem um melhor custo-benefício e são menos sensíveis do ponto de vista político (KORYBKO, 2018, p. 12).

Nesse sentido, não só os Estados Unidos, mas especialmente eles, vêm promovendo pesquisas por meio de órgãos militares e universidades para refinar esse modo de ação. A Rússia, por exemplo, publiciza oficialmente sua preocupação com a Guerra Híbrida desde a Conferência de Moscou sobre Segurança Internacional, em 2014 (KORYBKO, 2018). Há também entes privados, como *think tanks*, que se debruçam sobre o tema, gerando uma crescente massa crítica sobre esse assunto.

Um bom exemplo desse tipo de pesquisa é o projeto *Minerva*, iniciativa na qual os norte-americanos têm comprovadamente investido milhões de dólares em estudos na área do controle e agitação social por meio da internet. Essa é uma iniciativa promovida por meio da parceria entre Departamento de Defesa (especialmente através da Agência de Pesquisa de Projetos Avançados de Defesa - DARPA), *Facebook* e Universidade de Cornell.

> Esse projeto oferece fundos a pesquisadores que estudam a conexão entre as mídias sociais e agitação civil. O autor em questão, Jeffrey Hancock descreve-se na página da Universidade de Cornell como interessado nas "dinâmicas psicológicas e interpessoais das mídias sociais, fraude e linguagem" e já recebeu fundos da Minerva para conduzir pesquisas tais como "Modeling Discourse and Social Dunamics in Authoritarian Regimes" ("Discurso modelador e dinâmica social em regimes autoritários") e "Know Unknowns: Unconvenciontional Strategic Shocks in Defense

> Strategy Development" ("Desconhecidos conhecidos: choques estratégicos não convencionais no desenvolvimento da estratégia de Defesa"). A Universidade de Cornell já cooperou com a Iniciativa Minerva para prever "dinâmica de mobilização e propagação dos movimentos sociais" e deseja "prever 'a massa crítica [ponto de virada]' da agitação e reviravolta sociais estudando suas 'pegadas digitais' com base em uma série de eventos recentes" (KORYBKO, 2018, p. 57).

Essencialmente, essas pesquisas, que mesclam o uso das tecnologias informacionais e impactos psicológicos, buscam usar as redes sociais, através do conceito de guerra centrada de em rede, para transmitir sentimentos, gerar emoções e com isso produzir propagandas direcionadas. Nesse ponto o papel das chamadas *Big Techs*, como *Facebook*, *Instagram*, *Google* e *WhatsApp* é fundamental, pois são elas que possuem a guarda dos dados de bilhões de usuários. Esses dados são "minerados", estudados e direcionados para produção de conteúdo focados em grupos específicos, que podem ser divididos por faixa etária, classe social, grupo étnico, religião, dentre outros recortes. "Essa mineração de dados não é novidade nem surpreendente. O Facebook acompanha, armazena e traça o perfil dos gostos e preferência de seus usuários para melhor a 'publicidade dirigida' [...]" (KORYBKO, 2018, p. 56).

Um dos aspectos presentes tanto nas Guerras de Quarta Geração quanto nas Guerras Híbridas, é a perda da clareza entre os entes civis e militares no campo de batalha. Além disso, a própria definição do campo de batalha fica nebulosa a partir dessas assepsias. No caso das *Big Techs*, que operam as redes sociais, isso torna-se flagrantemente verdade, já que essas empresas do ramo civil passam a atuar como subsidiárias das forças armadas e governos,

fornecendo gigantescos volumes de informações por meio de seus dispositivos de *Data Science* e *Big Data*[8].

REVOLUÇÕES COLORIDAS E GUERRA NÃO CONVENCIONAL

Como apontamos anteriormente, do ponto de vista prático a Guerra Híbrida possui dois pilares principais, que vêm sendo repetidamente testados em diversas circunstâncias nos últimos anos, são eles: as Revoluções Coloridas e as Guerras Não Convencionais.

> A *guerra híbrida* é a combinação entre *revoluções coloridas* e *guerras não convencionais.* Nesse novo modelo de guerra, as revoluções coloridas – largamente planejadas anteriormente e utilizando ferramentas de propaganda e estudos psicológicos combinados com o uso de redes sociais – consistem em desestabilizar governos por meio de manifestações de massas em nome de reivindicações abstratas, como democracia, liberdade, etc. A revolução colorida é o golpe brando. Se ela não for suficiente para derrubar e substituir o governo, avança-se para o estágio da guerra não convencional, aquelas combatidas por forças não regulares, sejam guerrilhas, milícias ou insurgências. Este é o momento do golpe rígido (KORYBKO, 2018, p. 8).

[8] Data Science é um novo campo de estudos que agruapa conhecimentos matemáticos, estatísticos e de programação para analisar dados e auxiliar na tomada de decisões. Esse conhecimento associado ao conceito de Big Data, que busca trabalhar dados em grande volume e alta velocidade, pode fornecer informações especificas e direcionadas mesmo em cenários com grande complexidade (DIGITAL HOUSE, 2021).

No caso dos Estados Unidos, ambos esses conceitos tem sido pensados especialmente com vistas à Eurásia. Isso porque o controle e fragmentação dos entes políticos dessa região é visto há muito tempo por Washington como fulcral para manutenção da hegemonia norte-americana. A presença de potências regionais ou mundiais nessa região, como Rússia, China e Irã tornam esse espaço foco de desafio para o estabelecimento do poder hegemônico dos Estados Unidos.

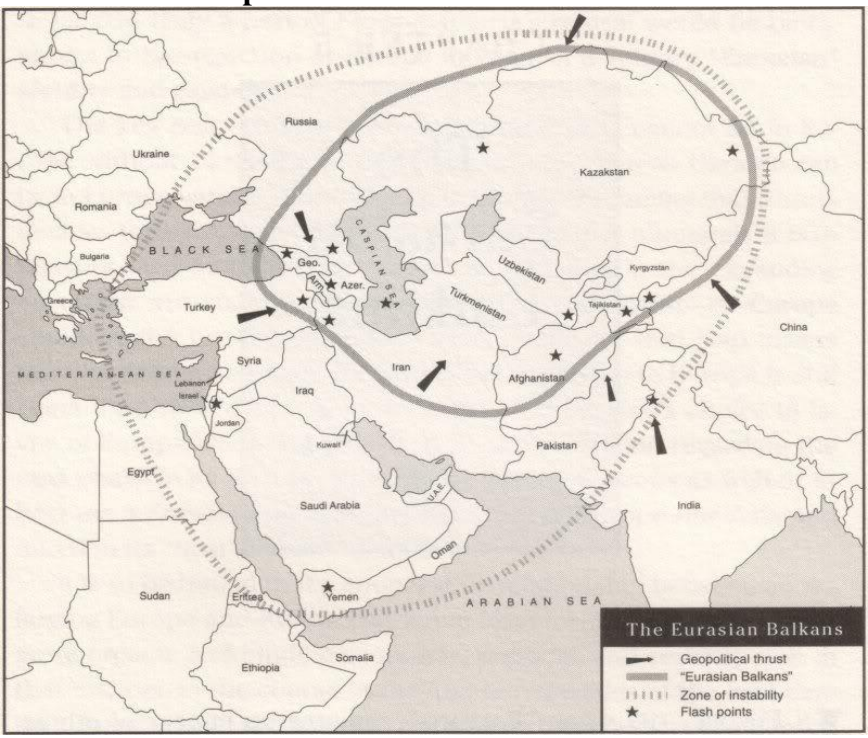
Dessa forma, a Guerra Híbrida perpetrada pelos norte-americanos tem, além dos objetivos já destacados (essencialmente fustigar o inimigo com menores custos), também objetivos geopolíticos de maior escopo, como o que o ex-conselheiro de Segurança Nacional da Casa Branca, Zbigniew Brzezinski, chamou de Balcanização[9] da Eurásia. "[...] os Estados Unidos desenvolveram uma abordagem em nível de Eurásia pra lidar com a Rússia e com outras potências, e é essa estratégia que está no coração das guerras híbridas" (KORYBKO, 2018, p. 19). A ideia dos "Balcãs Eurasiáticos" pode ser contemplada no Mapa 1.

Resumidamente, a ideia é fortalecer as divisões e instabilidades dentro da zona de influência da Rússia, afim de enfraquecer os russos de forma indireta, através do fomento do caos político e social dentro das ex-repúblicas soviéticas. Korybko (2018) aponta que essa noção já está presente em Josef Pilsudski, estadista polonês do início do século XX, que teorizou sobre como as desestabilizações na periferia de uma potência (no caso a Rússia) poderiam impactar de forma decisiva no centro do Estado, ocasionalmente levando a fragmentação. Desse modo, o novo

[9] Segundo Norberto Bobbio, Balcanização corresponde a um termo para designar uma divisão de entidade continental, sub-continental ou regional em unidades politicamente separadas ou hostis entre si. O conceito está associado à região dos Bálcãs no período das guerras balcânicas, entre 1912 e 1913, fragmentando nações em unidades políticas distintas, prevalecendo as diretrizes do processo de relacionamento entre Estados (SILVA; MARTIN, 2005).

paradigma de ação, sustentado por ações indiretas, bebe de fontes tradicionais para a formulação de ações geopolíticas neste século.

Mapa 1 – Os "Balcãs Eurasiáticos"



Fonte: KORYBKO (2014).

É com essa perspectiva histórica e mais ampla que ações norte-americanas podem ser entendidas no contexto das Guerras Híbridas. Assim, somam-se o fomento de revoltas através das redes sociais, e o patrocínio de movimentos de forças irregulares, visando cumprir objetivos geopolíticos muito semelhantes aos que eram presentes o século XX, na era do "imperialismo clássico", mas por

meios bastante distintos, adaptados ao período de emergência da Globalização. Segundo Costa (2016), durante o período de consolidação do imperialismo, estavam entre as principais demandas geopolíticas dos Estados as seguintes questões:

> O caráter imperialista da economia e das políticas territoriais das grandes potencias assentava-se em dois movimentos principais, envolvendo estratégias de dominação em escala global: disputas hegemônicas direta de cada Estado – caso da Europa, principalmente –, e competição pelo domínio dos territórios de expansão colonial. Ambos os movimentos envolviam, simultaneamente, lutas no nível do poder dos Estados e concorrência internacional entre os capitais monopolistas de cada grande potência (COSTA, 2016. p. 7).

Comparativamente, grande parte das disputas geopolíticas atuais ainda emanam dessas mesmas questões, ou em alguns casos, de questões semelhantes, mas atualizadas pelo decorrer do tempo. A disputa por acesso aos mercados internacionais, por fontes de matérias primas, por mão de obra barata, tudo isso ainda movimenta a ação geopolítica dos Estados como movimentava no século anterior.

Desse modo, a partir da virada do século XXI, a Guerra Híbrida se encaixa na estratégia geopolítica secular dos Estados Unidos. As revoltas populares, organizadas em meios digitais, primeiro na Ásia Central, depois no Leste Europeu e Oriente Médio, cabem perfeitamente no que se observa tanto como casos de revoluções coloridas, quanto de guerras não convencionais. Em todos esses casos os dois pilares da guerra híbrida foram amplamente utilizados na desestabilização dos governos. É dentro da estratégia de "balcanização da Eurásia", que Korybko (2018) vê o principal

papel das revoluções coloridas e guerras não convencionais para os Estados Unidos atualmente.

A Guerra Híbrida prevê o acumulo de teorias geopolíticas adaptadas ao contexto atual do século XXI, desse modo, a ideia de balcanização tem como objetivo maior a projeção de força americana na Eurásia, para garantir a hegemonia global. Essa é uma ideia clássica da geopolítica, que remete a Mackinder (2011) e a ideia do "Pivô Geográfico da História", mas que tem sido reformulada para a realidade do século XXI.

Durante o século XX, Mackinder teorizou sobre a importância crescente do poder terrestre, tendo em vista o cenário britânico, frente a Rússia. Suas análises impactaram profundamente o pensamento pós Segunda Guerra, quando teóricos norte-americanos passaram a observar a importância do *Heartland* para os destinos da Guerra Fria.

Segundo Mackinder "o *Heartland* é a parte norte da Europa e o interior da Eurásia. Estende-se desde a costa do Ártico até os desertos centrais e tem como limites ocidentais o amplo istmo entre o Mar Báltico e o Mar Negro" (MACKINDER *apud* TEIXEIRA, 2021, p. 157-158).

Para o autor, trata-se de uma região geograficamente central dentro da *World Island* (massa de terra continua, caracterizada pela união dos territórios afro-euro-asiáticos), rica e recursos naturais e que capaz de proporcionar o substrato e a posição necessária para formação de uma potência global inexpugnável.

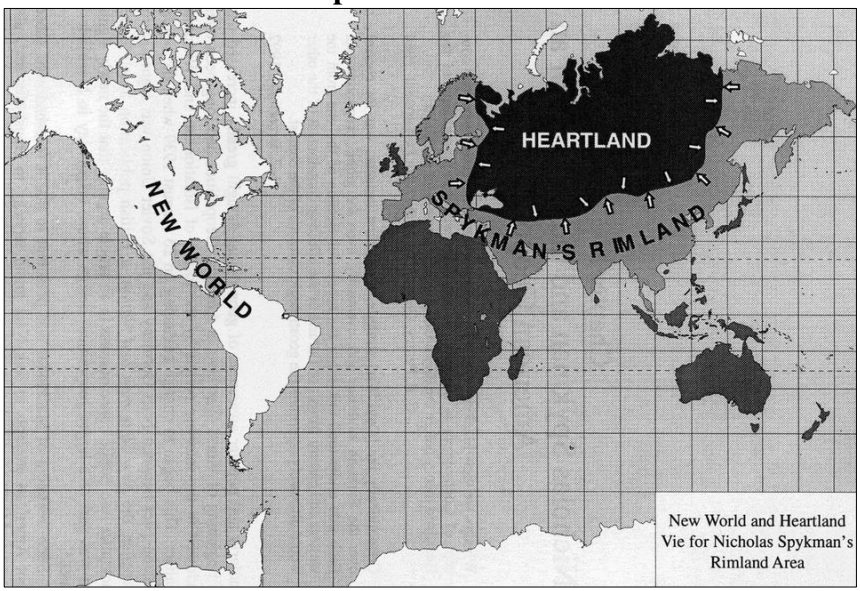
> [...] é a região pivô da política mundial essa extensa zona da Eurásia que é inacessível às embarcações, mas que na antiguidade estava aberta aos cavaleiros nômades e hoje está prestes a ser coberta por uma rede de ferrovias? Existiam e existem ali condições de mobilidade de poder militar e econômico de caráter

> de longo alcance, ainda que limitado (MACKINDER, 2011, p. 97).

No sentido prático, grande parte do *Heartland* está localizado no que hoje a Rússia, os países do leste europeu (Ucrânia, Polônia, Belarus, Lituânia, Letônia e Estônia), além do Cáucaso (Armênia, Azerbaijão e Geórgia) e Ásia Central (Cazaquistão, Uzbequistão, Tajiquistão, Quirguistão, Turcomenistão).

Na sequência do pensamento de Mackinder, e tendo em vista a centralidade da Eurásia para a hegemonia do poder norte-americano, Nicolas Spykman e George Kennan, notabilizaram-se por atualizar o papel dos Estados Unidos na região, deslocando o foco de ação para a periferia da *Heartland*, região que Skykman batizou de *Rimland*, demonstrada no Mapa 2.

Mapa 2 – O Rimland



Fonte: REDDIT (2018). Baseada em SKYKMAN.

Esses autores formularam boa parte da perspectiva de contenção que guiaria a estratégia norte-americana durante a Guerra Fria (TEIXEIRA, 2021). Basicamente trata-se da ideia de pressionar a região no entorno do *Heartland*, cercando-a e evitando que a potência localizada no coração da Eurásia tenha condições de expandir sua influência geopolítica.

> Enquanto Mackinder havia se concentrado no centro da Ilha Mundial, como ponto chave para controle do mundo, Spykman aborda a questão de maneira diferente, apontando sua atenção para as bordas do continente eurasiático como mais relevantes para a conquista do controle mundial. A região chamada por Mackinder de *Inner Crescent*, é renomeada por Spykman de *Rimland*, ganhando a importância estratégica antes atribuída pelo geógrafo inglês ao *Heartland* (TEIXEIRA, 2021, p. 158).

Desse modo, as ações de desestabilização velada, promovidas através da mineração de dados de usuários, que voluntariamente, mas inconscientemente, cedem informações sobre a dinâmica social em seus respectivos países, podem ser previamente organizadas usando as redes sociais. Assim a Guerra Híbrida surge como uma ferramenta geopolítica para que os Estados Unidos cumpram objetivos de longo prazo, porém através de ações que dificulta a percepção dessa macrodinâmica aos olhos do público incauto.

AS PRIMEIRAS REVOLUÇÕES COLORIDAS NA EURÁSIA

Não é por acaso que as Guerras Híbridas, sustentadas pelo dueto Revoluções Coloridas mais Guerras Não Convencionais são

notadas pela primeira vez na região do leste europeu, Balcãs e Ásia Central. Nas primeiras duas décadas do século XXI, protestos aparentemente espontâneos, descentralizados, sem a participação dos organismos tradicionais de mobilização política (como partidos e sindicatos) e que buscavam demandas amplas e por vezes até vagas, como mais democracia ou o fim da corrupção, aconteceram primeiro na Ásia Central e no Leste Europeu, e nos anos seguintes, ações muito semelhantes eclodiram em outras regiões

A Ásia Central e o Leste Europeu, regiões onde localizam-se ex-repúblicas soviéticas, foram os palcos iniciais das mobilizações e conflitos com esse tipo de perfil, já no início do século XXI. A Revolução das Rosas que ocorreu em 2003 na Geórgia inaugurou esse ciclo, com acontecimentos correlatos em 2004 e 2005, na Ucrânia e Quirguistão, respectivamente.

> Todos os movimentos apoiaram-se em processos eleitorais para contestar os governos vigentes. Em todos os casos, também, derrotas eleitorais da oposição foram sucedidas por manifestações populares que denunciavam fraudes durante os processos. Os oposicionistas finalmente conseguiram a aceitação de suas reivindicações, seja através da renúncia dos líderes de então – nos casos de Geórgia e Quirquistão – ou pela anulação dos resultados eleitorais divulgados – no caso da Ucrânia (ORTEGA, 2009, p. 15).

Alguns anos antes, as Guerras de Dissolução da Iugoslávia, nos anos 1990, já haviam sido marcadas pela presença de atritos informacionais, ciberataques, além de forças irregulares tomando controle do campo de batalha. Esses são aspectos destacados tanto nas guerras de quarta geração quanto de guerras híbridas.

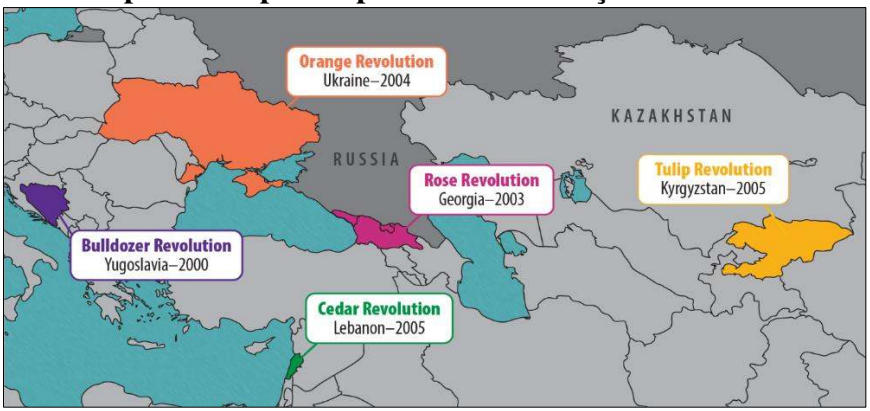
Essas revoluções guardaram as principais características das guerras de quarta geração e mais especificamente das guerras híbridas. Todas iniciaram-se através de meios difusos, buscando contrapor resultados eleitorais e apelando para a denúncia de ausência de democracia. Todos esses movimentos expressos no mapa (com exceção da Revolução dos Cedros no Líbano) também ocorreram dentro da zona de influência mais direta da Rússia.

> Em 2003 e 2005, três países da ex-União Soviética viram movimentos oposicionistas chegarem ao poder, seja diretamente, seja através de eleições presidenciais, seja pela renúncia dos líderes de então em resposta a intensos protestos populares. Esse conjunto de movimentos – a Revolução das Rosas na Geórgia, a Revolução Laranja na Ucrânia e a Revolução das Tulipas no Quirguistão – acabou recebendo a alcunha de "revoluções coloridas" (ORTEGA, 2009, p. 06).

Na Geórgia, o presidente Eduard Shevardnadze renunciou, abrindo espaço para Mikheil Saakashvili, político mais alinhado com as nações da Europa Ocidental e Estados Unidos, chegar ao poder em 2005. Os governos de Saakashvili marcaram uma transição política para a Geórgia, colocando o país em rota de colisão com os interesses russos desde então.

No Quirguistão, a situação foi bem semelhante, com o presidente Askar Akayev, mais alinhado com os interesses russos sendo destituído do poder, sob acusações de corrupção e nepotismo. Em pouco tempo seu sucessor, Kurmanbek Saliyevich Bakiyev, aproximou-se dos Estados Unidos, colocando o país da Ásia Central em situação de oposição as posições e interesses russos. Os países que sofreram com os casos de Revoluções Coloridas podem ser observados no Mapa 3.

Mapa 3 – Mapa das primeiras Revoluções Coloridas



Fonte: MILEVSKI (2018).

Na década seguinte, a Ucrânia foi novamente alvo de movimentações extremamente semelhantes ao que já havia ocorrido em 2004. No final de 2013, mais uma vez o resultado eleitoral no país foi contestado pela oposição, mas dessa vez, com uma presença muito maior das redes sociais na organização dos protestos, que estabeleceram uma nova Revolução Colorida, que derrubou o presidente Víktor Fédorovych Yanukóvytch, devido alegações de fraude eleitoral e corrupção.

O conflito evoluiu rapidamente para uma guerra não convencional, na qual grupos paramilitares, fortemente armados e financiados, enfrentaram forças regulares durante meses. Especialmente a região da Bacia do Rio Dom, onde estão localizadas as cidades de Lugansk e Donetsky foram mais severamente afetadas. A Península da Crimeia também foi palco de disputas, sendo invadida e posteriormente anexada pela Rússia, no contexto desse conflito, no ano de 2014.

Todas essas revoluções e guerras ocorreram dentro da região destacada como *Heartland* por Mackinder, ou ainda no *Rimland*,

como teorizou Spykman (2008), denotando o papel estratégico que a Guerra Híbrida assume enquanto ferramenta geopolítica de desestabilização e fragmentação regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças no contexto geopolítico que marcaram a virada do século XX para o século XXI, impuseram novas dinâmicas para os Estados nacionais. Sobretudo, a presença de novas tecnologias da informação, como as redes sociais, abriu muitas possibilidades de ações políticas, mais descentralizadas, difusas, mas com a capacidade de promover grandes mudanças no cenário geopolítico.

As Guerras Híbridas se inserem nesse novo contexto, a partir do acumulo de teorias geopolíticas anteriores, associadas ao contexto de novas da globalização e do neoliberalismo. Tudo isso, permeado pela presença de novas tecnologias da informação, que tornaram as comunicações praticamente instantâneas, fato que tem gerado graves consequências geopolíticas.

Dessa forma, torna-se imperativo o estudo dessa nova dinâmica de conflitos e os seus possíveis desdobramentos, tanto para países que eventualmente tenho sucunbido a condição de guerra civil, como Líbia e Síria, ou de permanente instabilidade, como no caso ucraniano, quanto para países que sofreram mudanças de governo, invertendo os campos políticos e aliados, como em alguns países da América do Sul.

Assim, as questões envolvendo as Guerras Híbridas se mostram de relevantes para a geopolítica atual, por se nutrir de suas teorias clássicas e também por influir nas dinâmicas contenporâneas e disputas de poder a nível mundial.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, A. H. B. **A desinformação como ferramenta da guerra híbrida** (Tese de Doutorado em Política e Estratégia Marítimas). Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2020.

COSTA, W. M. **Geografia Política e Geopolítica**: discursos sobre o território e o poder. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

HAMMES, T. X. "War Evolves into the Fourth Generation". **Contemporary Security Policy**, volume 26, issue 2, 2005.

HOFFMAN, F. G. **Conflict in the *21*st Century***:* The Rise of the Hybrid Wars. Arlington/VA: Potomac Institute for Policy Studies, 2007.

KORYBKO, A. **Guerras híbridas**: das revoluções coloridas aos golpes. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2018.

KORYBKO, A. "The Reverse Brzezinski: The Ultimate Eurasian Dilemma (I)". **Oriental Review Journal** [22/06/2014]. Disponível em: <https://orientalreview.org>. Acesso em: 16/12/2021.

LIND, W. S.; NIGHTENGALE, K.; SCHMITTS, J. F.; SUTTON, J. W.; WILSON, G. I. "The Changing Face of War: Into the Fourth Generation". **Marine Corps Gazette**, vol. 73, n. 10, 1989.

MACKINDER, H. J. "O pivô geográfico da história". **Revista Eletrônica GEOUSP Espaço e Tempo**, v. 15, n. 1, 2011.

MILEVSKI, L. “Prospective Strategy for Baltic Defense: The Russian Public and War Termination in the Baltic States”. **Military Review**, January-February, 2018.

MONTEIRO, L. N. C. S. “Guerras de 4º geração”. **Revista Militar**, n. 2.591, 2017.

ORTEGA, F. A. **Cores da Mudança?** As Revoluções Coloridas e seus reflexos na política externa (Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais). São Paulo: Pontíficia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

REDDIT. “Illustration of a geostrategic idea – Nicholas John Spykman: “Who controls the Rimland rules Eurasia, who rules Eurasia controls the destinies of the world””. **Rede Social Reddit** [2018]. Disponível em: <https://www.reddit.com>. Acesso em: 16/12/2021.

ROVEDA, H. “Data Science: o que é, e o que te faz um cientista de dados?”. **Portal Eletrônico Kenzie** [2021].

SILVA, M. N.; MARTIN, A. R. **Da balcanização à "balcanização"** (Tese de Doutorado em Geografia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

TEIXEIRA, V. M. “A Relevância da Teoria do Poder Terrestre para Geopolítica Atual”. *In*: FOLMER, I., *et al*. **Geopolítica**: Poder e Território. São Paulo: FFLCH/USP, 2021.

VESENTINI, J. W. **Novas Geopolíticas**. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

CAPÍTULO 3

Geohistória dos Conflitos na América do Sul

GEOHISTÓRIA DOS CONFLITOS NA AMÉRICA DO SUL[10]

Vitor Stuart Gabriel de Pieri

Os conflitos internacionais e domésticos (intermésticos) na América do Sul, apesar de serem relativamente de baixa intensidade em relação a outras regiões do mundo, são considerados importantes vetores divergentes ao aprofundamento de laços políticos, econômicos e culturais entre os países do subcontinente. Como apontado por Mitre (2011):

> Todos os conflitos armados entre países sul-americanos têm sido qualificados como 'guerras limitadas' em razão de algumas características básicas: (a) aconteceram em regiões distantes dos núcleos de maior concentração populacional; (b) não tiveram motivação ideológica, mas o alcance de objetivos econômicos pontuais; (c) envolveram exércitos de médio ou pequeno porte com soldados, geralmente recrutados das classes baixas; (d) não demandaram mobilização geral das respectivas sociedades, a ponto de serem, em muitos casos, 'ignorados pelo cidadão comum' (MITRE, 2011, p. 8).

Ao analisar os conflitos intermésticos ligados aos recursos naturais no subcontinente, ressaltam-se os de natureza

[10] Este capítulo trata-se de uma versão atualizada, previamente publicada em: PIERI, V. S. G. "A América do Sul em ebulição: guerras, conflitos e crises em mais de um século de análise". *Revista Intellector*, vol.16, n. 32, 2019.

socioambientais, os quais podem ser relacionados à ideia de que a mobilização nasce de diversos conflitos que são recorrentes em um tipo de crescimento econômico assentado na extração de recursos e no consequente aumento dos riscos de contaminação e degradação ambiental.

Segundo Buzan e Waever (2003), a América do Sul caracteriza-se como um Complexo Regional de Segurança, identificado por seu baixo nível de instabilidade. Na mesma linha de raciocínio, Perez Yoma afirma que:

> A América do Sul é atualmente a região mais estável do mundo, considerando indicadores tais como a não proliferação e o gasto em defesa; enquanto que os principais conflitos interestatais foram administrados ou mesmo resolvidos através do diálogo, da negociação e do direito internacional (PÉREZ YOMA, 1999, p. 58).

Por outro lado, para alguns autores, torna-se difícil afirmar que a América do Sul se configura como um Complexo de Segurança uma vez que, neste subcontinente, entre os anos de 1884 e 1993, ocorreram 127 disputas interestatais militarizadas, sendo que destas, 16 ocorreram entre os anos de 1980 e 1997 (MARES, 2011).

Cabe observar, apenas como marco comparativo, que no período do pós-Guerra Fria, se contabilizou no mundo um total de 116 conflitos, dos quais 89 foram domésticos (guerras civis) e outros 20 foram interestatais com intervenção estrangeira (NYE JR., 2009).

Ao se debruçar no recorte sul-americano, Pagliari (2009) aponta que:

> A região deparou-se com situações de tensão e ameaças mútuas entre Estados, rupturas diplomáticas, ameaças de uso da violência militar ou mesmo o seu emprego sem chegar à guerra. Com isso, não se pode dizer que a área possa ser considerada pacífica – baseada na dicotomia guerra/paz (aquela, como o conflito com pelo menos 1000 mortos em combate, e esta como ausência de guerra) – e nem que segue no caminho de uma comunidade de segurança (PAGLIARI, 2009, p. 94).

Dentro dessa perspectiva, no esforço de melhor compreender e identificar cada tipologia de conflito na América do Sul, esse artigo pretende apresentar e categorizar os diferentes cenários dos contenciosos que ocorreram no subcontinente do final do século XIX à primeira década do século XXI.

CONFLITOS INTERMÉSTICOS MOTIVADOS POR DISPUTAS FRONTEIRIÇAS NA AMÉRICA DO SUL NO FINAL DO SÉCULO XIX INÍCIO DO SÉCULO XX

Primeiramente a Guerra do Acre, conhecida no Brasil como Revolução Acreana, foi um conflito por demarcação de fronteiras entre Brasil e Bolívia. Esse conflito ocorreu entre 1899 e 1903, quando o contexto internacional estava marcado pela alta demanda de borracha para suprir especialmente a necessidade da crescente indústria automobilística mundial. O conflito deveu-se à disputa que havia entre os dois países limítrofes pela ocupação do território que hoje corresponde ao Acre, detentor de abundantes recursos auríferos e madeireiros.

O governo boliviano, em 1899, tentou recuperar o controle do território, já sob uma forte ocupação de seringueiros brasileiros.

Para isto, criou a capital administrativa de Puerto Alonso, uma aduana e a imposição de impostos sobre a exportação da borracha. Em resposta a essa estratégia, os colonos brasileiros se organizaram e destituíram as forças militares bolivianas de Puerto Alonso, posteriormente declarando a independência do Acre em 1902 (SKIDMORE; SMITH, 1999).

A disputa, em seguida, passou para o âmbito diplomático, tendo como figura central o ministro de Relações Exteriores, Barão do Rio Branco. As relações comerciais com a Bolívia foram, então, reestabelecidas e, por meio do Tratado de Petrópolis (1903), o país andino concordava em ceder ao Brasil uma área de mais de 142 mil km2 em troca de dois milhões de libras esterlinas e do compromisso de que seria construída a estrada de ferro Madeira-Mamoré, com a finalidade de permitir o escoamento das exportações bolivianas pelo rio Amazonas (SKIDMORE; SMITH, 1999).

Nesse período também tivemos a Guerra do Pacífico ou Guerra do Salitre, conflito este que pode ser considerado o que mais impacto causou nas relações político-diplomáticas entre os países envolvidos, Chile, Peru e Bolívia, devido a todos os desdobramentos que se arrastam até os dias de hoje. O motivo central deste conflito é que região em disputa dispunha de grandes reservas de minerais, em especial de Nitrato. Ainda que a concentração desse mineral não continue sendo o motivo do conflito, pode-se afirmar que permanece daquelas disputas uma série de pendências históricas que desencadearam em questões como a *mediterraneidade* boliviana e as demarcações fronteiriças terrestre e marítima entre Peru e Chile, com disputa por arbitragem internacional.

Figura 1 – Principais conflitos intermésticos na América do Sul no final do século XIX e no início do século XX



Fonte: Elaboração própria. Baseada em: MARES (2008); PINHEIRO (2007); MORA (2008); SERBIN (2007).

CONFLITOS INTERMÉSTICOS SOCIOAMBIENTAIS NA AMÉRICA DO SUL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Até o fim da primeira metade do século XX, existia uma grande demanda no mercado internacional pelo látex extraído das seringueiras amazônicas. Por essa razão, a guerra do Trapézio-Letícia foi mais um conflito que se deu entre países fronteiriços e que apresentou como principal causa de disputa, o controle sobre a exploração da borracha entre Peru e Colômbia, no período que se estendeu de 1932 a 1933.

Em 1932, um grupo composto por 48 peruanos e 200 soldados reclamaram a soberania da cidade de Letícia, que estava sob a ocupação e a administração colombiana. Como resposta, o governo da Colômbia enviou 1.500 homens para a região das Três Fronteiras e o governo peruano, em respaldo aos insurgentes, também enviou unidades para a fronteira. Após meses de batalhas na Amazônia, os países acordaram um cessar-fogo provisório, negociado no âmbito da Liga das Nações, decidindo então, que o território de Letícia seria de soberania colombiana, enquanto que o Peru também se comprometia a desmilitarizar seu território. Em troca, obteve o acesso ao rio Amazonas e ao rio Putumayo (MARES, 2008).

Naquele mesmo momento, travava-se entre os dois países mais pobres da América do Sul a Guerra do Chaco (1932-1935), um conflito que se deveu à disputa pelo Chaco Boreal, região em que se presumia haver a existência de importante reserva de petróleo.

Antes pertencente à Bolivia, no período do Vice-Reinado do Rio da Prata, a região andina despertava o interesse de diversas empresas transnacionais do setor petroquímico. Além disso, com a perda territorial sofrida pela Bolívia na Guerra do Pacífico, este país ambicionava buscar uma saída para o mar, via rio Paraguai. Após

resultar em milhares de mortes de ambos os lados, a guerra terminou com um cessar-fogo boliviano e a vitória paraguaia.

Em 1941 foi a vez do Peru enfrentar o Equador devido a questão de demarcação de fronteira. Durante o confronto, o Peru havia ocupado a província equatoriana de El Oro, dentre outras, avançando em direção à Amazônia equatoriana. O conflito terminou com a assinatura do Protocolo do Rio de Janeiro, marcando a vitória peruana, que ganhou mais de 13 mil km2 e o direito de explorar as reservas de petróleo que acreditavam que existiam na região em disputa (ROUQUIÉ, 2009).

Figura 2 – Divisão físico-natural da Colômbia



Fonte: TODA COLOMBIA (2019).

Um conflito doméstico que pode ser considerado como a mais importante guerra civil em um país da região, foi o conflito colombiano.

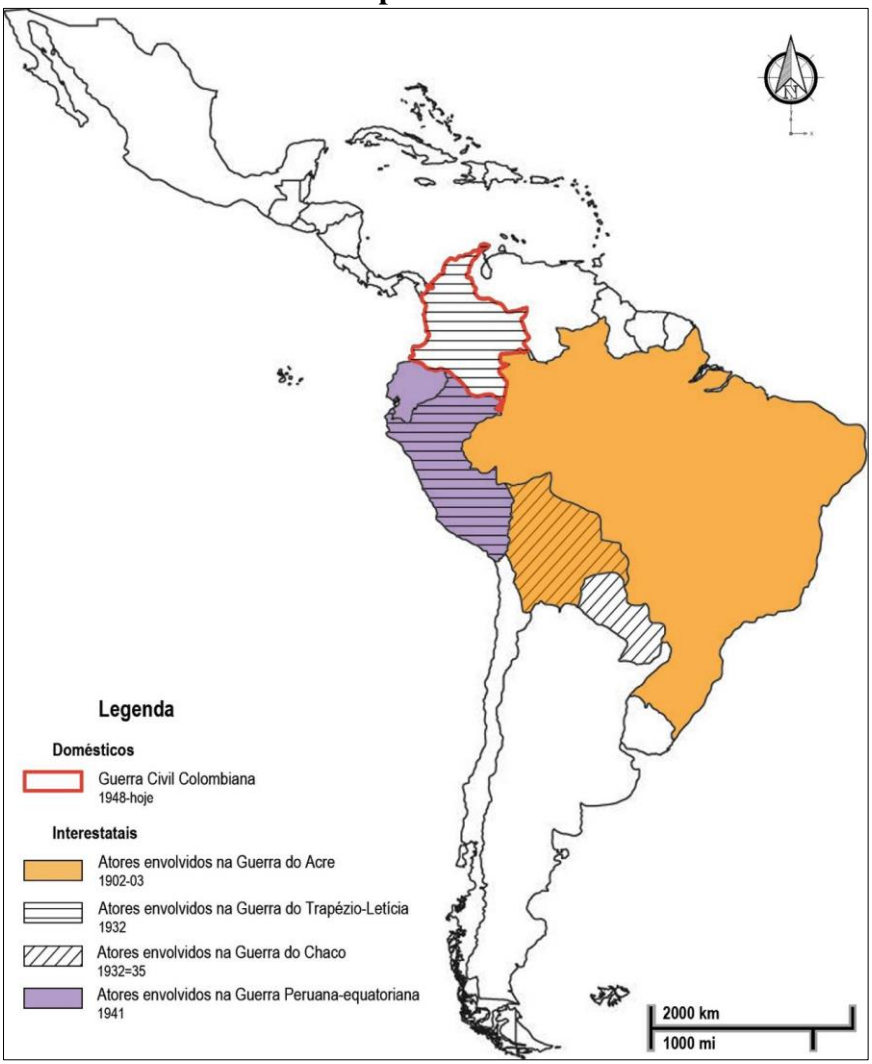
Ao observar as características físico-naturais do território colombiano, percebe-se que a posição do país é bastante peculiar, pois seu território se divide em regiões Amazônica, Andina, Pacífica, Caribe, Orinoquia e Insular (no Mar do Caribe).

No plano interno, os conflitos armados na Colômbia e a instabilidade política que eles produziam até recentemente, faziam com que as estratégias de segurança e de defesa no país fossem elaboradas em conjunto. Portanto, a guerra civil configurou uma inter-relação direta entre segurança nacional e segurança pública.

Como principal produtor mundial de cocaína e com sérios problemas de distribuição de terra, a Colômbia passou, ao longo do século XX, por períodos de instabilidades políticas internas, com desdobramentos na sub-região andina e amazônica (LEMOINE, 2001).

Portanto, mais que uma luta contra as drogas, o conflito colombiano tinha como questão de fundo o acesso à propriedade, seu uso e o direito à terra. Neste sentido, pode-se dizer que a grande particularidade da guerra civil colombiana foi que era um conflito doméstico armado, irregular, crônico, nacional e com diversos atores muito bem definidos, fatores esses que, por muito tempo, impediram que as instituições políticas do país se fortalecessem a ponto de construir uma unidade nacional.

Figura 3 – Principais conflitos intermésticos na América do Sul na primeira metade do século XX



Fonte: Elaboração própria. Baseada em: ROUQUIÉ (2009); TOKATLIAN (2009); MARES (2008).

CONFLITOS INTERMÉSTICOS NA AMÉRICA DO SUL NO CONTEXTO DE ORDEM INTERNACIONAL BIPOLAR

No período da ordem internacional bipolar, muitos dos países da América do Sul, sob a égide da doutrina de segurança nacional, passsaram por diversos momentos de instabilidades políticas intermésticas e por guerras, até mesmo contra atores extrarregionais, como no caso das ilhas Malvinas que envolveu a Argentina e o Reino Unido.

Outro conflito no período, ocorreu no Peru nos anos 1960, quando grupo de inspiração maoísta, defendia a insurreição camponesa e a implantação de um regime de caráter comunista no país. No início dos anos 1990, o grupo teve o seu principal líder, Abimael Guzman, capturado e as ações da guerrilha, consideradas como terroristas por parte do Estado peruano, se tornaram bastante pontuais (ADAMS, 2011).

Os ressentimentos resultantes da derrota boliviana na Guerra do Pacífico persistem até os dias de hoje, mas tiveram suas últimas tensões mais importantes no período que se estendeu de 1964 a 1978. Diante das reclamações da Bolívia por uma saída ao mar, o país decidiu cortar as relações diplomáticas com o Chile em 1964. As relações foram reestabelecidas pelos ditadores Hugo Banzer e Augusto Pinochet, iniciadas por negociações secretas que intencionavam obter um acordo definitivo sobre a disputa territorial. Naquelas negociações, o Chile propôs ceder à Bolívia uma faixa de terra na cidade de Arica. Porém, a cidade que se encontrava no território de Tarapá, possuía um tratado firmado entre Chile e Peru que limitava a soberania chilena sobre esta região, o que inviabilizava que a concessão de território se desse da maneira como havia sido acordado entre Pinochet e Banzer. Como resultado, as relações entre Chile e Bolívia foram novamente rompidas em 1978.

Em outro conflito interestatal no período, o governo peruano de Fernando Belaúnde Terry denunciou, em 1981, um ataque que havia sido feito contra uma das suas aeronaves que estava em missão de abastecimento em bases de vigilância que se encontravam em território do Peru. Ao iniciar uma inspeção na região do rio Comaina, descobriu-se a existência de unidades militares equatorianas.

Segundo o governo equatoriano, seus agentes das Forças Armadas encontravam-se na base de Paquisha, estabelecida em território do Equador. A medição das coordenadas, no entanto, mostrou que as bases não se encontravam em Paquisha e o conflito chegou a necessitar da intervenção da Organização dos Estados Americanos para ratificar que a fronteira natural entre os dois países era a Cordilheira do Condor (ORTIZ, 2011).

Em outro episódio, a Argentina e o Chile se enfrentaram em uma disputa pelo controle do Estreito de Beagle, na Terra do Fogo, região limítrofe entre os dois países. A região possuía claras características estratégicas, por sua localização geográfica e por ser uma reserva importante de recursos naturais, tais como urânio e petróleo.

Após a mediação do Tribunal Internacional e, posteriormente, do Papa João Paulo II, os países terminaram por acordar em 1978 que estariam sobre o controle do Chile as ilhas Nueva, Picton e Lennox, enquanto que a Argentina caberia o controle sobre o mar territorial Atlântico e os recursos naturais que ali se encontravam (MELLO, 1996).

Novamente, como comentado, a Argentina, entre abril e junho de 1982, esteve envolvida em um conflito direto contra um agente extrarregional, o Reino Unido. Ambos os países reclamam a soberania sobre as Ilhas Malvinas, atualmente sob ocupação britânica e de grande potencial estratégico. A guerra também foi uma saída buscada pelo então ditador argentino Galtiere para aumentar a

popularidade do regime militar. Margareth Thatcher também viu o confronto como uma oportunidade para unificar a opinião pública em torno de um inimigo comum e reverter o quadro de baixa aprovação que o seu governo recebia, devido à implementação de políticas neoliberais.

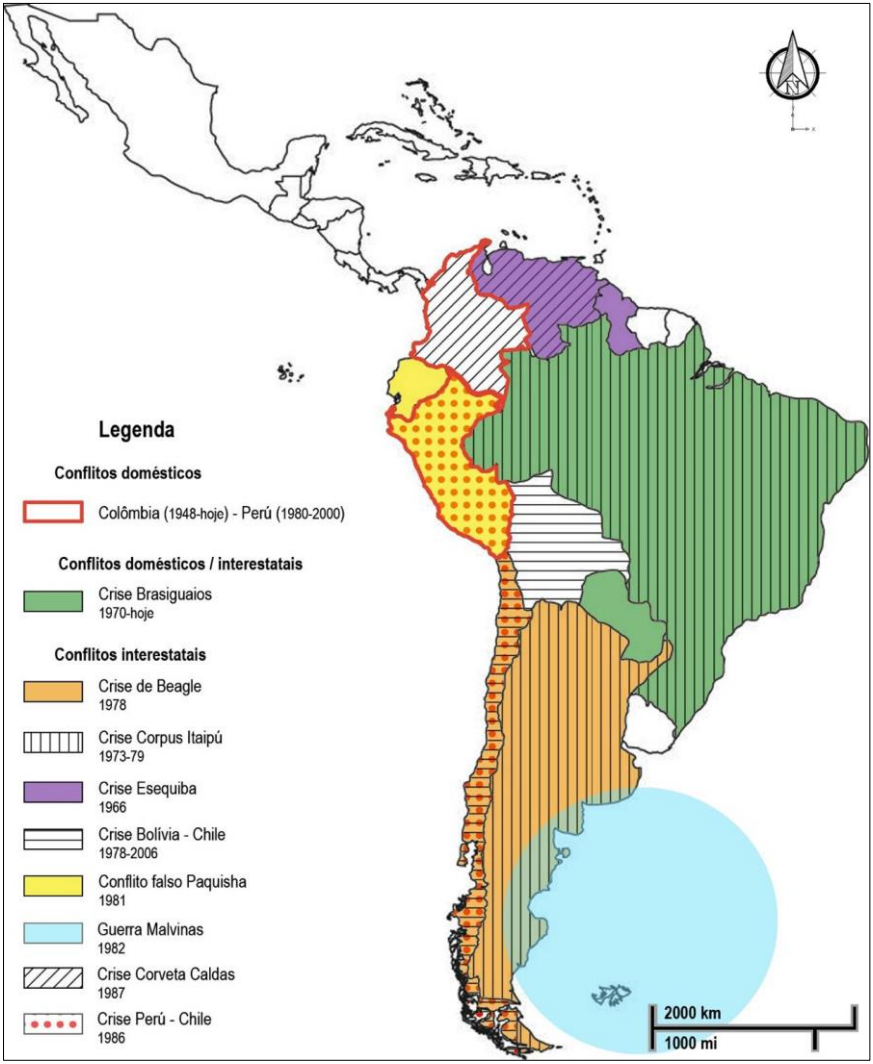
A ampla superioridade militar britânica fez com que a guerra tivesse uma curta duração, garantindo a manutenção do controle sobre as Ilhas Malvinas e a reeleição de Thatcher como primeira-ministra. A Argentina, por sua vez, se afundou em uma crise política e econômica que contribuiu com a derrocada do regime militar e na redemocratização do país.

As relações entre Argentina e Reino Unido estiveram suspensas até 1990, período em que o Brasil, solidário à reinvidicação argentina, se fazia representante dos interesses argentinos em Londres. É importante apontar que em 2012, sob o governo peronista de Cristina Kirchner, o país rio-platense voltou a exigir a reabertura das negociações sobre o caso (MELLO, 1996).

O Paraguai, por sua vez, julga que enfrenta constantes ameaças à sua soberania por parte dos chamados "brasiguaios", os brasileiros ou filhos de brasileiros, nascidos no Paraguai, que compraram terras no país guarani, beneficiados por legislação estabelecida pelo ditador Alfredo Strossner e que permitia a venda de terras em faixa de fronteira para estrangeiros.

Para os paraguaios, os brasiguaios ameaçam a identidade nacional paraguaia na região fronteiriça, uma vez que mantém os costumes brasileiros e a língua portuguesa. Os brasiguaios são, ainda, detentores de importante poder econômico, uma vez que são os proprietários de algumas das terras mais produtivas do Paraguai, o que, constamente, até os dias de hoje, também se traduz em maior poder por parte destes atores no cenário político paraguaio (KHALIL; PIERI, 2009).

Figura 4 – Principais conflitos intermésticos na América do Sul no contexto de ordem internacional bipolar (século XX)



Fonte: Elaboração própria. Baseada em: ADAMS (2011); ORTIZ (2011); MELLO (1996); TOKATLIAN; BARRERA (1991); SEGNINI (1985); FAJARDO (2004), ROUQUIÉ (2009); MARES (2008).

Ainda nesse período, as relações entre Colômbia e Venezuela tiveram sob grande tensão quando, em 1987, uma corveta da armada colombiana realizou uma incursão nas águas do Golfo da Venezuela, região que ainda não estava dotada de acordo de delimitação de fronteiras reconhecido e aceito por ambos os países. Como resposta, o governo venezuelano rapidamente enviou à região mais de 100 mil soldados, além de caças e blindados. Após o conflito chegar a um momento de máxima tensão, o então presidente argentino na época, Raúl Alfonsín e a Organização dos Estados Americanos terminaram por convencer as forças colombianas a recuarem (TOKATLIAN; BARRERA, 1991).

A região do Golfo da Venezuela ainda foi palco de uma série de outras tensões, pois parte da fronteira foi demarcada unilateralmente por Colômbia e Venezuela e é uma região que se caracteriza pela existência de grandes reservas de petróleo e gás natural.

Outros territórios, por exemplo, que se encontram a oeste do rio Esequibo são reclamados pela Venezuela desde 1966, quando a Guiana logrou tornar-se independente do Reino Unido. A região é conhecida como Guiana Esequiba, ou Território do Esequibo e é abundante em recursos naturais como minérios e petróleo, fato esse que gera uma situação de crise latente entre os dois países, sendo que em 2007, a região foi palco da incursão de 70 soldados venezuelanos, cujo motivo seria o combate à mineração ilegal no local (SEGNINI, *et al.*, 1985).

Outra crise marcante no período ocorreu por desentendimentos iniciados com a decisão brasileira de construir a Hidrelétrica Binacional de Itaipu à revelia dos projetos argentinos para aproveitamento dos recursos propiciados pelo Rio Paraná. Essa crise resultou no Acordo Tripartite Itaipu-Corpus, que, de certa forma, equacionou os interesses pela utilização dos recursos hídricos e permitiu que o Brasil e a Argentina iniciassem uma nova etapa nas

suas relações recíprocas, caracterizada pela superação das antigas tensões (FAJARDO, 2004), fato esse, concretizado poucos anos depois, com o apoio do Brasil à soberania argentina sobre as Malvinas.

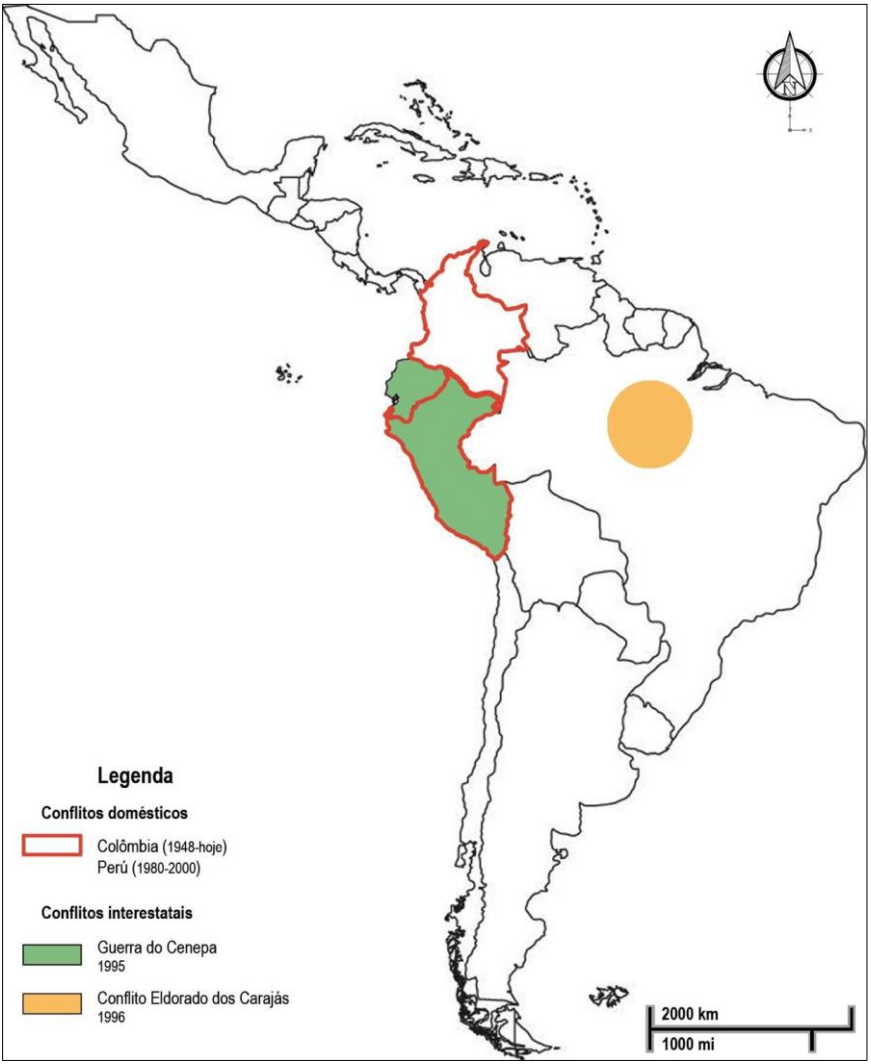
CONFLITOS INTERMÉSTICOS NA AMÉRICA DO SUL NO CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO DOS ANOS 1990

Os anos 1990 foram de hegemonia política neoliberal nos principais países da América do Sul, com os governos com agendas atreladas às regras do Consenso de Washington. Este período ficou marcado pela baixa incidência de contenciosos intermésticos.

Nesse contexto, destaca-se o conflito armado travado entre Peru e Equador, conhecido como Guerra de Cenepa, ocorrido entre janeiro e fevereiro de 1995. As principais motivações desse conflito foram as disputas de uma zona de fronteira conhecida como a bacia do rio Cenepa, cuja soberania da região ainda não se encontrava claramente definida.

Contando com a mediação da Argentina, Brasil, Chile e EUA, os países beligerantes entraram em um acordo quanto à demarcação, ficando o Peru com a soberania sobre a área disputada, que cedeu ao Equador parte da região de Tiwinza. Diversos outros acordos multilaterais foram firmados na mesma ocasião (SANÍN, 2007).

Figura 5 – Principais conflitos intermésticos na América do Sul nos anos 1990



Fonte: Elaboração própria. Baseada em: SANIN (2007); COMPARATO (2001); TOKATLIAN; BARRERA (1991).

Outro contencioso apontado no período, além dos conflitos domésticos no Peru e na Colômbia, ocorreu em 1996, quando cerca de 1500 trabalhadores sem-terra estavam acampados no município de Eldorado dos Carajás, ao sul do estado do Pará, e iniciaram uma marcha para protestar contra a demora na demarcação de terras para fins de reforma agrária. Ao obstruir a rodovia BR-155, os camponeses entraram em confronto com a Polícia Militar do Estado do Pará, resultando em 19 mortes. Tropas do exército foram enviadas para a região para conter a escalada da violência. Esse conflito exemplifica um dos diversos contenciosos que tornam a região amazônica, especialmente a brasileira, uma área intermesticamente instável do ponto de vista político e de gestão do território (COMPARATO, 2001).

CONFLITOS DOMÉSTICOS NA AMÉRICA DO SUL NO CONTEXTO DE DECADÊNCIA DO MODELO NEOLIBERAL

Na primeira década do século XXI, período da decadência do modelo neoliberal na região, além da persistência do conflito colombiano, pode-se observa na figura a seguir, uma série de conflitos domésticos que refletiram na ascensão de governos de esquerda com agendas desenvolvimentistas.

Um desses conflitos domésticos foi a crise do *corralito* na Argentina, decorrente, principalmente, da falência do Estado, em razão da perda de autonomia monetária nos anos de 1990 e do consequente aumento nos níveis de pobreza no país. Este episódio influenciou na eleição do Governo de Néstor Kirchner, cuja agenda externa priorizava as relações com os países vizinhos.

Figura 6 – Principais conflitos domésticos na América do Sul na primeira década do século XXI



Fonte: Elaboração própria. Baseada em: SERBIN (2007); MELLO (1996); TOKATLIAN; BARRERA (1991); MARES (2008).

Já como resultado da ascensão dos governos de esquerda, na América do Sul, eclodiu-se alguns contenciosos entre as elites dominantes de alguns países e os novos governos populares, que adotaram políticas de transferências de renda, dentre outras ações de cunho desenvolvimentista e nacionalista. Nesses casos, podem ser enumerados as tentativas de golpes ao Presidente Rafael Corrêa no Equador, as ações dos movimentos autonomistas em torno da região de *Media Luna* na Bolívia e finalmente, o Golpe no Governo de Fernando Lugo no Paraguai, que por fim, acabou possibilitando a entrada da Venezuela no MERCOSUL em função da suspensão do Paraguai do bloco.

CONFLITOS POLÍTICOS-DIPLOMÁTICOS NA AMÉRICA DO SUL NO CONTEXTO DE DECADÊNCIA DO MODELO NEOLIBERAL

Ainda, na primeira década do século XXI, as dificuldades e a lentidão nas resoluções dos muitos contenciosos políticos-diplomáticos na região surgiram como entraves para a integração política e econômica sul-americana. Isto se deveu ao inevitável transbordamento de determinadas ameaças internas de um Estado para além de suas fronteiras.

A chamada "crise das papeleiras", por exemplo, deveu-se à tensão gerada pela instalação de empresas de celulose na cidade uruguaia de Fray Bentos, vizinha à argentina Gualeguaychú. A população argentina se opunha ao projeto, afirmando que ele resultaria na contaminação do Rio Uruguai e, em alguns momentos, ela chegou a bloquear a ponte que conecta ambas as cidades.

A crise, em princípio de caráter local, terminou por transbordar-se para o MERCOSUL e UNASUL, sendo esta controvérsia levada à Corte Internacional de Justiça.

A grande particularidade deste contencioso é que diferentes atores da sociedade civil de Gualeguaychú e outros atores na escala subcontinental entraram em desacordo e trocaram fortes acusações, inclusive entre os chefes de Estados da Argentina e do Uruguai. O que chamou a atenção neste conflito foi a diversidade de atores subnacionais e não-governamentais que participaram das reivindicações; a dimensão que o caso alcançou no âmbito nacional, principalmente na Argentina; a utilização política do ocorrido; a forma como as manifestações partiram do nível local passando pelo sub-regional até alcançar repercussão em âmbito global; as práticas de protestos com o fechamento da ponte; e, finalmente, as limitações do MERCOSUL nas resoluções de controvérsias (MEDEIROS; SARAIVA, 2009).

Outro conflito doméstico importante se deu em 2010, quando o Estado paraguaio se encontrava em aberto conflito contra o poder paralelo estabelecido pelo narcotráfico no país. Na ocasião, foi decretado Estado de Sítio em cinco departamentos do Paraguai, adotando-se a militarização como estratégia para a recuperação da legitimidade do Estado e para reprimir o Exército Popular Paraguaio (EPP), considerado grupo terrorista. Sob o risco de ter as suas fronteiras afetadas pelo conflito doméstico paraguaio, o governo brasileiro atuou em conjunto com as forças de repressão do país vizinho (ADENTE-BRUN, 2012).

Em outro conflito, desta vez em território boliviano, as tensões domésticas que marcaram a primeira década do século XXI se deveram à chamada "Guerra do Gás" e às intenções separatistas do departamento de Santa Cruz de la Sierra. Este conflito social se iniciou em 2003, decorrente da exploração das reservas de gás descobertas na região de Tarija (PERREAULT, 2006).

Naquela ocasião, o governo de Gonzalo Sánchez de Lozada havia decidido exportar gás natural para o Chile, ignorando o ressentimento que persistia no povo boliviano com relação à perda da saída para o mar, na Guerra do Pacífico (1879-1883). Associado a isso havia a ausência de uma política energética que garantisse o pleno abastecimento do mercado interno de gás natural. Como resultado, o país se afundou em uma crise política e social e diversos setores exigiram a estatização dos hidrocarbonetos. Pode-se dizer que uma das externalidades gerada pelo conflito foi a posterior vitória eleitoral do dirigente sindical cocaleiro Evo Morales à presidência do país, em 2006.

Em 2008, a Bolívia voltou a enfrentar uma crise política, desta vez ameaçando a integridade territorial do país. Naquela ocasião, os departamentos da "Meia-Lua", formada por Santa Cruz, Tarija, Beni e Pando, exigiam a constituição de governos autônomos e rechaçavam a constituição implantada pelo governo de Evo Morales (MOLINA, 2008).

Além da questão étnica, claramente estavam em jogo os interesses econômicos, pois a região separatista concentra a maior parte da riqueza mineral e energética da Bolívia. A crise interna esteve a ponto de evoluir para uma guerra civil e, assim, transbordar-se para toda a região sul-americana.

A questão separatista também era vista com grande preocupação pelos países vizinhos, já que alguns deles também enfrentavam internamente o mesmo tema. A intervenção da UNASUL em defesa de Evo Morales foi fundamental para que a escalada de violência no país fosse contida.

Outro conflito doméstico ocorreu no departamento de Baguá, no estado peruano do Amazonas, que foi palco de um enfrentamento que resultou no massacre de 33 pessoas, no ano de 2009. O conflito ocorreu em função de uma manifestação por parte de grupos

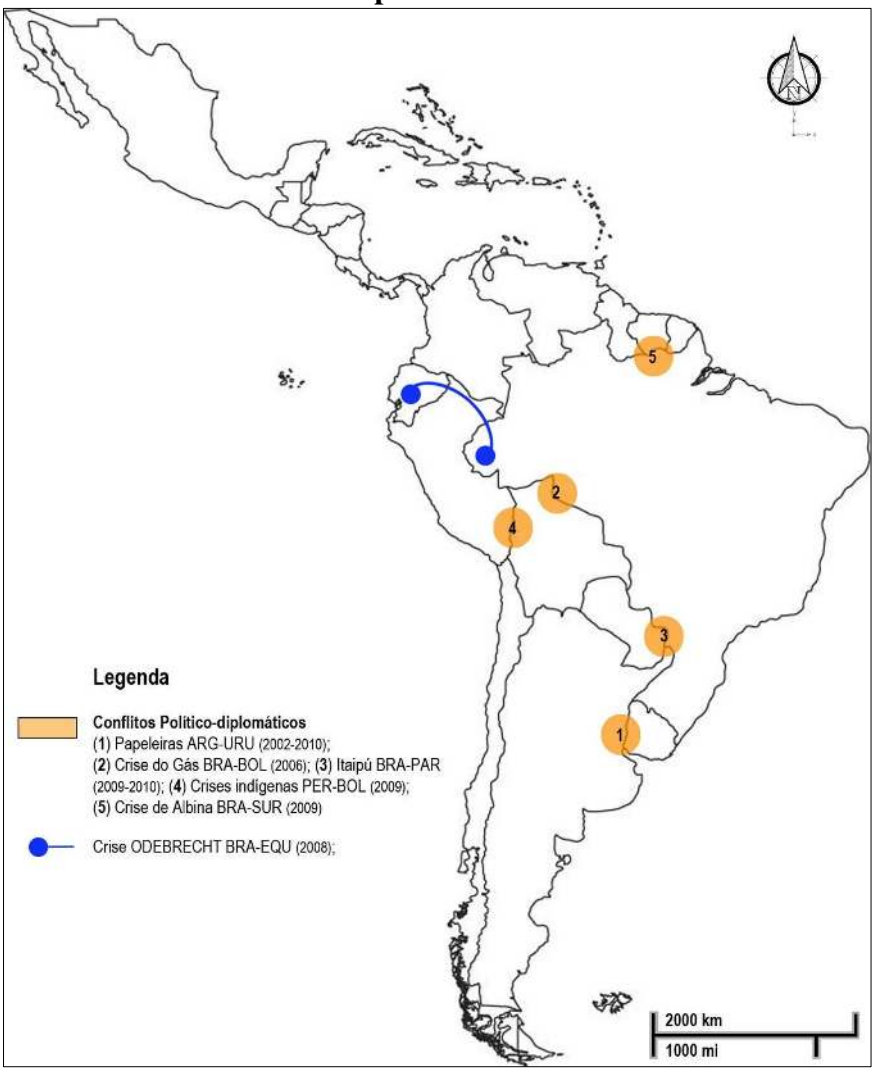
indígenas e de moradores dos departamentos vizinhos contra um decreto legislativo que permitiria as empresas transnacionais do setor de mineração explorarem os recursos energéticos e minerais que existiam na região.

Como resposta, cerca de cinco mil pessoas bloquearam a estrada Fernando Belaúnde Terry por 55 dias, o que terminou em enfrentamento dos manifestantes com a polícia local, transbordando a onda de violência para muitas cidades vizinhas. O conflito foi acompanhado com muita atenção por todos os países da região que, em maior ou menor medida, também enfrentavam o desafio de conciliar a defesa territorial e a exploração dos recursos naturais estratégicos, mas sem afetar os povos originários estabelecidos em seus territórios (BEBBINGTON, 2009).

Outro conflito dotado da mesma natureza dos enfrentamentos de Baguá ocorreu em território brasileiro, na Reserva Indígena Raposa Serra do Sol. Este conflito envolvia a questão da posse da terra, a questão indígena e os interesses de produtores de arroz do estado de Roraima. Ele eclodiu com a revisão da demarcação de terras destinadas à população indígena do estado, que foi ampliada de 3.500 quilômetros quadrados para 17.000 quilômetros quadrados. A nova demarcação considerava como invasores os arrozeiros que ocupavam as terras que pertenceram às suas famílias por décadas. Por isso, eles resistiram à expropriação, uma vez que não concordavam com os valores oferecidos pelo governo federal à título de indenização (WIENKE; LAUERMANN, 2008).

Outras três crises podem ser assinaladas: entre a empresa brasileira Odebrecht e o Governo equatoriano em 2008; entre a Petrobras e o Governo boliviano em 2006 e a Crise de Albina entre Brasil e Suriname em 2009. Estas crises expressam o perfil dos governos da região na primeira década do século XXI no que tange aos interesses nacionais, apesar de toda a agenda convergente em torno da integração sul-americana.

Figura 7 – Principais conflitos político-diplomáticos na América do Sul na primeira década do século XXI



Fonte: Elaboração própria. Baseada em: MEDEIROS; SARAIVA (2009); ADENTE-BRUN (2012); MOLINA (2008); PERREAULT (2006); BEBBINGTON (2009); LAUERMANN (2008).

Todos os contenciosos abordados na primeira década do século XXI demonstram que a região necessitava de mecanismos político-diplomáticos mais efetivos de resolução de conflitos.

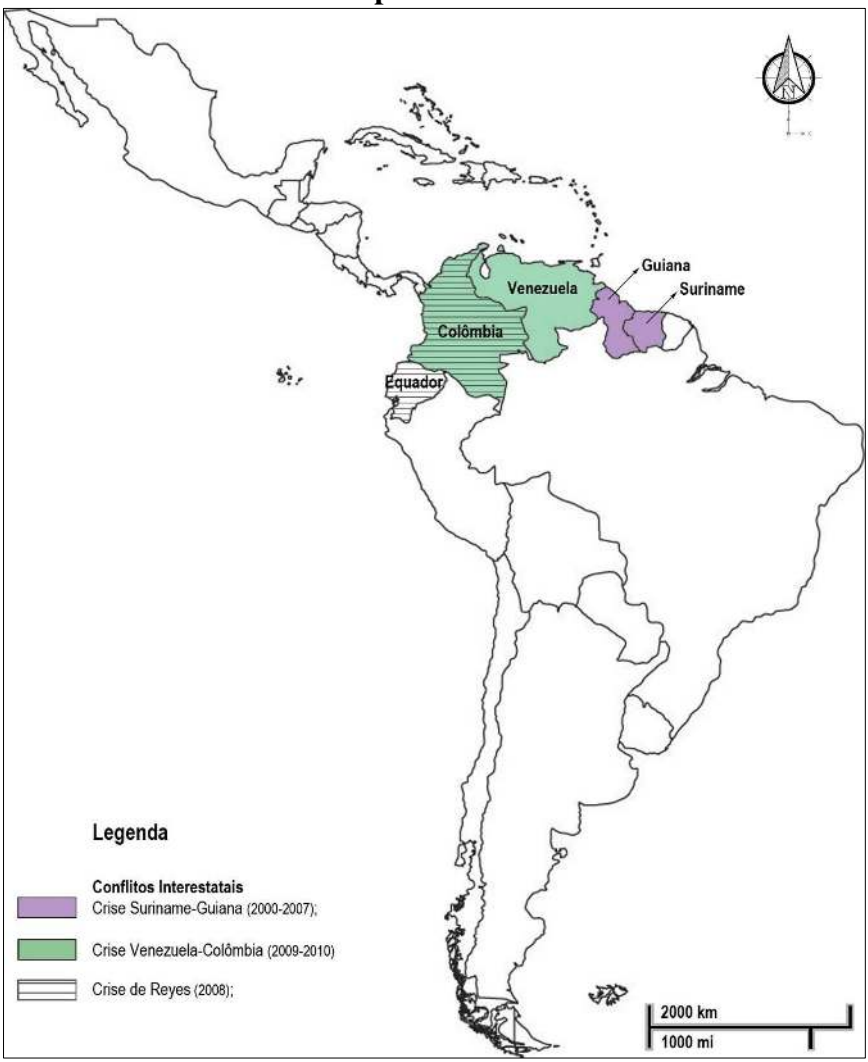
CONFLITOS INTERESTATAIS NA AMÉRICA DO SUL NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI

A próxima figura representa especificamente os conflitos interestatais latentes na região até a primeira década do século XXI. Entre esses conflitos, ressalta-se a Guerra Civil Colombiana que envolveu Governos, Paramilitares e as Guerrilhas, desde 1964. Este não é apenas o conflito latente mais antigo da região, mas também é aquele que mais resultou em desdobramentos críticos. Um deles foi o que se convencionou chamar como "crise andina".

Em 2008, durante a execução da Operação Fênix, as forças militares colombianas realizaram uma incursão em território do Equador. Tratava-se de uma missão contra as FARC-EP[11] e que resultou na morte de diversos guerrilheiros, dentre eles Raúl Reyes. Na ocasião, os governos do Equador e da Venezuela rechaçaram a agressão contra a soberania equatoriana, reclamando a Convenção de Viena, de 1961. O governo colombiano, por sua vez, acusava Hugo Chávez e Rafael Correa de colaborarem com a guerrilha, o que resultou em uma grave crise diplomática na região. Venezuela e Equador romperam relações com a Colômbia e mobilizaram suas forças armadas para suas fronteiras com a Colômbia, ampliando ainda mais a tensão no norte da América do Sul e expondo claramente a possibilidade de conflitos clássicos em pleno século XXI (BATTAGLINO, 2009).

[11] Forças Armadas Revolucionária da Colômbia – Exército do Povo, organização paramilitar, autoproclamada marxista-leninista.

Figura 8 – Principais conflitos interestatais na América do Sul na primeira década do século XXI



Fonte: Elaboração própria. Baseada em: BATTAGLINO (2009); DOMINGUEZ (2012); PIERI; SENHORAS (2010).

A tensão entre os três países foi tema central da XX Reunião da Cúpula do Grupo do Rio em 2008, quando o então presidente colombiano Álvaro Uribe reconheceu a ilegalidade da incursão em território equatoriano e pediu desculpas. Após a mediação do Grupo do Rio, os três países reestabeleceram relações comerciais e diplomáticas e retiraram seus contingentes militares da fronteira.

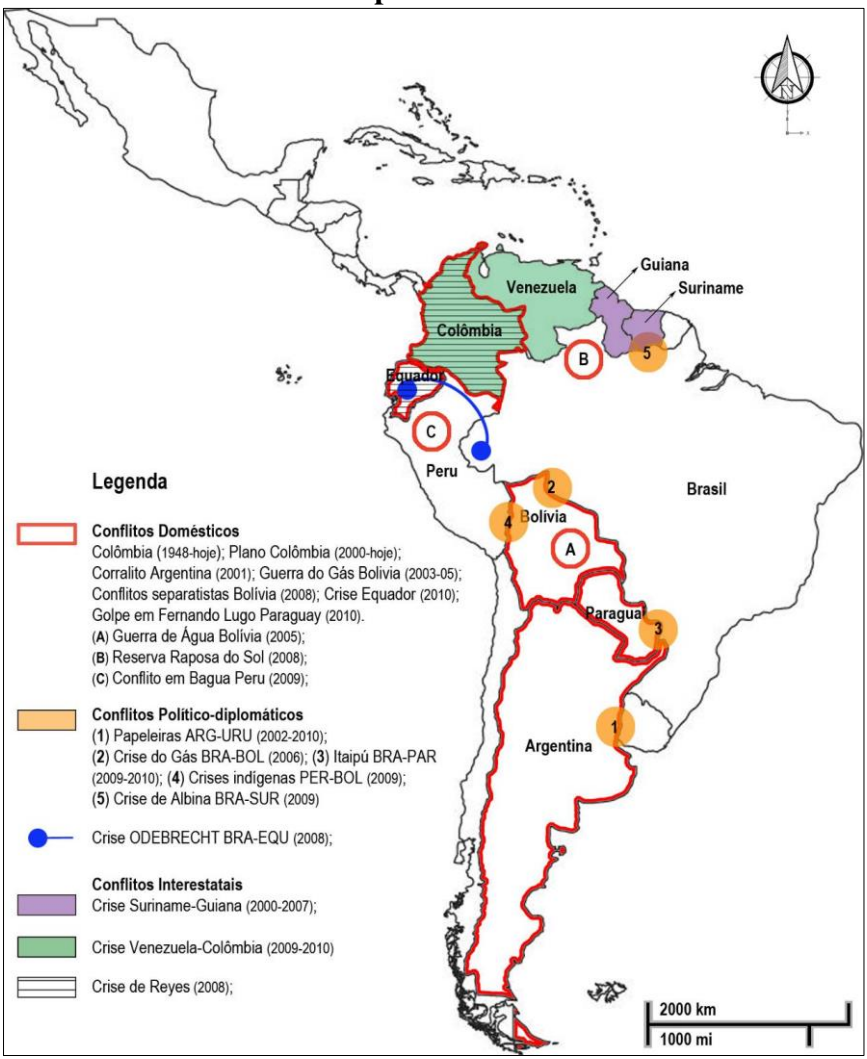
A disputa por fronteiras não plenamente demarcadas ainda é fator que provoca tensão na América do Sul, a exemplo da região do Golfo da Venezuela, como já comentado, que foi palco de uma série de outros litígios, pois foi demarcada unilateralmente por Colômbia e Venezuela e é uma região que se caracteriza de grande importância estratégica pela existência de petróleo e gás natural.

No período que se estendeu de 2000 a 2007, a Guiana e o Suriname viveram a acentuação da tensão, resultante da disputa que travam há décadas pelo controle das águas territoriais. O ponto mais crítico foi em 2000, quando um navio do Suriname foi forçado a se retirar das águas reclamadas por este país pela petrolífera canadense CGX Energia, que havia obtido licença junto ao governo da Guiana. Diante do impasse nas negociações entre ambos os países, a empresa canadense decidiu encerrar o projeto de exploração de petróleo na região. Os países aguardam uma resolução da ONU para resolver a disputa (PIERI; SENHORAS, 2010).

CONFLITOS INTERMÉSTICOS NA AMÉRICA DO SUL NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI

Na primeira década do século XXI, portanto, como observado nos conflitos representados na figura a seguir, pode-se perceber que os conflitos existentes na região sul-americana passaram a ser de outra natureza, principalmente de ordem geoeconômica e com uma nova roupagem nacionalista.

Figura 9 – Principais conflitos intermésticos na América do Sul na primeira década do século XXI



Fonte: Elaboração própria. Baseada em: SERBIN (2007); MELLO (1996); TOKATLIAN; BARRERA (1991); MARES (2008); MEDEIROS; SARAIVA (2009); ADENTE-BRUN (2012); MOLINA (2008); PERREAULT (2006); BEBBINGTON (2009); LAUERMANN (2008); BATTAGLINO (2009); DOMINGUEZ (2012); PIERI; SENHORAS (2010).

Apesar do risco de um conflito clássico, as novas tensões não tendem a implicar em incursões em territórios vizinhos (com a exceção da crise de Reyes, quando, como já comentado, as Forças Armadas colombianas ultrapassaram as fronteiras e invadiram o território equatoriano enquanto perseguiam à integrantes das FARC-EP, inclusive seu principal líder, Raúl Reyes).

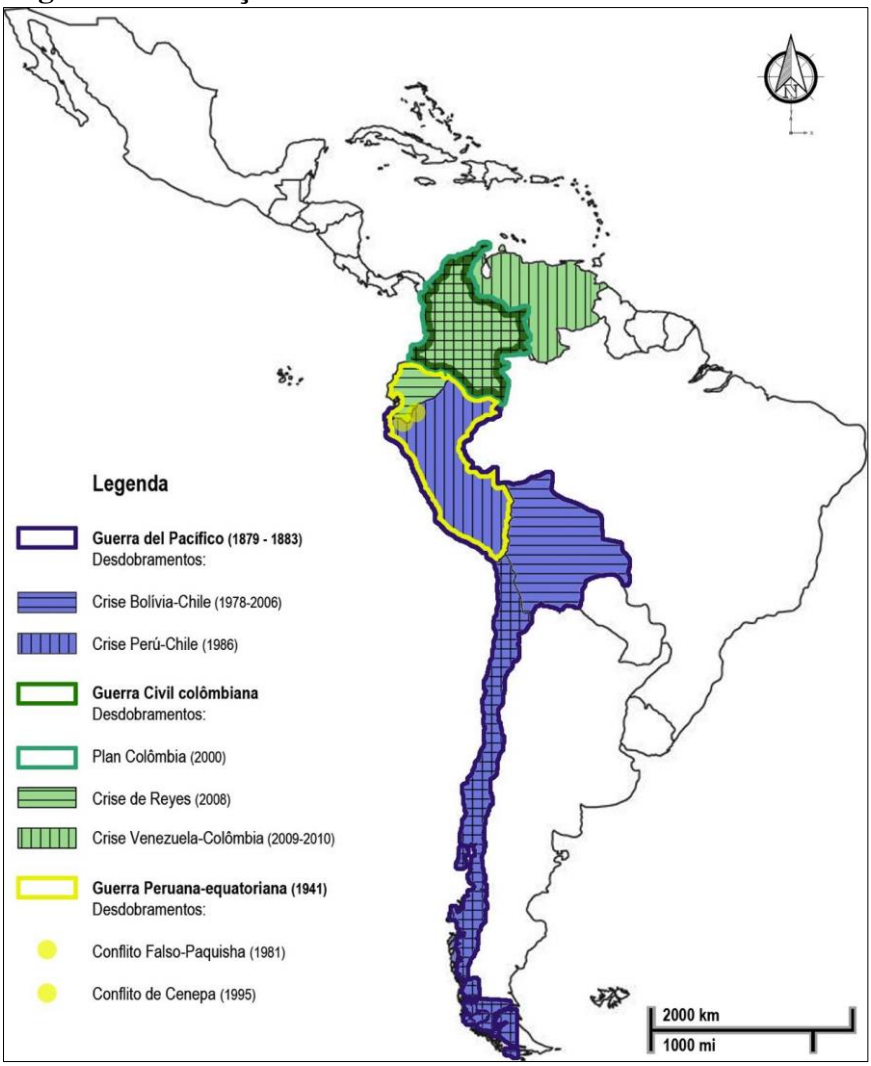
Embora reacendessem alguns conflitos interestatais, os contenciosos passaram a ser principalmente domésticos, como a permanência da guerra civil colombiana, os conflitos devido à demarcação de terras indígenas na região da Raposa do Sol, no Brasil, os conflitos na Bolívia devido às ambições separatistas por parte de Santa Cruz de la Sierra e, até mesmo, as tensões populares resultantes da falência do modelo político neoliberal, como ocorreu na Argentina em 2001.

Os confrontos interestatais também tiveram caráter geoeconômico, como se pôde perceber no contencioso entre a Argentina e o Uruguai por causa da instalação de uma fábrica de papel e celulose, a Botnia, às margens do rio Uruguai, na fronteira entre a cidade uruguaia de Fray Bentos e a cidade argentina de Gualeguaychú.

HISTÓRICOS CONFLITOS INTERMÉSTICOS NA AMÉRICA DO SUL

Mais que perdas materiais e ressentimentos, os conflitos intermésticos históricos que marcaram a América do Sul possuem desdobramentos evidentes nos atuais contenciosos e tensões existentes na região. Um exemplo disto é a Guerra do Pacífico.

Figura 10 – Relações diretas entre conflitos na América do Sul



Fonte: Elaboração própria. Baseada em: BONILLA; MOREANO (2007); BRUNO (2011); CASTRO (2007); LEMOINE (2011); FRAGA (2011); LONG (2001); MITRE (2011); MORA (2008); PÉREZ YOMA (1999); PINHEIRO (2007); SERBÍN (2007); TOKATLIAN (2009); TOVAR PINZÓN (1999); WAISBERG (2008); PIERI (2009).

A guerra civil colombiana, por sua vez, teve como principal consequência a persistência de instabilidade política que se transborda para toda a região. Isto se deve, em partes, ao fato de que o país passou a confundir estratégia de defesa e de segurança, criando uma inter-relação entre segurança nacional e segurança pública. A luta contra o narcotráfico na Colômbia ganha, então, características regionais e envolve questões complexas, tais como o acesso a terra e os fechamentos de fronteiras, especialmente por parte do Brasil, dificultando assim, a classificação da América do Sul como um Complexo Regional de Segurança[12].

Por outro lado, os conflitos ocorridos ao longo do século XX entre Peru e o Equador, colocam em xeque a tese da não persistência de conflitos clássicos no limiar da Globalização[13]. Nesse sentido, visto que o conflito em Cenepa ocorreu em 1995 e os outros dois em cenários políticos e econômicos internacionais completamente diferentes, evidenciam uma latência conflitiva permanente na relação política entre os dois países, ampliada a partir da sobreposição de acordos bi e multilaterais no subcontinente.

Desta forma, é possível afirmar que diversos contenciosos na atualidade, possuem estreitas relações com conflitos intermésticos históricos, especialmente com a Guerra Civil Colombiana, com a Guerra do Pacífico e com a Guerra Peruana Equatoriana.

[12] Desenvolvida por Barry Buzan e Ole Waever, os *complexos regionais de segurança* são conjuntos estratégicos multipolares, "um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, dessecuritização ou ambos, são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos de maneira independente" (BUZAN; WAEVER *apud* CEPIK, 2005).

[13] A perspectiva liberal considera, basicamente, que nos anos 1990 os conflitos, em um contexto de interdependência complexa, - no qual os Estados passam a perder poder de decisão frente à emergência de atores não estatais, são contidos por interesses econômicos impulsionados por acordos de cooperação e abertura comercial. Nessa dinâmica, observa-se uma menor preponderância dos poderes militares nas relações internacionais (KEOHANE; NYE, 2011).

PARA NÃO CONCLUIR

O artigo busca ilustrar, de maneira bastante genérica, a evolução dos conflitos intermésticos na América do Sul, apontando basicamente para três fenômenos:

1) A persistência de conflitos clássicos latentes na região demonstra que esses tipos de contenciosos continuam a existir, rompendo assim com a perspectiva liberal das relações internacionais, que defende a tese de que esses tipos de conflitos foram superados com o limiar da globalização;
2) Os conflitos intermésticos latentes expressam os reais padrões históricos de amizade e inimizade entre os países da América do Sul, surgindo assim, como um dos principais obstáculos à integração regional e consequentemente à segurança e à cooperação entre os países do subcontinente;
3) A América do Sul não se caracteriza como uma comunidade regional de segurança, pois isso requer algumas prerrogativas inexistentes, tais como o Multilateralismo a partir do aprofundamento da personalidade jurídica dos arranjos regionais de integração; a desmilitarização de fronteiras; a linguagem comunitária para definições de ameaça; e a identidade no tratamento das questões relacionadas à estabilidade regional, temas esses, cada vez menos importantes no cenário político sul-americano.

Por fim, é importante frisar que esse artigo não aborda os impactos recentes das Guerras Híbridas nos golpes/impeachments e nas instabilidades institucionais dos países do subcontinente e nem tampouco, analisa os efeitos do advento da Guerra Cultural e a

consequente ascensão de lideranças políticas que atuam de maneira desconforme ao histórico de inserção internacional de alguns países, a exemplo, do Brasil.

REFERÊNCIAS

ABENTE-BRUN, D. "Paraguay: Crecimiento económico, conflicto social e incertidumbre política". **Revista de Ciencia Política**, vol. 32, n. 1, 2012.

ADAMS, G. "A look inside the Shining Path". **Foreign Policy** Februrary, 2008.

BATTAGLINO, J. "O Brasil e a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano". **Revista Nueva Sociedad**, 2009.

BEBBINGTON, A; BEBBINGTON, D. H. "Actores y ambientalismos: Conflictos socio-ambientales en Peru". **Íconos**: Revista de Ciéncias Sociales, n. 35, 2009.

BUZAN, B. **People, states & fears**: An agenda for international security studies in the post-Cold War era. Londres: Lynne Rienner Publishers, 1991.

BUZAN, B.*;* WAEVER, O. **Regions and Powers**: The estructure of International security. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

COMPARATO, B. K. "A ação política do MST". **Revista São Paulo em perspectiva**, vol. 15, n. 4, 2001.

DOMÍNGUEZ, J. I. "Seguridad, paz y democracia en América Latina y el Caribe". *In*: **Seguridad Internacional, paz y democracia en el Cono Sur**. Santiago: Flacso-Chile, 2012.

FAJARDO, J. M. C. **Acordo Tripartite Itaipu-Corpus**: Ponto de inflexão entre a disputa geopolítica e a política de cooperação (Dissertação de Mestrado em Ciência Política). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

KEOHANE, R.; NYE, J. **Power and interdependence**. Boston: Pearson, 2011.

KHALIL, S. M.; PIERI, V. S. G. "Os acordos migratórios no MERCOSUL e os brasiguaios: solução para o problema?". **Boletim Meridiano 47**, v. 10, n. 109, 2009.

KORYBKO, A. **Guerras Híbridas**: Das revoluções coloridas aos golpes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LEMOINE, M. "Les paysans des Andes, otages et victimes- Cultures illicites, narcotrafic et guerre en Colombie". **Le Monde Diplomatique** [2001]. Disponível em: <http://www.monde-diplomatique.fr>. Acesso em 03/12/2011.

LIMA, M. F. P. **Do americanismo ao universalismo**: as transformações nas relações internacionais do Brasil de 1902 a 1964 (Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais). Brasília: UnB, 2006.

MANNING, B. "The Congress, the Executive and Intermestic Affairs: Three Proposal". **Foreign Affairs** [January, 1977]. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com>. Acesso em: 14/12/2011.

MARES, D. R. "Los temas tradicionales y la agenda latino-americana". **Foreign Affairs Latinoamérica**, vol. 8, n. 3, 2008.

MEDEIROS, M. A.; SARAIVA, M. G. "Os atores subnacionais no MERCOSUL: o caso das Papeleras". **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, n. 78, 2009.

MELLO, L. I. A. **Argentina-Brasil**: balança de poder no Cone Sul. São Paulo: Anna Blumme, 1996.

MITRE, A. "Ligações Perigosas: Estado e guerra na América Latina". **Plataforma Democrática**, Working paper n. 7, 2010.

MOLINA, F. Bolivia: la geografía de un conflicto. **Revista Nueva Sociedad**, n. 18, 2008.

MORA, M. R. **La casa Gibbs y el monopolio salitrero peruano**: 1876-1878. Santiago: História, 2008.

NYE JR. J. S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais**. São Paulo: Ed. Gente, 2009.

ORTIZ, P. "Capitalismo extractivo, minería y derecho: pueden cohabitar?". **Íconos**: Revista de Ciéncias Sociales, n. 39, 2011.

PAGLIARI, G. C. **O Brasil e a segurança na América do Sul**. Curitiba: Juruá, 2009.

PÉREZ YOMA, E. "La defensa nacional de Chile y la globalización". **Revista Fasoc**, n. 4, 1999.

PERREAULT, T. "From the Guerra del Agua to the Guerra del Gas: Resource governance, neoliberalism and popular protest in Bolivia". **Antipode**: a radical journal of geography, v. 38, 2006.

PIERI, V. S. G. **Dilemas da Integração Sul-Americana**: Entre a geoestratégia da contenção e a geoeconomia da concorrência (Tese de Doutorado em Geografia). Campinas: Unicamp, 2014.

PIERI, V. S. G.; SENHORAS, E. "O papel dos recursos naturais nos conflitos intermésticos da América do Sul". **IV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa**. Brasília: UnB, 2010.

ROUQUIÉ, A. "Os militares na política latino-americana após 1930". *In*: BERTHELL, L. **História da América Latina**. São Paulo: EDUSP, vol. 7, 2009.

SANÍN, F. G. "Conflicto entre los países andinos". *In*: SERBÍN, A. (org.). **Paz, conflicto y sociedad civil en América Latina y el Caribe**. Barcelona: Icaria, 2007.

SEGNINI, I. S.; MEJÍAS, L.; ALARCÓN, F.; MORALES, F.; HERNÁNDEZ, N.; MEJÍAS, I.; ALCÁNTARA, J. "La ocupación de los espacios fronterizos como medio para reafirmar la soberanía territorial. Caso: Espacios colidantes con la Guiana Esequiba". **Revista Geográfica**, n. 102, 1985.

SERBÍN, A.; UGARTE, J.M. "Prevención de los conflictos armados y sociedad civil en America Latina y Caribe". *In*: SERBÍN, A. (org.). **Paz, conflicto y sociedad civil en América Latina y el Caribe**. Barcelona: Icaria, 2007.

SKIDMORE, T. E; SMITH, P. H. **Historia Contemporánea de América Latina**. Barcelona: Crítica, 1999.

TODA COLOMBIA. "Regiones Naturales de Colombia". **Portal Eletrônico Toda Colombia** [21/02/2019]. Disponível em: <https://www.todacolombia.com>. Acesso em: 16/12/2021.

TOKATLIAN, J. G. "Colombia: fronteras, Guerra y Paz". **Revista latinoamericana de temas internacionales** – Archivos del Presente, n. 50, 2009.

TOKATLIAN, J. G.; BARRERA, C. "Geografía, desarrollo regional y política exterior: el caso de la frontera tripartita colombo-venezolana-brasileña en la intendencia de la Guainia: uma perspectiva desde Colombia". **Revista Estudios Internacionales**, n. 93, 1991.

WIENKE, F.F.; LAUERMANN, R. T. "O conflito de interesse no processo de demarcação na reserva indígena de Raposa Serra do Sol: análise dos discursos do STF". **Revista de direito culturais**, vol. 3, n. 5, 2008.

CAPÍTULO 4

Desigualdades Sociais, Violência e Insegurança Territorial na América Latina e Caribe

DESIGUALDADES SOCIAIS, VIOLÊNCIA E INSEGURANÇA TERRITORIAL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

Gustavo Glodes Blum

A temática da desigualdade vem, desde os anos 1950, se tornando uma das discussões centrais a respeito das decisões em termos de políticas públicas e de administração econômica no mundo. Diferentes tradições de pensamento têm refletido sobre o tema, a partir de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. No cerne da sua discussão, porém, está a compreensão dos processos de conformação da diferença dentro das sociedades, e seus efeitos para compreender a economia e a política (ANDERSON, 2015).

Diante de um mundo que vem se tornando cada vez mais desigual (UNRISD, 2018) e dos efeitos de uma pandemia global avassaladora em diferentes regiões do globo, faz-se necessário verificar se a discussão pode contribuir para compreender os rumos das sociedades latino-americanas e caribenhas. Região que tem se confrontado com as dificuldades econômicas de uma possível nova "década perdida", a América Latina e o Caribe (ALC) somam, a este cenário econômico, altos índices de violência que assumem diferentes formas na região. Recentemente, a atuação das forças de segurança dos países da região, embasada em uma determinada representação de seus países como cada vez mais inseguros, têm justificado uma série de ações de uso da violência e aplicação da exceção.

É dentro deste contexto que se pretende, neste trabalho, fazer uma breve revisão teórica a respeito de duas características que vão de mãos dadas na questão da segurança na região: as desigualdades

econômicas e sociais na ALC, e sua influência nas diferentes lógicas de uso da violência de forma não-estatal na região. Para tal, este trabalho faz, inicialmente, uma revisão a respeito do conceito de desigualdade com base na obra de Tim Anderson (2015), para posteriormente explorar dados relativos tanto a indicadores socioeconômicos de desigualdade na região, como compreender que tipo de violência se manifesta na ALC. Espera-se, assim, contribuir para compreender os grandes desafios que, neste momento de transformação global, defrontam-se com as sociedades da região.

PERSPECTIVAS A RESPEITO DA DESIGUALDADE: APROPRIAÇÕES DO CONCEITO

No ano de 2018, o Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento Social da Organização das Nações Unidas (UNRISD, na sigla em inglês) realizou uma conferência internacional intitulada "Superando as Desigualdades num Mundo Fraturado: Entre o poder das elites e a mobilização social". De acordo com o instituto, o evento foi realizado em razão de processos globais que ocorriam na época, e os desafios aceitos por países ao redor do mundo em torno da Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável:

> As desigualdades são um dos maiores desafios atuais, obstaculizando a redução da pobreza e o desenvolvimento sustentável. Tais disparidades são catalisadas pela captura do poder econômico e político por parte das elites, um processo que se reforça e compõe a desigualdade, a qual – em suas diferentes dimensões – corrói a sustentabilidade social, ambiental e econômica, e alimenta a pobreza,

> a insegurança, o crime e a xenofobia (UNRISD, 2018, s/p).

De acordo com o UNRISD, o aumento da desigualdade dentro e entre diferentes sociedades promove o aumento de abismos sociais, compostos por diferentes processos: instituições são cooptadas ou desempoderadas, deixando de realizar seu potencial de realizar o bem social; visões a respeito da justiça social e de equidade enquanto horizonte político comum são escanteadas. "Como resultado", afirma o UNRISD, as sociedades "estão se fraturando de formas que estão se tornando mais e mais tangíveis, com um crescente afastamento entre os privilegiados e o resto, rearranjando de forma dramática tanto as macroestruturas quanto os modos de vida local" (UNRISD, 2018).

Em que pese fenômenos como a pandemia de COVID-19 tenham recentrado a questão da desigualdade entre sociedades ao redor do mundo e dentro das mesmas, no caso da América Latina e do Caribe a questão da desigualdade parece ser uma questão estrutural de fundamental importância. Diferentes dimensões desta desigualdade costumam aparecer ao caracterizar países da região, quando não a situação da ALC como um todo: o nível de urbanização da região é o mais alto do mundo (UNData, 2021), constituindo um desbalanceamento relevante para compreender as relações entre o rural e o urbano; a desigualdade de renda marca as sociedades latino-americanas e caribenhas; e, as recentes opções políticas por parte dos Estados da região parecem ter um papel fundamental no aprofundamento desta realidade.

Estas diferentes possibilidades de instrumentalização da noção de desigualdade fazem com que, no debate público, este termo seja utilizado de forma polissêmica, ou seja, a partir de diferentes pressupostos e com variadas consequências. Desta forma, para utilizar-se deste conceito enquanto um conceito analítico preciso,

faz-se necessário dá-lo o recorte contingente necessário em relação tanto aos seu conteúdo, quanto com relação às consequências para a análise que pode trazer (FOUREZ, 1995).

De acordo com Tim Anderson (2015), a própria variabilidade da concepção de desigualdade advém de um processo histórico de construção desta ideia em razão da sua capacidade transformativa da sociedade. Em um estudo a respeito das diferentes gerações de estudos a respeito deste tema – um campo relativamente recente, iniciado apenas no pós-Segunda Guerra Mundial de maneira sistemática –, Anderson aponta para a relevância dada, em determinados momentos históricos, às explicações dadas para o fenômeno da desigualdade nas sociedades ao redor do mundo. É importante apontar, como indica o autor, que menos que gerações estanques e que se superam, em realidade trata-se de tradições acadêmicas de análise, que podem coexistir e, inclusive, entrecruzar-se em diferentes oportunidades.

A primeira aproximação realizada com relação ao tema da desigualdade, para Anderson (2015), foi aquela que se dedicou à construção de argumentos econômicos que explicam a disparidade das capacidades de atuação de diferentes grupos e indivíduos numa mesma sociedade a partir de argumentos econômicos. Segundo esta linha de pensamento, é a renda individual ou coletiva que define a desigualdade, ao mesmo tempo em que a renda é aquilo que a limita. Isto significa dizer que a atuação dos agentes governamentais em torno do tema deveria se dedicar a compreender os mecanismos pelos quais seria possível aumentar a renda das diferentes comunidades e dos indivíduos, de forma a criar condições institucionais para a diminuição da desigualdade econômica.

O desenvolvimento destas práticas, e certas críticas à visão que se restringe ao valor absoluto da renda recebida por um indivíduo ou um grupo, deram fundamento para a segunda tradição de pensamento a respeito da desigualdade, segundo Anderson

(2015). Para esta tradição de análise do tema da desigualdade, os problemas da desigualdade se definem por direitos efetivos dos indivíduos ou coletividades, e não apenas pelo seu acesso a recursos econômicos. A justiça social, portanto, aparece como um dos eixos privilegiados de atuação, uma vez que a concepção de pobreza não se relaciona apenas ao acesso nominal ou absoluto a uma quantidade específica de dinheiro, dependendo do contexto no qual estes atores se encontrem. Assim, estas explicações apontam para a ideia de pobreza dinâmica e a necessidade de pensar o desenvolvimento humano, já que a desigualdade está vinculada à pobreza, mas os direitos individuais efetivos importam para a diminuição dos níveis de desigualdade.

Esta reflexão mais estrutural, contextualizada histórica e geograficamente, estabeleceu alguns parâmetros que passaram a ser levados em conta na pesquisa e discussão a respeito da desigualdade. Levar em conta não apenas o acesso a recursos econômicos, que podem não ser suficientes para reduzir desigualdades, assim como pensar os direitos individuais, levou à necessidade de pensar as práticas sociais a eles relacionados, demandando reflexões a partir de como as sociedades criam seus padrões de comportamento coletivo e levantando a questão da justiça social.

Neste tipo de reflexão a respeito do tema da desigualdade, o conflito é o que define o problema, sendo que a construção de um "consentimento" a respeito da redução da desigualdade pode mitigá-lo. Para Anderson (2015), a ênfase deste tipo de reflexão recai em soluções que são imaginadas pelos propositores de políticas públicas de forma a evitar o conflito, já que são os acordos sociais e/ou a justiça social idealizada que importam para esta linha de reflexão a respeito da desigualdade.

Ainda assim, esta reflexão pode encontrar dificuldades para ser realizada em razão do contraste entre a forma como estas soluções são idealizadas e a realidade no terreno onde estas políticas

públicas são aplicadas. Os direitos nominais que podem ser adquiridos por indivíduos ou coletividades dentro de uma sociedade podem não se traduzir em instrumentos efetivos para a redução da desigualdade, uma vez que o acesso destes atores envolvidos, a "entrega" desta igualdade pode não ocorrer por práticas não-intencionais ou deliberadas de redução do acesso a estes direitos.

Assim, segundo Anderson (2015), a desigualdade passou também a ser questionada a partir da ideia de envolvimento direto, no qual a participação equitativa é socialmente necessária para a redução dos níveis da desigualdade ao redor do mundo. Ela é um problema básico e constitutivo das sociedades, segundo esta perspectiva, mas pode ser exacerbada em razão de diferentes práticas de exclusão social que impedem uma participação mais ativa dos indivíduos, reduzindo o número de atores sociais que podem influenciar o desenvolvimento de políticas públicas ou que podem fazer valer seus interesses no escopo da ação estatal. Neste tipo de perspectiva, a exclusão social obstrui a autodeterminação individual e social, impedindo que haja uma liberdade maior de definição da vida individual e coletiva para aqueles e aquelas que são excluídos dos processos decisórios na sociedade.

O quadro 1, disposto na página seguinte, remonta as principais características de cada linha de reflexão a respeito da desigualdade, indicando quais são as explicações que apresentam, os fatores que limitam a participação social e as lógicas fundamentais de superação da desigualdade.

Para cada linha de interpretação a respeito da questão da desigualdade é possível encontrar eco na realidade latino-americana e caribenha. A compreensão da realidade das sociedades da região, e das opções políticas por parte de seus Estados, permite perceber que estes elementos, diferentemente de outras regiões do mundo, se entrecruzam e retroalimentam na ALC, abrindo diferentes frentes possíveis para realizar a análise. É a essa caracterização da região,

com base nestes pressupostos analíticos, o tema ao qual se dedicará a próxima seção deste trabalho.

Quadro 1 – Teorias explicativas da desigualdade, fatores limitantes e lógicas fundamentais

Explicações da desigualdade	Fatores limitantes	Lógicas fundamentais
Argumentos econômicos	A desigualdade é definida pela renda, e limitada por esta	O aumento da renda importa
Explicações em torno da pobreza dinâmica e do desenvolvimento humano	Os problemas de desigualdade se definem por direitos efetivos e/ou pela justiça social	A desigualdade está vinculada à pobreza; os direitos individuais efetivos importam
Teorias sobre o contrato social e a justiça social	O conflito define o problema, o "consentimento" pode mitigá-lo, as relações idealizadas o evitam	Os acordos sociais hipotéticos e/ou a justiça social idealizada importam
Explicações com base na integridade social	Envolvimento direto; a participação equitativa é socialmente necessária	A desigualdade é um problema básico; a exclusão social obstrui a autodeterminação individual e social

Fonte: ANDERSON (2015).

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE COMO REGIÃO DE DIFERENTES DESIGUALDADES

Tanto para analistas quanto para diferentes instituições, "a América Latina e o Caribe [constituem] a região que apresenta os índices mais altos de desigualdade na distribuição de renda e de

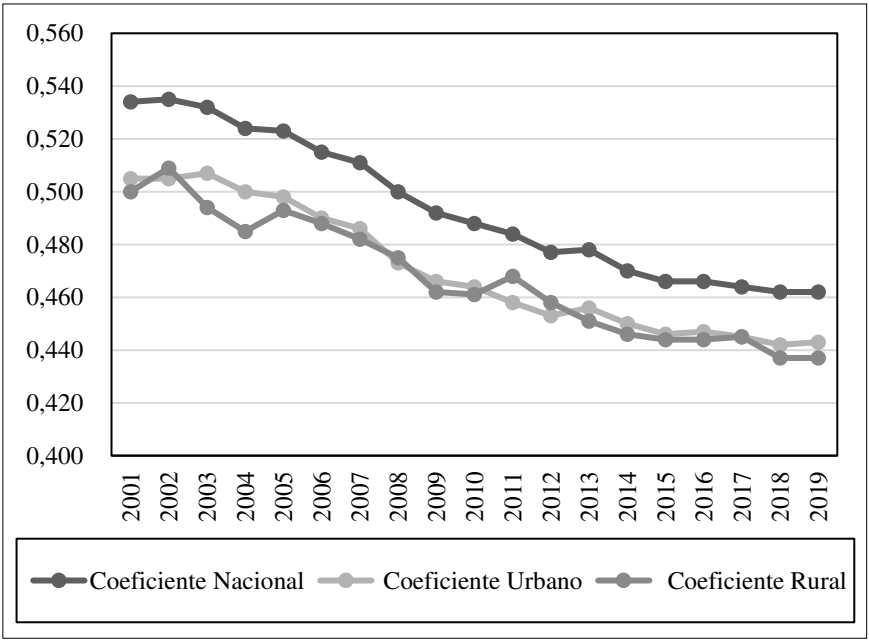
disparidades territoriais dentro e entre os países da região", sendo possível considerar que estas diferencias e discrepâncias em indicadores socioeconômicos podem ser consideradas "uma mostra das desigualdades econômicas e sociais" que marcam estas sociedades (LLUNGO ORTÍZ, 2018, p. 16). As disparidades em renda e outros tipos de acesso podem ser interpretadas como resultado dos diversos níveis de disparidade de realidades territoriais tanto dentro da ALC quanto dentro das sociedades nacionais dos Estados que a compõem.

Neste sentido, uma primeira aproximação possível para compreender a realidade da região seria analisar os dados relativos à concentração de renda e aos níveis de pobreza, tema que ocupou muito da pauta de políticas públicas na região nas primeiras décadas do século XXI. Para tal, se tornam importantes para compreender a realidade da região a evolução do Coeficiente de Gini, índice utilizado pela Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL) para analisar a concentração de renda na região.

A tendência que se percebe importa em diferentes aspectos. De fato, é possível verificar que as políticas de redução da desigualdade de renda na região desde o início do século tiveram um papel fundamental na redução da concentração de renda na região desde 2001: partindo-se de um índice médio nacional de 0,534 naquele ano, passou-se, na região, a um total médio nacional de 0,462. Considerando-se a média dos valores nacionais de concentração de renda, verifica-se uma redução em 13,4% do Coeficiente de Gini de acordo com a CEPAL nos 18 anos analisados. É importante notar, porém, que os períodos de maiores quedas estão bem demarcados, encontrando-se as maiores quedas nos anos de 2004, 2006, 2008 (com a maior queda, de 2,2%), 2009 e 2014. A partir de 2015, coincidindo com a crise dos valores das commodities exportadas pela região, as diminuições no nível de concentração de

renda têm diminuído, chegando a não se alterar entre 2015 e 2016, e entre 2018 e 2019.

Gráfico 1 – Evolução da concentração de renda na América Latina e no Caribe entre 2001 e 2019 de acordo com o Coeficiente de Gini



Fonte: CEPAL (2021).

Este movimento que se observa regionalmente deve ser considerado, também, enquanto um retrato mais geral, e que deve ser comparado com as realidades nacionais. Para as finalidades deste artigo – discutir a sensação de insegurança na região – torna-se relevante entender algumas realidades nacionais. A tabela abaixo indica os níveis do Coeficiente de Gini para o ano de 2019 em 18

países estudados pela CEPAL, assim como a média simples da realidade da América Latina e do Caribe.

Tabela 1 – Coeficiente de Gini nacional, urbano e rural para a América Latina e Caribe (2019)

País/Região	Média nacional	Média urbana	Média rural
Argentina	s/d	0,400	s/d
Bolívia	0,430	0,393	0,462
Brasil	0,538	0,530	0,491
Chile	s/d	s/d	s/d
Colômbia	0,529	0,510	0,462
Costa Rica	0,495	0,486	0,459
Equador	0,456	0,441	0,420
El Salvador	0,406	0,390	0,357
Guatemala	s/d	s/d	s/d
Honduras	0,494	0,438	0,460
México	s/d	s/d	s/d
Nicarágua	s/d	s/d	s/d
Panamá	0,506	0,465	0,515
Paraguai	0,473	0,436	0,485
Peru	0,429	0,395	0,398
República Dominicana	0,432	0,437	0,373
Uruguai	0,392	0,394	0,324
Venezuela	s/d	s/d	s/d
América Latina (Média simples)	*0,462*	*0,443*	*0,437*

Fonte: CEPAL (2021).

A tabela 1 revela algumas questões importantes para compreender a realidade da América Latina e do Caribe. Em primeiro lugar, cabe indicar que a série histórica utilizada pela CEPAL não se encontra completa, sendo que para o ano de 2019 faltam dados a respeito da média nacional e de áreas rurais para seis

países (Argentina, Chile, Guatemala, México, Nicarágua e Venezuela), sendo que nos dados relativos ao coeficiente de concentração de renda para áreas urbanas cinco países não estão representados (Chile, Guatemala, México, Nicarágua e Venezuela).

Diante do quadro apresentado pela CEPAL, algumas considerações são possíveis de serem feitas a respeito da concentração de renda na região. Em que pese a tendência anteriormente abordada, de gradual diminuição da concentração de renda na América Latina e no Caribe, algumas realidades nacionais apontam para questões importantes na compreensão da realidade regional. O Brasil é o país que apresenta os maiores índices de concentração de renda na média nacional e na média urbana (com coeficientes de 0,538 e 0,5309, respectivamente), enquanto o país que apresenta a maior desigualdade na concentração de renda na área rural é o Panamá, com coeficiente de 0,515.

Dos países que têm dados disponíveis de acordo com a CEPAL, seis têm uma média nacional de concentração de renda menos que a média latino-americana e caribenha: Uruguai, El Salvador, Peru, Bolívia, República Dominicana e Equador. Outros seis têm uma média superior àquela da região como um todo, sendo que os maiores níveis, acima de 0,500, são registrados no Panamá, na Colômbia e no Brasil.

Ainda que esteja entre os países que têm coeficiente menor que a média regional em nível nacional, a Bolívia aparece entre aqueles com média superior à tendência latino-americana e caribenha com relação à concentração de renda em áreas rurais, já que apenas os outros cinco países citados estão abaixo da média. A Bolívia, assim, junta-se à Costa Rica, às Honduras, à Colômbia, ao Paraguai, ao Brasil e ao Panamá dentre os países com dados disponíveis como aqueles que têm os maiores níveis de concentração de renda nas áreas rurais.

Ainda assim, a Bolívia é um dos países com menor concentração de renda nas áreas urbanas, junto a El Salvador, Uruguai, Peru, Argentina, Paraguai, República Dominicana, Honduras e Equador. Este nível de concentração é o único em que a maioria dos países estudados está abaixo da média latino-americana e caribenha, sendo que os países que registram os maiores níveis de concentração de renda em áreas urbanas são, em ordem crescente, o Panamá, a Costa Rica, a Colômbia e o Brasil.

Esta caracterização é importante para compreender não apenas o tema do acesso à renda, mas também as potenciais relações territoriais que demarcam a realidade destes países. Sendo as relações políticas demarcadas pela diferenciação entre indivíduos e comunidades (BOBBIO, 1987), é possível compreender as consequências políticas da atuação de elites agrárias e urbanas na definição do funcionamento das sociedades nacionais da América Latina e do Caribe, e principalmente nas opções políticas adotadas pelos Estados da região com relação à sua formulação e execução de políticas públicas internas e externas, tema que demarca a história da região (MONIZ BANDEIRA, 2010).

O apartamento da participação política em razão da condição econômica das populações da América Latina e do Caribe pode ser observada, também, nos níveis de pobreza da região. Ainda que este indicador possa ser criticado em razão das variáveis incluídas, trata-se de questão relevante para compreender os processos econômicos, sociais e políticos da região, inclusive diante dos efeitos devastadores da pandemia de COVID-19 atualmente. A CEPAL não disponibiliza dados a respeito dos últimos dois anos, sendo que sua análise vai até 2019 devido às práticas de consolidação de dados. Ainda assim, pode-se interpretar algumas dinâmicas no entorno desta questão, exacerbada em razão da pandemia.

Um contraste possível é a comparação entre a realidade do início do século XXI com realidades mais recentes da região no

tocante aos níveis de pobreza e de pobreza extrema. De acordo com a CEPAL, em 2002 o nível médio de pobreza nacional na região era de 45,2%, ou seja, quase metade da população naquele período se encontrava em situação de pobreza. A situação era mais crítica na área rural, na qual mais da metade da população se encontrava em situação de pobreza (62,8%), e menor que a média nacional nas áreas urbanas, ainda que em um nível muito alto (40,3%). Dez anos depois, em 2012, os níveis estavam bem abaixo destes valores anteriormente indicados: havia uma média nacional na região de 28,7% da população em níveis de pobreza, sendo que essa era a realidade de 23,6% da população urbana, e de 48% da população rural. Esta tendência avançou mais recentemente, sendo que os dados disponíveis, a partir de 2016, demonstram uma estabilidade resiliente dos níveis de pobreza nacional, urbana e rural, como é possível observar na tabela abaixo:

Tabela 2 – Evolução da média regional de níveis de pobreza na América Latina e no Caribe (2016-2019)

Região	**Nível de pobreza**		
América Latina e Caribe	**Média nacional**	**Média da área urbana**	**Média da área rural**
2016	29,9	26,0	46,2
2017	29,8	26,0	46,0
2018	29,8	26,1	45,3
2019	30,5	26,9	45,7

Fonte: CEPALSTAT (2021).

Para o ano de 2019, a maioria dos países estudados pela CEPAL apresentavam indicadores abaixo da média regional de níveis nacionais de pobreza. Em termos gerais, apenas a Bolívia, a Colômbia e Honduras apresentavam níveis nacionais de pobreza acima da média latino-americana e caribenha de 30,5% -

respectivamente, 31,1%, 31,7% e 52,3%. Contrastando-se a realidade urbana com a rural nestes países, observa-se que, em 2019, que é possível verificar-se a mesma tendência, uma vez que apenas a Argentina, com 27,2% da população urbana em situação de pobreza, a Colômbia, com 27,5%, e Honduras, com 36,8%, apresentavam uma média nacional de pobreza urbana maior que o nível regional, de 26,9%.

Tabela 3 – Níveis de pobreza na América Latina e no Caribe (2019)

País ou região	Nível de pobreza		
	Média nacional	Média da área urbana	Média da área rural
América Latina e Caribe (média regional)	30,5	26,9	45,7
Argentina	s/d	27,2	s/d
Bolívia	31,1	24,6	46,2
Brasil	19,2	17,2	32,0
Chile	s/d	s/d	s/d
Colômbia	31,7	27,5	46,2
Costa Rica	16,5	14,5	21,7
Equador	25,7	21,2	35,4
El Salvador	30,4	22,7	42,8
Guatemala	s/d	s/d	s/d
Honduras	52,3	36,8	70,9
México	s/d	s/d	s/d
Nicarágua	s/d	s/d	s/d
Panamá	14,6	7,3	31,3
Paraguai	19,4	12,0	31,6
Peru	15,4	11,0	31,4
República Dominicana	20,3	19,7	22,9
Uruguai	3,0	3,0	2,4
Venezuela	s/d	s/d	s/d

Fonte: CEPALSTAT (2021).

A situação em ambientes rurais, porém, aponta para uma grande diferença para com a realidade urbana: para além do Uruguai, com 2,4% da população rural em situação de pobreza, todos os países da região apresentam níveis maiores que 20%, sendo que El Salvador, Bolívia, Colômbia e Honduras apresentam níveis maiores que 40%, chegando a 70,9% neste último caso. A CEPAL não tem dados a respeito da situação de pobreza para os casos do Chile, da Guatemala, do México, da Nicarágua e da Venezuela, e os dados relativos à situação de todos os países no ano de 2019 podem ser observados na Tabela 3.

Se os níveis de pobreza apresentam um cenário ligado à questão da renda, é possível considerar que este índice (que poderia ser complementado com aquele relativo à pobreza extrema) apresenta apenas uma das desigualdades estruturais da América Latina e do Caribe. O acesso à renda, em sociedades fortemente mediatizadas pelo dinheiro como tradutor de acesso a níveis mais altos de qualidade de vida, constitui apenas um dos elementos relevantes para compreender a situação de desigualdade das sociedades latino-americanas e caribenhas. Estas desigualdades podem se encontrar em níveis diferenciados, que não dependem apenas da renda, mas que acabam sendo mediatizadas por ela.

É por este motivo que, para compreender a região, a compreensão da desigualdade deve ir para além dos níveis de renda, ou de falta dela. Em seu Informe Regional de Desenvolvimento Humano 2021 para a América Latina e o Caribe, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) afirma que

> Se há também outros fatores que estão por trás da armadilha de alta desigualdade e baixo crescimento [econômico] da região, este relatório se concentra em três que são críticos: a concentração de poder; a violência em todas as suas formas, política, criminal e social; e os elementos de organização do sistema de

> proteção social e dos marcos regulatórios dos mercados de trabalho que introduzem distorções na economia. As percepções sobre a desigualdade e a justiça também têm um papel fundamental porque contribuem para modelar as posturas políticas das pessoas frente a diferentes medidas de política e podem ser cruciais para respaldar reformas desejáveis. Afinal, claro, as formas pelas quais interagem os diferentes fatores estão determinadas pela (in)efetividade da governança em cada contexto (PNUD, 2021, p. 2).

A situação apresentada pelo PNUD diz respeito à compreensão de que a desigualdade, como um todo, deve ser encarada de forma multidimensional. O Programa adota uma perspectiva que, dentro da tipologia apresentada anteriormente com base no trabalho de Tim Anderson (2015), explica a desigualdade tendo como vinculação central a pobreza, mas apontando que os problemas da desigualdade se definem pelos acessos a direitos efetivos e pela promoção da justiça social, como debatido anteriormente.

Para compreender a América Latina e o Caribe, é esta a proposta do PNUD: compreender a multidimensionalidade da desigualdade, tendo como base indicadores como "as diferenças entre renda ou riqueza", "diferenças de gênero, etnia ou raça, localização geográfica, vulnerabilidade às mudanças climáticas, orientação sexual ou identidade de gênero" e "desigualdades no acesso a uma variedade de bens e serviços públicos e as desigualdades de voz e de agência social" (PNUD, 2021, p. 3). Em razão do debate prévio realizado em relação à concentração de renda e níveis de pobreza na ALC, neste debate o enfoque se dará no entorno destas outras desigualdades elencadas pelo PNUD.

Para o PNUD, as desigualdades de gênero têm impactos que trazem questões relevantes à baila: as sociedades latino-americanas

e caribenhas continuando tendo uma marcada diferença de trabalho não-remunerado de acordo com os diferentes gêneros, assim como a discriminação por gênero ou orientação sexual continuam impactando na possibilidade de atuação de diferentes segmentos da população (PNUD, 2021). Esta possibilidade se encontra sobretudo numa das áreas que mais escancararam, durante a pandemia de COVID-19, as diferenças com relação ao acesso à educação e às ferramentas de facilitação da aprendizagem durante este período, já que

> As múltiplas crises da pandemia de COVID-19 pesaram mais sobre os que já se encontravam deixados para trás, exacerbando ainda mais as desigualdades ao longo de 2020 e 2021. Isto assumiu diferentes formas, que vão desde os impactos desiguais sobre a renda dos lares até uma incidência cada vez maior de violência doméstica. Os impactos desiguais da pandemia sobre os estudantes são um dos mais preocupantes com relação às tendências de desigualdade em longo prazo. As mudanças em direção a métodos remotos de ensino e aprendizagem estiveram marcadas pelas disparidades pré-existentes no acesso a ferramentas tecnológicas e acadêmicas no lar, assim como pelas disparidades no apoio à aprendizagem por parte das mães e dos pais, incluídas as disparidades em seus níveis educativos. Antes da pandemia de COVID-19, a América Latina (...) já era a região com menor mobilidade educativa intergeracional (PNUD, 2021, p. 5).

Os impactos da pandemia na possibilidade de ter acesso à educação, assim como a disparidade na manutenção dos estudos de acordo com o pertencimento a redes de educação privada ou pública na América Latina e no Caribe, estão, de fato, eivadas de

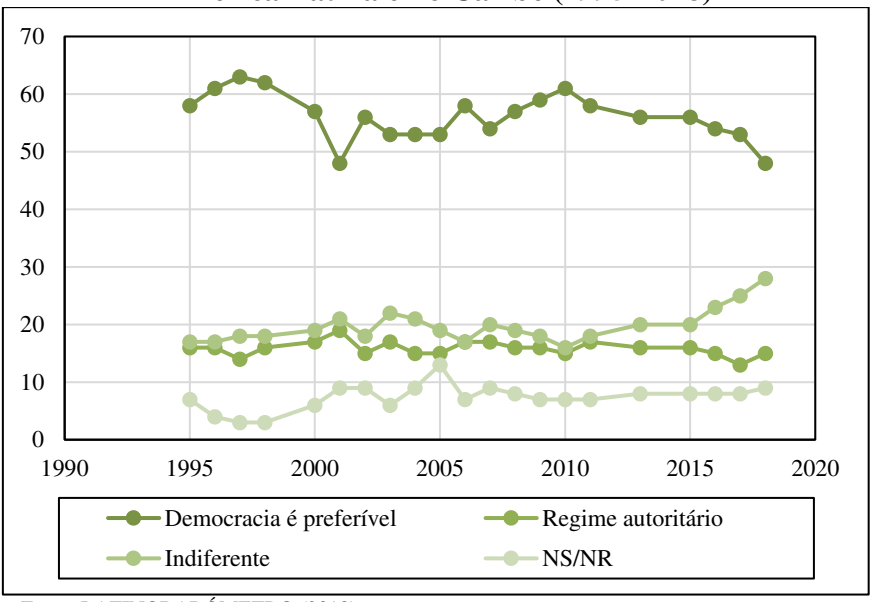
características geográficas relevantes e que permite compreender padrões relevantes de desigualdade na região para além da renda. Não apenas o acesso a diferentes formas tecnológicas teve um papel relevantíssimo para este fenômeno na região, mas "o nível de escolaridade das pessoas adultas na América Latina segue sendo fortemente determinado pelo nível de escolaridade das mães e dos pais", fazendo com que o PNUD considere que seja "possível que o COVID-19 reforce ainda mais este padrão" (PNUD, 2021, p. 5).

Um dos principais problemas gerados pela extensão dos níveis de desigualdade na América Latina e no Caribe, ainda de acordo com o PNUD, é a percepção da população com relação ao tema da desigualdade. O posicionamento individual e coletivo das sociedades latino-americanas e caribenhas a respeito da desigualdade torna-se importante inclusive para compreender as escolhas políticas recentes adotadas por estas mesmas sociedades na região. Afinal de contas, "as percepções das pessoas sobre a desigualdade moldam tanto suas posturas políticas (e, portanto, seu respaldo a diferentes enfoques políticos), assim como suas aspirações (e, portanto, seu esforço por alcançá-las" (PNUD, 2021, p. 7). Há um alto nível de descrença na própria organização da sociedade, que, por muitos, é reconhecida não apenas como desiguais, mas também como injustas.

Este elemento parece ser importante para compreender o apoio que se dá, na América Latina e no Caribe, às propostas de atuação de formas de governo não-democráticas. Estudos do Latinobarómetro demonstram que muito do apoio da população latino-americana e caribenha a regimes democráticos depende do bom funcionamento do modelo econômico adotado em determinado período histórico, sendo que ao residual apoio que sempre existirá a regimes autoritários, sobretudo os índices de indiferença com relação ao tipo de regime político adotado no país têm se elevado

grandemente na região, como pode ser percebido no gráfico abaixo[14]:

Gráfico 2 – Apoio à democracia na América Latina e no Caribe (1995-2018)



Fonte: LATINOBARÓMETRO (2018).

Uma das tendências importantes a serem observadas na evolução apresentada a respeito do apoio a regimes democráticos ou autoritários é, justamente, o fato de que ele é mediatizado pelo sucesso ou insucesso de modelos de crescimento econômico. Sobretudo no período recente, marcado pela transformação da

[14] O gráfico demonstra a evolução das respostas dadas, nos 18 países estudados pelo Latinobarómetro, à pergunta: "Com qual das seguintes frases você está de acordo?: A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo. Em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível a um democrático. Para nós, dá o mesmo um regime democrático que um não-democrático." Os dados relativos a NS/NR se referem às pessoas que não souberam ou não responderam à pesquisa.

economia e do próprio Estado na ALC em razão da especialização da região em exportar *commodities*, tema que será abordado posteriormente.

É possível perceber, no gráfico acima, que já a partir do início da década de 2021, ainda que haja uma estabilidade no nível de apoio a regimes não-democráticos na região, há um conjunto perigoso que une uma queda no apoio restrito a governos democráticos a um aumento da indiferença com relação ao regime político. Para a plataforma V-Dem, referência na reunião de dados a respeito de democracias liberais e processos de formação de regimes autoritários, a América Latina está entre uma das regiões que representou um "declínio global durante os últimos 10 anos", que é "acelerado e continua em 2020, especialmente nas regiões da Asia-Pacífico, da Ásia Central, da Europa Oriental, e da América Latina" (V-DEM, 2021, p. 6). No sentido das discussões a respeito da desigualdade, este nível de degradação tanto na confiança como nas institucionalidades democráticas da região apresenta um problema grave, que se soma à "armadilha" indicada pelo PNUD anteriormente que conjuga altos níveis de desigualdade material e social com baixo crescimento econômico.

A partir das reflexões de Tim Anderson (2015) a respeito das diferentes perspectivas sobre esse problema, pode-se considerar que, em sociedades fraturadas como podem ser interpretadas as latino-americanas e caribenhas, a possibilidade de encontrar um "consentimento" a respeito da forma de resolver as questões sociais se torna cada vez mais difícil. Assim, abordagens que apresentam respostas à desigualdade a partir de propostas de revisão de contratos sociais e práticas de justiça social podem ter dificuldades de encontrar respaldo ou na sociedade, ou nas instituições, que podem ser alvo de propostas de alteração que inclusive podem magnificar esta situação.

É neste sentido que parece relevante debater as diferentes formas de ocorrência da violência na América Latina e no Caribe para compreender a situação real deste tema na região. É este o objetivo da seção a seguir.

AS MANIFESTAÇÕES DA VIOLÊNCIA NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE COMO FORMAS DE EXCLUSÃO SOCIAL

Um dos fenômenos mais importantes para compreender a realidade social da América Latina e do Caribe são os altos níveis de incidência das diferentes formas de violência que têm lugar na região. Em diferentes análises, a questão da violência aparece como um elemento relevante para compreender as sociedades latino-americanas, sobretudo em razão das suas consequências para diferentes grupos populacionais. Trata-se de um tema de caráter não-econômico que aparece como um dos mais relevantes para compreender a desigualdade e suas facetas na América Latina e no Caribe.

Por um lado, a América Latina e o Caribe têm níveis importantes a serem considerados com relação ao tema da violência não-estatal. Repetidamente, a região aparece – seja enquanto parte do continente americano, seja enquanto região específica – repetidamente como uma das mais violentas do mundo, superando, inclusive, regiões que contam com conflitos armados estatais deflagrados.

É esta a percepção, por exemplo, do Escritório das Nações Unidas para o Combate às Drogas e ao Crime (*UNODC*, na sigla em inglês), que situa a região das Américas como um todo como destaque na questão da violência homicida. Em seu *Estudo Global*

sobre o Homicídio mais recente, lançado no ano de 2019, o UNODC indica que o continente americano registrou "37% do total global" de homicídios "numa região que representa apenas 13% da população mundial" (UNODC, 2019, p. 13), com uma taxa de 17,2 vítimas por 100.000 habitantes. Da mesma forma, o UNODC aponta para as diferentes manifestações da violência na região, já que há uma taxa 3,6 vezes maior de assassinato de homens que de mulheres nas Américas, embora aqueles tendencialmente sejam assassinados em razão do uso de armas de fogo, e estas sejam sujeitas à violência doméstica como causa fundamental de seus assassinatos (UNODC, 2019).

Por outro lado, a questão da violência afeta, também, a atuação política dos Estados da região. A tomada de decisão em políticas públicas por parte dos países latino-americanos e caribenhos, sobretudo com relação à violência organizada não-estatal, acaba por criar as condições em que as diferenças entre os Estados acabem se exacerbando, numa região que já é conhecida pela falta de integração de interesses entre seus Estados constituintes. Vitor de Pieri (2014), ao analisar a realidade da América do Sul, por exemplo, afirma que

> As fragilidades geradas pela não resolução de determinados contenciosos interestatais latentes e a expansão dos conflitos domésticos, especialmente aqueles que ultrapassam as fronteiras nacionais e transbordam em nível subcontinental, surgem como um desafio, do ponto de vista político e territorial à integração e à segurança sul-americana, permitindo trazer à luz a questão sobre os obstáculos existentes à integração regional (PIERI, 2014, p. 47).

Pode-se afirmar, portanto, que a questão da violência na América Latina e no Caribe, se não é estrutural, ao menos percorre diferentes escalas, se tornando um elemento relevante para pensar-se as relações de poder e as escalas enquanto âmbitos de disputa. Compreender o fenômeno da violência na região, portanto, pode ser uma tarefa complexa que demanda a consideração de diferentes aspectos.

Ao analisar a questão, Angelika Rettberg (2020) aponta para a necessidade de perceber os principais questionamentos a respeito do fenômeno da violência na região. Para a autora, ao refletir sobre esta questão, algumas perguntas devem ser levadas em conta: (a) quais são as principais manifestações da violência na região; (b) quais são as suas causas; (c) quais impactos estas manifestações acarretam em diferentes grupos sociais, nas economias dos países envolvidos, na convivência entre os cidadãos e nas instituições; e, (d) como incidem sobre a violência elementos da América Latina como a cultura, as políticas públicas e os mercados lícitos e ilícitos. Estes elementos, para Rettberg, permitiriam compreender "como se vê e como se vive a violência na América Latina hoje" (RETTBERG, 2020, p. 3).

A existência e a vivência da violência na América Latina permitiriam compreender, portanto, algumas bases da integridade social, elemento representativo para pensar a exclusão social como elemento a ser considerado na análise das diferentes desigualdades (ANDERSON, 2015). Os efeitos da violência tornam-se um problema básico para compreender a realidade de diferentes grupos sociais dentro das sociedades da região, uma vez que as consequências psíquicas, físicas ou sociais causadas pela violência podem obstruir a autodeterminação individual e social dos membros destas mesmas sociedades. Por isso, faz-se necessário compreender como ela se manifesta na região, para então compreender os seus efeitos nas sociedades latino-americanas e caribenhas.

Rettberg (2020) aponta para quatro tipos de manifestação da violência na América Latina, que seriam: (a) os conflitos armados entre grupos paramilitares e agentes de governos nacionais; (b) as guerras entre cartéis de drogas ilícitas; (c) as manifestações do crime organizado e da violência organizadas em expansão na região; e, (d) a criminalidade comum, a violência sexual, a violência intrafamiliar, as associações criminosas, os desaparecimentos, a justiça pelas próprias mãos, a repressão de ativistas dos Direitos Humanos e os conflitos ambientais.

Dado o objetivo central da pesquisa aqui apresentada – chamar a atenção para a questão da desigualdade na América Latina e no Caribe, assim como sua influência nas diferentes lógicas de uso da violência de forma não-estatal na região –, far-se-á uma breve revisão a respeito da realidade de cada uma destas manifestações, de forma a perceber os elementos de desigualdade que estão presentes em cada um deles.

A presença de conflitos militares ou com a participação de grupos paramilitares na região não é recente. Após o período de guerras civis e interestatais entre o início do século XIX e a primeira metade do século XX (MONIZ BANDEIRA, 2010), a existência de guerrilhas armadas em diferentes regiões da América Latina e do Caribe, assim como a ascensão de regimes autoritários (AMADEO, 2019), fez com que a violência política fosse um dos elementos caracterizadores do continente americano ao sul do Río Grande. Os processos de transição política se tornaram especialmente importantes para compreender as manifestações de violência na região.

O Instituto Internacional de Estocolmo de Estudos para a Paz (SIPRI, na sigla em inglês), referência nos estudos de conflitos ao redor do mundo, afirma que em 2020 o continente americano como um todo "apresentou um quadro complexo para a paz durante" o ano, "com conflitos que se aprofundaram em alguns países, mas com

menos violência em outros, em parte como resultado dos *lockdowns* promovidos em razão da pandemia de COVID-19" (SIPRI, 2021, p. 4). Para o SIPRI, a Colômbia e o México "tiveram diversos conflitos paralelos não-internacionais nos seus territórios", tendo na Jamaica o país com maior nível de homicídios da região (SIPRI, 2021, p. 4). Rettberg (2020), por sua vez, indica a ocorrência de conflitos armados na Colômbia, no Peru, na Guatemala e em El Salvador.

As altas taxas de homicídio da região têm sido relacionadas ao pertencimento de indivíduos a grupos criminosos, sobretudo os relacionados ao narcotráfico. Mudanças nas taxas de homicídio relacionadas a estes tipos de grupos, afirma o UNODC, podem ocorrer "por diversos motivos, como o aparecimento de um fluxo lucrativo de contrabando, que pode causar conflito entre grupos pré-existentes", sendo esta uma tendências que "[p]ôde ser observada recentemente em partes do Brasil, de Honduras e do México, onde um aumento no fluxo de cocaína fez as taxas de homicídio dispararem em algumas localidades, enquanto outras áreas observaram taxas estáveis ou declinantes" (UNODC, 2019, p. 20). O efeito principal deste tipo de atuação é o fato de que "[a]s organizações criminosas que lideram estes negócios ilícitos constroem ordens sociais e aquilo que alguns autores têm chamado de 'governança criminal' (...), caracterizada por seus métodos violentos" de administração do território (RETTBERG, 2020, p. 4).

Ainda que os conflitos entre os cartéis de drogas sejam um elemento relevante a se pensar, estando presentes como questões relativas à violência em diferentes países da região. Outras atividades criminosas organizadas, porém, são relevantes para compreender-se a região, sendo que a pertença a estes grupos, e a possibilidade de ser alvo de violência em atividades de tráfico de mulheres, de animais, contrabando, de peças de arte, entre outros, pode ser um elemento relevante para estabelecer uma baixa mobilidade social na região. As gangues, na região, "constituem um

cordão de transmissão-chave entre a violência urbana e as mortes de jovens" na região, afetando não apenas estes, mas toda a comunidade envolvida da qual fazem parte (RETTBERG, 2020). No Brasil, a expansão das milícias tornou-se, a partir de 2019, um tema eminentemente político-institucional e de natureza nacional (PAES MANSO, 2020).

No ano de 2020, registrou-se segundo o SIPRI uma alta taxa de "violência política contra ativistas de direitos humanos e de representantes de movimentos sociais em alguns países", "incluindo o Brasil, a Colômbia, Honduras e o México" (SIPRI, 2021, p. 4). Também as mulheres são um grupo espacialmente atingido por este processo, já que, na região,

> Ainda que morram violentamente menos mulheres que homens, o feminicídio é um fenômeno que recebe crescente atenção nos países da América Latina (...). Ademais, as mulheres são as vítimas mais recorrentes da violência sexual, perpetrada, em um terço dos casos, por seus parceiros íntimos (...). Por exemplo, em 2017, (...) 30% das mulheres peruanas reportaram terem sido vítimas de violência por parte de seus parceiros. O Peru é o país no qual esta cifra é a mais alta, junto com a Colômbia (...). A violência sexual se dirige também contra a população LGBTI (...) (RETTBEGR, 2020, p. 5).

Todos estes elementos apresentam indicadores relevantes para compreender-se a violência como um fator importante da desigualdade na América Latina e no Caribe, para além das questões socioeconômicas mais ligadas à renda. A própria divisão da realidade da região no âmbito rural e no âmbito urbano aparece relativamente à violência, já que os conflitos armados na ALC tendem a desenvolver-se mais em contextos rurais, mas a maioria

das mortes na região se produzem em contextos urbanos, marcados pelo crime organizado ao redor de economias lícitas e ilícitas (RETTBERG, 2020).

Apresentam-se, assim, algumas questões relevantes para entender a relação entre sociedade, desigualdade e violência na América Latina. Por um lado, há questões demográficas relevantes para se compreender, como os homicídios, o "peso" da realidade para diferentes gêneros, o fator da idade e efeitos geracionais da violência, assim como os impactos da violência para a mobilidade social. Por outro, é importante perceber que fenômenos violentos como o linchamento, ou seja, "realizar a justiça com as próprias mãos", são muito relevantes como sintomas da credibilidade das instituições e dos pactos sociais na região. Mudanças econômicas, como o avanço de operações extrativistas e sua relação com o avanço da criminalidade organizada são relevantes para compreender a grande violência dos conflitos ambientais da região, que se dão geralmente em contextos rurais. E, por fim, é importante perceber a função política da violência contra ativistas de diferentes tipos de movimentos para entender a política da região em diferentes escalaridades possíveis (RETTBERG, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, que consistiu basicamente em uma revisão a respeito dos efeitos das desigualdades e da violência na América Latina e no Caribe, foi possível verificar o peso que têm diferentes elementos para a realidade de uma região em transformação. Ainda diante dos efeitos do período do "Consenso das Commodities" na região e o atrelamento do crescimento econômico a atividades que produzem cada vez mais desigualdades, cabe refletir a respeito do

papel que cumpre a violência como elemento de exclusão social entre as sociedades latino-americanas e caribenhas.

Diante deste cenário, abrem-se diversas possibilidades de pesquisa e análise. Defrontando-se com o problema central desta pesquisa, é possível afirmar que não apenas as altas taxas de violência constituem um elemento de "insegurança" na América Latina e no Caribe, mas também os diferentes indicadores socioeconômicos ajudam a trazer esta sensação. Espera-se, com este trabalho, ter contribuído para a melhoria da compreensão destes processos na América Latina e no Caribe, de forma a permitir abrir novas reflexões sobre a qualidade de vida e os desafios que se apresentam à região.

REFERÊNCIAS

AMADEO, J. (ed.). **Violência de Estado na América Latina**: Direitos Humanos, Justiça de Transição e Antropologia Forense. São Paulo: Editora Unifesp, 2019.

ANDERSON, T. "¿Por qué importa la desigualdad? Del economicismo a la integridad social". **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, n. 223, 2015.

BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade**: Por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FOUREZ, G. **A construção das ciências**: Introdução à filosofia e à ética da ciência. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

LLUNGO ORTÍZ, J. "Desigualdades y políticas regionales en América Latina: Una visión actual". **Investigaciones Regionales -** Journal of Regional Research, vol. 41, 2018.

MONIZ BANDEIRA, L. A. **Brasil, Argentina e Estados Unidos**: Conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul), 1870-2007. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PAES MANSO, B. **A república das milícias**: Dos esquadrões da morte à era Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2020.

PIERI, V. S. G. **Dilemas da integração sul-americana**: Entre a geoestratégia da contenção e a geoeconomia da concorrência (Tese de Doutorado em Geografia). Campinas: Unicamp, 2014.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. "Atrapados: Alta desigualdad y bajo crecimiento en América Latina y Caribe". **PNUD**, 2012.

RETTBERG, A. "Violencia en América Latina hoy: Manifestaciones e impactos". **Revista de Estudios Sociales**, vol. 73, 2020.

SIPRI – Stockholm International Peace Research Institute. **SIPRI Yearbook 2021**: Armaments, Disarmament and International Security. Estocolmo: SIPRI, 2021.

UNODC – Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. **Global study on homicide**: Homicide: patterns, trends and criminal justice response: Global Study on Homicide. Vienna: UNODC, 2019.

UNRISD – United Nations Research Institute for Social Development. Overcoming inequalities in a fractured world: Between elite power and social mobilization. **UNRISD**, 2018.

CAPÍTULO 5

As Relações entre os EUA e a América Andina sobre Narcotráfico: Análise das Assistências em Segurança nas Gestões de Barack Obama (2009-2016) e Donald Trump (2017-2020)

AS RELAÇÕES ENTRE OS EUA E A AMÉRICA ANDINA SOBRE NARCOTRÁFICO: ANÁLISE DAS ASSISTÊNCIAS EM SEGURANÇA NAS GESTÕES DE BARACK OBAMA (2009-2016) E DONALD TRUMP (2017-2020)

Higor Ferreira Brigola

Com o término da Guerra Fria e o desaparecimento da ameaça da URSS no Sistema Internacional, as diretrizes de segurança dos EUA tiveram que ser repensadas. No âmbito regional, o narcotráfico passou a ser a principal preocupação de Washington na América Latina (KISSINGER, 2001).

De acordo com Milani (2021), entre os países da América do Sul, o Cone Sul sul-americano representava relativamente uma menor ameaça a segurança estadunidense na percepção de Washington, enquanto que a região andina seria classificada como instável e merecedora de maior atenção, justamente pela produção de ilícitos e pela guerrilha na Colômbia, a qual estava atrelada ao narcotráfico.

Jorge (2009) coloca que, no período pós-Guerra Fria, por conta do combate às drogas e aos grupos classificados como narcoterroristas ocorreu uma militarização da política de segurança de Washington, legitimada pelo maior envolvimento militar dos EUA na América do Sul, após a criação do Plano Colômbia, e também pelo fornecimento de assistência em segurança aos países produtores de drogas.

Sendo assim, este artigo tem como objetivo principal analisar a relação dos EUA com os países da América Andina no tocante ao narcotráfico, por meio do fornecimento das assistências em

segurança, em especial com Colômbia, Peru, Equador, Bolívia e Venezuela, e tendo como recorte temporal a gestão de Barack Obama (2009-2016) e Donald Trump (2017-2020)[15].

O artigo foi dividido em duas partes para a melhor organização e explanação do conteúdo. Na primeira parte foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e documental, uma discussão sobre a securitização do narcotráfico, de acordo com os conceitos estabelecidos pela Escola de Copenhague, em conjunto com um breve histórico do combate ao narcotráfico, envolvendo os EUA e os países da América Andina, com início no governo Reagan. Na segunda parte foi realizado uma análise de como a política de contenção às drogas foram delineadas durante os governos de Barack Obama, e de Donald Trump. Nesta seção, além da análise bibliográfica e documental, foi enfatizado, a assistência em segurança fornecida pelos EUA aos países da região.

A SECURITIZAÇÃO DO NARCOTRÁFICO NA POLÍTICA EXTERNA ESTADUNIDENSE PARA A AMÉRICA ANDINA

Para abordar a ameaça do narcotráfico na região andina do continente americano, este trabalho buscou suas bases teóricas no conceito de "securitização", o qual foi formulado por autores da renomada Escola de Copenhague, criada no ano de 1985, e tendo os principais expoentes nomes como, Barry Buzan, Ole Waever e Jaap de Wilde. De acordo com os autores, a "'segurança' é o movimento que leva a política para além das regras estabelecidas do jogo e

[15] Cabe destacar que o período que envolveu as gestões de Barack Obama foi de 20 de janeiro de 2009 a 20 de janeiro de 2017, e de Donald Trump foi de 20 de janeiro de 2017 a 20 de janeiro de 2021. Contudo, optou-se por colocar 2009-2016 quando se refere ao período das gestões de Barack Obama, e 2017-2020 quando se refere à gestão de Donald Trump.

enquadra uma questão como um tipo especial de política ou acima da política" (BUZAN; WEAVER; WILDE, 1998, p. 23).

Essas questões podem ser classificadas como não politizadas, quando não há um envolvimento do Estado; politizadas, quando é necessária uma intervenção do Estado, seja por meio de políticas públicas ou alocação de recursos; e securitizada, que compreende uma ameaça real, e para combatê-la exige-se medidas emergenciais, e justificam ações fora dos limites comuns do procedimento político (BUZAN; WEAVER; WILDE, 1998). Em suma, a securitização é a versão extrema da politização (BUZAN; WEAVER; WILDE, 1998). A securitização "não se realiza apenas com a quebra de regras (que podem assumir várias formas) nem apenas com ameaças existenciais (que não podem levar a nada), mas com casos de ameaças existenciais que legitimam a quebra de regras" (BUZAN; WEAVER; WILDE, 1998, p. 25).

Com a mudança ocorrida no cenário mundial, após o termino da bipolaridade, as concepções de segurança foram alteradas, inclusive sobre as percepções de ameaças (MONTENEGRO, 2003). Neste sentido, Pagliari (2006, p. 26) afirma que no pós-Guerra Fria:

> [...] novos temas e ameaças passaram a configurar a agenda internacional somando-se a novos atores para os quais devem ser consideradas variáveis outras que permitam explicar os fenômenos em questão e definir os instrumentos necessários e possíveis para a configuração da segurança internacional.

De acordo com Filho e Vaz (1997, p. 100):

> Em face do esvaziamento de ameaças tradicionais à segurança e do avanço do narcotráfico em

> praticamente todos os continentes, o mesmo passou a ser percebido como uma das mais importantes ameaças à segurança dos Estados, tendo se inserido na agenda política do continente americano de forma intensa, em razão de nele se situarem os principais produtores e o maior mercado de cocaína, além de outras drogas ilegais (FILHO; VAZ, 1997, p. 99).

Contudo, o narcotráfico passou a ser uma ameaça securitizada, ainda nos anos 1980, durante o governo de Ronald Reagan (1981-1989). Sendo que:

> Esse fato foi concretizado pelo presidente ao declarar "Guerra às Drogas", securitizando, por meio do discurso, o narcotráfico e passando a encará-lo como um tema emergencial e uma ameaça a soberania de qualquer Estado que possuísse atividade "narcotraficante" (FARRET, 2014, p. 229).

Durante a gestão Reagan, uma investida em escala continental e extracontinental foi realizada, contando com a participação de órgãos como o DEA (*Drug Enforcement Administration* – Administração de Fiscalização de Drogas), FBI e polícia de países Europeus, do México e da América do Sul para o combate à produção e tráfico de substâncias consideradas ilícitas (FRAGA, 2007). Na América do Sul, os países andinos, como: Colômbia, Peru e Bolívia, eram os principais envolvidos na produção de drogas e envolvimento com o narcotráfico, enquanto que Equador e Venezuela se enquadravam como rota de tráfico.

Ainda de acordo com a *National Security Decision Directives* (NSDD) – 221, entre as providências tomadas pelo governo dos EUA na implementação das políticas de contenção ao narcotráfico,

destacavam-se: a assistência a agências do governo estadunidense no planejamento e execução de grandes operações antinarcóticos; coleta, análise e disseminação de serviços de inteligência; a participação em programas coordenados de interdição; exercícios combinados de pequena escala, com o objetivo de melhorar o planejamento, inteligência, mobilidade e comunicações; treinamento para auxiliar as forças militares estrangeiras tanto no planejamento quanto na condução de operações antinarcóticas; e o fornecimento de suporte técnico e material para aumentar a capacidade de um governo estrangeiro no combate a produção e no tráfico de ilícitos (THE WHITE HOUSE, 1986).

De acordo com Rodrigues (2012), no governo de George H. W. Bush, ocorreu um reforço na militarização da política antidrogas dos EUA para a região, resultando em uma maior securitização. Em 1989, o então presidente redigiu a *National Security Directive* (NSD) – 18, com o título de *International Counternarcotics Strategy.*

Esta política de acordo com Rodrigues (2012), ficaria conhecida como "Estratégia Andina", e tinha como meta, o fornecimento de suporte econômico para os países da região, com o intuito de financiar programas alternativos de desenvolvimento, e diminuir a produção de drogas. Contudo, o documento teve como foco, a requisição da assistência militar, incluindo a maior participação do Departamento de Defesa dos EUA no processo. De acordo com a *International Counternarcotics Strategy:*

> O Secretário de Defesa, em conjunto com o Secretário de Estado, deve revisar as diretrizes e procedimentos da política do Departamento de Defesa (DOD) para expandir o apoio do DOD aos esforços antinarcóticos dos EUA e permitir que o pessoal do DOD conduza treinamento para funcionários do governo anfitrião e atividades de suporte operacional em qualquer lugar na região andina. O pessoal do DOD não

> acompanhará as forças do governo anfitrião nas operações de campo reais (THE WHITE, HOUSE, 1989, p. 3).

Outro fato que efetivou a securitização da política externa estadunidense no tocante ao narcotráfico, foi a criação do Plano Colômbia, no ano de 2000, na gestão de Bill Clinton, o qual foi:

> [...] a contribuição do governo dos Estados Unidos para um plano de combate ao narcotráfico e de desenvolvimento da Colômbia. A política comprometeria aproximadamente US$ 1,6 bilhões em assistência financeira e militar dos EUA ao governo colombiano (com uma pequena parte para seus vizinhos andinos) para fortalecer principalmente as capacidades militares e a eficácia da Colômbia contra uma insurgência guerrilheira. Os Estados Unidos contribuíram para a estratégia da Colômbia, que priorizou a militarização da luta antinarcóticos em um esforço para estabelecer o estado de direito nas regiões da Colômbia consideradas cruciais para o sucesso na "guerra às drogas dos Estados Unidos", especificamente áreas de forte cultivo de coca e a presença de longa data das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) (AVILÉS, 2008, p. 410).

O período de duração do Plano Colômbia estava previsto para dezembro de 2005, mas o período planejado não se concretizou, tendo continuidade nos governos de George W. Bush (2001-2009), Barack Obama (2009-2017) e Donald Trump (2017-2021). De fato, o Plano Colômbia, acabou se tornando o principal meio de combate promovido pelos EUA ao narcotráfico na Colômbia.

AS POLÍTICAS DE COMBATE AO NARCOTRÁFICO E O FORNECIMENTO DAS ASSISTÊNCIAS EM SEGURANÇA NA AMÉRICA ANDINA NA GESTÃO DE BARACK OBAMA (2009-2016) E DE DONALD TRUMP (2017-2020)

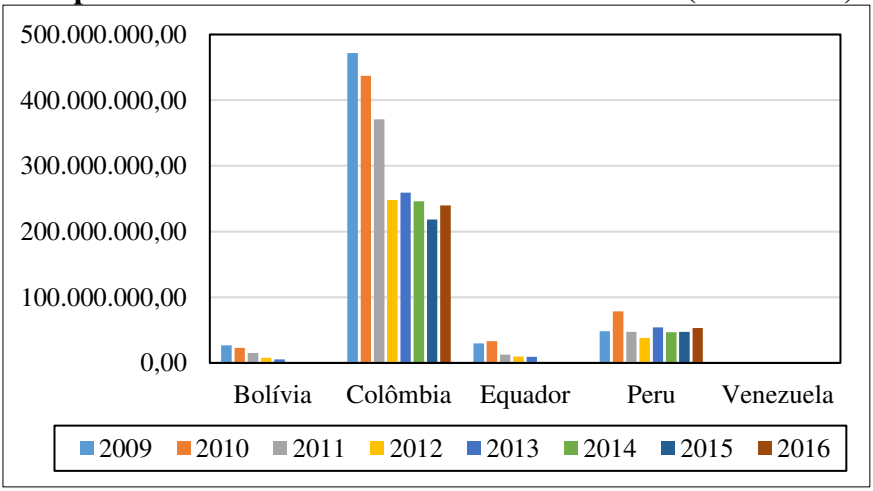
Durante o governo Obama, foram redigidas duas *National Security Strategies*, uma em 2010 e outra em 2015, sendo estas, documentos formulados pelo presidente onde são especificados os interesses vitais dos EUA e as principais ameaças à segurança nacional do país, assim como as diretrizes da política externa, de segurança e de defesa para que essas determinações sejam alcançadas (SNIDER, 1995). Em ambos os documentos, foram citados a questão do combate ao narcotráfico como uma das principais preocupações do governo estadunidense (THE WHITE HOUSE, 2010; THE WHITE HOUSE, 2015).

Entre os principais vetores da política externa e de segurança dos EUA, está o fornecimento de assistência (ou ajuda) externa. De acordo com Mateo (2019), desde a criação do Plano Marshall, após a Segunda Guerra Mundial, a assistência externa se tornou uma importante ferramenta para a garantia dos interesses de Washington no exterior, "consolidando sua atuação no campo da ajuda econômica para o desenvolvimento, da assistência humanitária e da ajuda militar" (MATEO, 2019, p. 128).

Entre alguns exemplos de programas de assistência em segurança, é possível afirmar: Programa de Bolsa de Combate ao Terrorismo; Financiamento Militar Estrangeiro; Educação e Treinamento Militar Internacional; Controle Internacional de Entorpecentes e Aplicação da Lei; Assistência Antidrogas; Não proliferação, antiterrorismo, desminagem e programas relacionados; Centros Regionais de Estudos de Segurança, entre outros (SECURITY ASSISTANCE MONITOR, 2021).

No caso dos países andinos, a maior parte da assistência em segurança fornecida pelos EUA, tem como destino o combate ao narcotráfico. Durante as gestões do presidente Barack Obama, entre os países andinos que apresentam problemas com o tráfico de ilícitos, a Colômbia foi o país que mais recebeu os montantes em assistência em segurança, com aproximadamente 80,92% do total fornecido pelos EUA, como é possível observar no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Assistência em segurança fornecida pelos EUA aos países da América Andina entre 2009 e 2016 (em dólares)



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Security Assistance Monitor.

Os elevados valores recebidos pela Colômbia são justificados por este país ser o principal produtor de cocaína, por abrigar grupos guerrilheiros como as FARC e pela forte relação entre Washington e Bogotá, por meio do Plano Colômbia. A maior parte dos recursos fornecidos pelos EUA foram para os programas de Controle Internacional de Entorpecentes e Aplicação da Lei; Assistência

Antidrogas; e Financiamento Militar Estrangeiro (SECURITY ASSISTANCE MONITOR, 2021).

É importante frisar que no primeiro ano de Obama como presidente dos EUA, em 2009, o mesmo tentou formular um acordo militar com a Colômbia com o objetivo de facilitar uma cooperação bilateral eficaz em questões de segurança na Colômbia, incluindo produção e tráfico de narcóticos, terrorismo, contrabando ilícito de todos os tipos e desastres humanitários e naturais (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2009). O acordo foi alvo de críticas dos países da América do Sul, em especial Venezuela e Bolívia, os quais questionaram a possibilidade de uma ameaça à soberania dos países da região por conta da presença estadunidense sobretudo na base de Palanquero, a qual forneceria aos EUA, a vantagem potencial de apoiar diversas "missões de mobilidade, fornecendo acesso a todo o continente, exceto à região do Cabo Horn, se houver combustível disponível, e a mais da metade do continente, se não for reabastecido" (U.S. DEPARTMENT OF AIR FORCE, 2009, p. 215). Contudo, devidos às críticas dos países sul-americanos, e por questões burocráticas internas, na Colômbia, o acordo não chegou a ser concretizado.

De acordo com Cantor (2012), esta relação entre o país do Norte e o país andino resultou em significativas melhorias das capacidades militares da Colômbia, seja por meio de treinamento militar ou por aquisição de equipamentos bélicos com a finalidade de contenção de grupos guerrilheiros (BRIGOLA, 2021). Arnson e Tickner (2016) colocam que a assistência militar e econômica de Washington para Bogotá teve um dos maiores valores da história de todos os programas de assistência para as Américas.

Cabe frisar que no ano de 2016, ocorreu a assinatura do acordo de paz entre o governo colombiano e as FARC, que contou com a mediação do governo dos EUA. E ainda, Barack Obama, para

dar apoio ao processo de paz na Colômbia, anunciou um novo projeto, que ficou chamado de Paz Colômbia, o qual:

> [...] concentrará a assistência futura dos EUA em três pilares: 1) consolidar e expandir o progresso em segurança e combate ao narcotráfico enquanto reintegra as FARC na sociedade; 2) Expandir a presença e instituições do Estado para fortalecer o estado de direito e as economias rurais, especialmente nas antigas áreas de conflito; e 3) Promover a justiça e outros serviços essenciais para as vítimas de conflito (THE WHITE HOUSE, 2016).

O Peru, o segundo maior produtor de cocaína do mundo foi o segundo país a receber os maiores valores em assistência em segurança, com aproximadamente 13,45%. Os vales dos rios Apurimac, Ene e Mantaro, conhecida como VRAEM, é a região peruana que demanda maior atenção, pois além de serem localidades com a maior produção de coca do país, são redutos do grupo guerrilheiro Sendero Luminoso (GAGNE, 2015). O principal problema nos esforços conjuntos entre os EUA e o Peru para a erradicação do narcotráfico tem sido a incapacidade do país andino de realizar operações nesta região (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2017).

Semelhante a Colômbia, os maiores valores recebidos pelo Peru, foram para os programas de Controle Internacional de Entorpecentes e Aplicação da Lei; Assistência Antidrogas; e Financiamento Militar Estrangeiro (SECURITY ASSISTANCE MONITOR, 2021). McClintock (2016) afirma que durante a gestão Obama, aproximadamente 45% da assistência fornecida pelos EUA ao Peru, foi destinada às forças de segurança, uma porcentagem similar ao governo de George W. Bush. Deste modo:

> Os Estados Unidos financiam projetos para apoiar a estratégia antidrogas do Peru por meio de treinamento, assistência técnica, capacitação, inteligência e o fornecimento direcionado de equipamentos por meio de organizações internacionais, implementadores não governamentais e do Governo do Peru [...] Os Estados Unidos também fornecem apoio aéreo para atividades de erradicação e interdição (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2017, p. 242).

No ano de 2012, o Peru passou a utilizar, em sua maior parte, recursos próprios para interdição militar, erradicação e desenvolvimento alternativo (KOVEN; McCLINTOCK, 2015 *apud* McCLINTOCK, 2016). Durante o governo de Ollanta Humala (2011-2016), o Peru aumentou seu orçamento antinarcótico de US$ 145 milhões em 2012 para aproximadamente US$ 211 milhões em 2016 (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2017).

Equador, Bolívia e Venezuela foram os países que menos receberam assistência em segurança fornecida pelos EUA, perfazendo 3,11% o Equador, 2,52%, a Bolívia e a Venezuela com menos de 1%. Estes países, por divergências ideológicas em relação ao governo de Washington, demonstraram pouco interesse em contribuir com os EUA na luta contra o narcotráfico em seus respectivos países, como represália, o governo estadunidense passou a reduzir, significativamente, os montantes na assistência para os mesmos (MEYER, 2016).

De acordo com o Departamento de Estado dos EUA, por conta da baixa manifestação da Bolívia em cooperar nas atividades de contenção às drogas, o governo de Washington fechou a seção do *International Narcotics and Law Enforcement Affairs* em La Paz em 2013 (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2015). Esse órgão é ligado ao Departamento de Estado dos EUA, encarregado de contribuir com

a política de combate às drogas (BRIGOLA, 2021). A maior parte dos montantes recebidos pela Bolívia foram para o programa Controle Internacional de Entorpecentes e Aplicação da Lei, contudo, nos anos de 2014 e 2015, ela passou a receber recursos apenas para o programa Centros Regionais de Estudos de Segurança, e em 2016 o país deixou de receber as assistências em segurança (SECURITY ASSISTANCE MONITOR, 2021).

O Equador recebeu a maior parte dos recursos para os programas Controle Internacional de Entorpecentes e Aplicação da Lei; e Assistência Antidrogas e, assim como a Bolívia, não recebeu assistência em segurança no ano de 2016 (SECURITY ASSISTANCE MONITOR, 2021), devido às divergências ideológicas entre os governos de ambos os países. E ainda:

> [...] a assistência à Educação e Treinamento Militar Internacional (IMET) e ao Financiamento Militar Estrangeiro (FMF) foram interrompidas e os fundos remanescentes foram realocados quando o governo equatoriano encerrou a cooperação militar bilateral e solicitou à Embaixada dos Estados Unidos que encerrasse as operações de cooperação militar até 30 de abril de 2014 (U.S. FOREIGN ASSISTANCE, [201-?]).

Os relatórios recentes publicados pelo Departamento de Estado dos EUA, acusam a Bolívia e Venezuela de terem "falhado comprovadamente" em seus esforços no combate ao tráfico de narcóticos. Embora a Venezuela não seja um país produtor de drogas, o governo estadunidense acusa o governo venezuelano de compactuar com as FARC, e por conta da crise política e econômica instaurada no país, o mesmo se tornou um ponto importante na rota de traficantes de drogas.

> Em 2015, o governo venezuelano se engajou em uma cooperação bilateral mínima com os Estados Unidos. As autoridades venezuelanas não processam efetivamente os traficantes de drogas. [...] Além disso, os policiais venezuelanos carecem do equipamento, treinamento e recursos necessários para impedir significativamente as operações das principais organizações de narcotráfico (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2017, p. 15).

Conforme os dados do *Security Assistance Monitor*, a Venezuela que já recebia quantidades extremamente pequenas de assistência de segurança, deixou de obter assistência no combate às drogas, a partir do ano de 2012, adquirindo apenas para Centros Regionais de Estudos de Segurança, e programas de combate ao terrorismo, e deixou de receber qualquer recurso em assistência em segurança no ano de 2016 (SECURITY ASSISTANCE MONITOR, 2021).

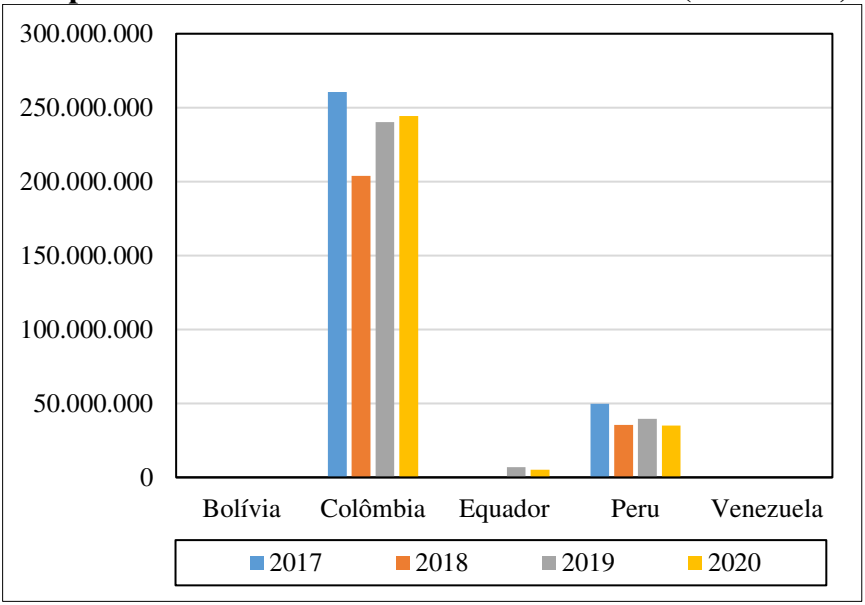
É importante mencionar que as assistências em segurança fornecidas pelos EUA para estes países, tiveram um declínio considerável, entre 2011 e 2015. Esta queda foi explicada pelo corte de gastos no orçamento estadunidense devido à crise econômica pós-2008, impactando nos valores do fornecimento da assistência (MEYER, 2016).

Durante o governo Trump, foi redigida apenas uma *National Security Strategy*, no ano de 2017. No documento foi frisado que: "Os Estados Unidos devem dedicar mais recursos para desmantelar organizações criminosas transnacionais (TCOs) e suas redes subsidiárias" (THE WHITE HOUSE, 2017, p. 11), contudo, entre os países andinos, apenas a Venezuela foi citada no documento, devido aos problemas políticos internos.

Mesmo com o histórico acordo entre as FARC e o governo da Colômbia, em 2016, a produção de cocaína no país andino foi intensificada no ano de 2017 (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2021a). Nesse sentido, além da produção de drogas, os "narco-corredores", ou seja, as rotas de escoamento dos produtos ilícitos, continuaram a ser um desafio para a política de segurança de Trump, na América Andina.

Diferente de Barack Obama, que apresentava um discurso mais cooperativo e de aproximação com a América Latina, o discurso do governo Trump carregava uma abordagem mais conflituosa e de descaso com a região.

Gráfico 2 – Assistência em segurança fornecida pelos EUA aos países da América Andina entre 2017 e 2020 (em dólares)



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Security Assistance Monitor.

De acordo com Sullivan *et al*. (2021), o presidente Trump propôs a redução de um terço no orçamento para o fornecimento de assistência para a América Latina nos anos de 2018 e 2019, e à redução de 30% em 2020 em relação ao ano de 2019. Contudo, o Congresso dos EUA não aprovou tais medidas, sendo que a contenção do fluxo de drogas da América Latina para os EUA tem sido uma componente chave nas relações entre o país do Norte e a região, além de despertar preocupação no congresso estadunidense por mais de quatro décadas (SULLIVAN *et al.*, 2021). O Gráfico 2 ilustra a quantidade de assistência em segurança fornecida pelos EUA aos países andinos durante a gestão de Trump.

Durante o governo Trump, a Colômbia continuou a ser o país a receber os maiores montantes em assistência em segurança fornecida pelos EUA. Com uma diferença gritante com relação aos demais, este país recebeu em torno de 84,64% dos recursos fornecidos aos países andinos, tendo a maior parte para o programa de Controle Internacional de Entorpecentes e Aplicação da Lei, Assistência Antidrogas; Financiamento Militar Estrangeiro; e Educação e Treinamento Militar Internacional (SECURITY ASSISTANCE MONITOR, 2021).

Após a desmobilização das FARC com a assinatura do acordo de paz, o governo colombiano procurou firmar a segurança no país e aprimorar o combate ao narcotráfico, fortalecendo a presença do Estado em áreas vulneráveis. O governo dos EUA prestou apoio a Colômbia, por meio de um programa chamado de *Colombia Strategic Development Initiative* (CSDI), o qual forneceu assistências para os "preenchimentos das lacunas" na estratégia do governo colombiano (BEITTEL, 2020). Este programa "combinou a assistência tradicional de combate aos narcóticos para erradicação, interdição, desenvolvimento alternativo e capacitação de instituições do setor policial, militar e judiciário com outras iniciativas de desenvolvimento econômico e social" (BEITTEL, 2020, p. 29).

À medida em que o acordo de paz foi sendo efetivado, a assistência dos EUA para a Colômbia foi tendo como foco: o "planejamento pós-conflito e apoio a transição da Colômbia para a paz, construindo instituições democráticas, protegendo os direitos humanos e as minorias raciais e étnicas e promovendo oportunidades econômicas" (BEITTEL, 2020, p. 29). Contudo, no ano de 2017, o cultivo de coca e a produção de cocaína na Colômbia teve números muito elevados, o que fez os EUA fortalecerem as políticas tradicionais de contenção a produção de ilícitos. De acordo com o Departamento de Estado dos Estados Unidos:

> Em 2018, os governos dos EUA e da Colômbia concordaram em expandir a cooperação no combate ao narcotráfico nos próximos cinco anos, implementando uma estratégia de governo como um todo que visa reduzir o cultivo de coca e a produção de cocaína na Colômbia para 50% dos níveis de 2017 até o final de 2023 (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2021a, p. 115).

Ainda de acordo com o Departamento de Estado dos EUA, durante a gestão do presidente colombiano Iván Duque Márquez, que teve início em 2018, a Colômbia teve um progresso mensurável na contenção da produção de drogas, evitando que centenas de toneladas chegassem aos EUA (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2021a).

O Peru permaneceu como o segundo país da América Andina que mais recebeu assistência em segurança fornecida pelos EUA. Durante a gestão Trump, o país recebeu em torno de 14,28% dos recursos fornecidos. Sendo que a maior parte dos recursos foram destinados aos programas de Controle Internacional de Entorpecentes e Aplicação da Lei; Financiamento Militar

Estrangeiro; e Educação e Treinamento Militar Internacional (SECURITY ASSISTANCE MONITOR, 2021).

A produção de cocaína pura no Peru teve um aumento de 23% no ano de 2019, o ano mais recente, a qual os dados estão disponíveis de acordo com o *International Narcotics Control Strategy Report*, publicado em 2021. De acordo com o documento:

> O governo peruano continua implementando a estratégia de controle de drogas do Peru 2017-2021, apesar do impeachment e destituição do presidente Martín Vizcarra pelo Congresso em novembro de 2020. Devido a uma pausa de seis meses desencadeada pela pandemia e um dos mais rígidos bloqueios nacionais nas Américas. A agência de erradicação do Peru (CORAH) erradicou 6.273 ha de coca em 2020, superando a modesta meta de 5.400 ha. A meta anterior para 2020 de 25.000 foi reduzida devido a restrições relacionadas à pandemia (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2021a, p. 201).

E ainda, as unidades militares antidrogas e a Polícia Nacional do Peru realizaram operações conjuntas de interdição de drogas na região do VRAEM e em todo país, no ano de 2020, contudo, mesmo com as investidas do Estado peruano, o grupo envolvido com as atividades do narcotráfico, Sendero Luminoso, continua ativo no VRAEM (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2021a).

O Equador recebeu apenas 1,08% dos recursos enviados aos países andinos, no entanto, cabe frisar que por atritos entre o ex-presidente Rafael Corrêa e os EUA, as assistências em segurança foram canceladas e o país deixou de receber qualquer recurso para essa finalidade entre os anos de 2016 a 2018 (SECURITY ASSISTANCE MONITOR, 2021). Com a saída de Rafael Corrêa e

a eleição de Lenín Moreno, em 2017, as relações entre o país andino e os EUA apresentaram melhoras, inclusive no retorno ao fornecimento em assistência em segurança, no ano de 2019, para o programa de Controle Internacional de Entorpecentes e Aplicação da Lei, e também Treinamento Militar Internacional, a partir de 2020 (SECURITY ASSISTANCE MONITOR, 2021).

Mesmo que o Equador não seja um grande produtor de drogas, ele se enquadra como rota do tráfico, e de acordo com o Departamento de Estado dos EUA o governo equatoriano de Lenín Moreno esteve comprometido com o combate ao narcotráfico, mas faltava recursos para que o país tomasse medidas eficazes (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2021a).

O International Narcotics Control Strategy Report, publicado no ano de 2021, revela que "desde 2018, os Estados Unidos realizam voos de patrulha marítima, com a participação de militares e policiais equatorianos, para monitorar e interditar o tráfico marítimo de drogas no Pacífico Oriental" (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2021a, p. 130). E ainda:

> Os Estados Unidos e o Equador assinaram vários acordos e estabeleceram novos programas para aumentar a cooperação no combate ao narcotráfico e na aplicação da lei. As relações militares entre os Estados Unidos e o Equador também estão se expandindo por meio de treinamento, assistência e restabelecimento de um Escritório de Cooperação em Segurança na Embaixada dos Estados Unidos em Quito (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2021b).

Enquanto as relações entre Equador e EUA tiveram melhoras, o mesmo não ocorreu com a Bolívia e Venezuela. Na Bolívia, com a saída de Evo Morales, em 2019, e a entrada da

presidente interina Jeanine Áñez no poder, mesmo com o anúncio do envio de um embaixador estadunidense na Bolívia – cargo que estava vago desde 2008 após Evo Morales expulsar o embaixador Philip Goldberg de seu país – as relações entre o país andino e o país do Norte não foram restabelecidas. No caso da Venezuela, o governo dos EUA em oposição ao regime de Nicolás Maduro, chegou a reconhecer Juan Guaidó, que se declarou presidente interino do país, no ano de 2019, contudo, Maduro permaneceu no poder.

Como já mencionado anteriormente, a Bolívia e a Venezuela foram considerados pelos EUA como países que falharam comprovadamente em seus esforços na contenção do narcotráfico. Nesse sentido, ambos os países não receberam assistência em segurança durante toda a gestão Trump (SECURITY ASSISTANCE MONITOR, 2021).

Por fim, de acordo com Meyer (2017), as relações dos EUA não apenas com a América Andina, mas com toda a América Latina e o Caribe, estão sendo cada vez menos definidas pela assistência externa devido ao progresso ocasionado pelas mesmas. No entanto, as assistências externas continuam a desempenhar um papel importante na política externa dos EUA para a região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o início dos anos 1980 e abrangendo o período pós-Guerra Fria, o narcotráfico se tornou a principal diretriz da agenda de segurança dos EUA para América Latina, com maior destaque aos países andinos como Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, passando a ser uma ameaça securitizada. O fornecimento de assistências externas é visto pelo governo dos EUA como um ponto chave para a manutenção de seus interesses no exterior, sendo

assim, a América Andina recebe um número considerável de recursos provindos da assistência em segurança, tendo como foco prioritário o combate ao narcotráfico.

Durante as gestões de Barack Obama e Donald Trump, a Colômbia foi o país que mais recebeu assistência em segurança dos EUA, fato explicado pelo país ser o maior produtor de cocaína do mundo, e abrigar grupos guerrilheiros envolvidos com o narcotráfico, o que resultou na formalização do Plano Colômbia. E mesmo com o acordo de paz com as FARC, em 2016, o cultivo de coca e a produção de cocaína na Colômbia teve continuidade. O Peru, foi o segundo país que mais recebeu assistências em segurança, semelhante a Colômbia, ele também se destaca como um grande produtor de cocaína, sendo o segundo a nível mundial, e abriga o grupo guerrilheiro, Sendero Luminoso, que tem ligação com o narcotráfico.

Bolívia, Equador e Venezuela não receberam grandes montantes como a Colômbia ou o Peru. Por razões de atrito com o governo dos EUA, tiveram suas assistências canceladas ainda na gestão de Barack Obama, e no caso do Equador, foi o único dos três que teve o retorno do fornecimento em assistência em segurança, no ano de 2019.

REFERÊNCIAS

ARNSON, C. J.; TICKNER, A. B. Colombia and United States: the path of strategic partnership. *In*: DOMÍNGUEZ, J. I.; CASTRO, R. F. **Contemporary U.S.-Latin American relations**: cooperation or conflict in the 21st century?. New York: Routledge, 2016.

AVILÉS, W. "US Intervention in Colombia: the role of transnational relations". **Bulletin of Latin American Research**, vol. 27, n. 3, 2008.

BEITTEL, J. S. **Colombia**: background and U.S. relations. Washington: Congressional Research Service, 2020.

BRIGOLA, H. F. **Geopolítica das relações entre EUA e América do Sul**. Boa Vista: Editora IOLE, 2021.

BUZAN, B.; WAEVER, O.; WILDE, J. **Security**: A New Framework for Analysis. Boulder: Lynne Reinner, 1998.

CANTOR, R. V. "Colombia y Geopolítica hoy". **El Ágora USB**, vol. 12, n. 2, 2012.

FARRET, N, K. "A Securitização do Narcotráfico nos Estados Unidos e a influência no Brasil". **Conjuntura Global**, vol.3, n. 4, 2014.

FRAGA, P. C. P. "A Geopolítica das drogas na América Latina". **Revista em Pauta**, n. 19, 2007.

FILHO, A.P; VAZ, A.C. "O Brasil no contexto do narcotráfico internacional". **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 40, n. 1, 1997.

GAGNE, D. "Colombia overtakes Peru as world's top coca cultivator: UN". **Portal Eletrônico InSight Crime** [17/07/2015]. Disponível em: <https://www.insightcrime.org>. Acesso em: 24/01/2020.

JORGE, B. W. G. A. "A presença militar dos Estados Unidos na América Latina: 1993-2009". *In*: AYERBE, L. F. **De Clinton a**

Obama: políticas dos Estados Unidos para a América Latina. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

KISSINGER, H. A. **Does America Need a Foreign Policy?**: toward a diplomacy for the 21st century. New York: Simon & Schuster, 2001.

MATEO, L. R. **A ajuda externa e a formulação da estratégia internacional dos Estados Unidos a partir do 11 de setembro de 2001** (Tese de Doutorado em Relações Internacionais). São Paulo: UNESP/UNICAMP/PUC-SP, 2017.

McCLINTOCK, C. "U.S.-Peruvian relations: cooperation within the International Sistem of the twenty-first century". *In*: DOMÍNGUEZ, J. I.; CASTRO, R. F. **Contemporary U.S.-Latin American relations**: cooperation or conflict in the 21st century?. New York: Routledge, 2016.

MEYER, P. J. **U.S. foreign assistance to Latin America and the Caribbean**: recent trends and FY2016 appropriations. Washington: Congressional Research Service, 2016. Disponível em: <https://fas.org>. Acesso em: 25/06/2020.

MEYER, P. J. **U.S. foreign assistance to Latin America and the Caribbean**: trends and FY 2017 appropriations. Washington: Congressional Research Service, 2017.

MILANI, L.P. "US Foreign Policy to South America since 9/11: Neglect or Militarisation?". **Contexto Internacional**, vol. 43, n. 1, 2021.

MONTENEGRO, E. G. "Novas ameaças: abordagem a partir de uma perspectiva internacional". *In*: MATHIAS, S. K.; SOARES, S. A.

(orgs.). **Novas ameaças**: dimensões e perspectivas. São Paulo: Editora Sicurezza, 2003.

RODRIGUES, T. "Narcotráfico e Militarização nas Américas: Vício de Guerra". **Contexto Internacional**, vol. 34, n. 1, 2012.

SECURITY ASSISTANCE MONITOR. "Data: Security Aid – Pivot Table". **Portal Eletrônico Security Assistance Monitor** [2021]. Disponível em: <http://securityassistance.org>. Acesso em: 20/08/2021.

SNIDER, D. M. **The National Security Strategy**: documenting strategic vision. Carlisle: Strategic Studies Institute, 1995.

SULLIVAN, M.P.; BEITTEL, J.S.; MEYER, P.J.; SEELKE, C.R.; TAFT-MORALES, M.; VILLARREAL, M.A. **Latin America and the Caribbean**: U.S. Policy and Issues in the 116th Congress. Washington: Congressional Research Service, 2021.

U.S. DEPARTMENT OF AIR FORCE. **Military Construction Program – Fiscal Year 2010**: budget estimates. Washington: U.S. Department of Air Force, 2009.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. "U.S.-Colombia Defense Cooperation Agreement". **Portal Eletrônico U.S. Department of State** [30/10/2009]. Disponível em: <https://2009-2017.state.gov>. Acesso em: 02/02/ 2020.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. **International Narcotics Control Strategy Report - volume 1**: drug and chemical control. Washington: U.S. Department of State, 2015.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. **International Narcotics Control Strategy Report - volume 1**: drug and chemical control. Washington: U.S. Department of State, 2017.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. **International Narcotics Control Strategy Report - volume 1**: drug and chemical control. Washington: U.S. Department of State, 2021a.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. "U.S. Relations with Ecuador". **Bilateral Relations Fact Sheet**. [10/08/2021]. Disponível em: < https://www.state.gov>. Acesso em: 10/09/2021.

U.S. FOREIGN ASSISTANCE, "Foreign Assistance in Ecuador". **Portal Eletrônico U.S. Foreign Assistance** [201-?]. Disponível em: <https://www.foreignassistance.gov>. Acesso em: 14/08/2020.

THE WHITE HOUSE. **National Security Decision Directives (NSDD) – 221**, Narcotics and National Security. Washington: The White House, 1986.

THE WHITE HOUSE. **International Counternarcotics Strategy**, National Security Directive (NSD) –18. Washington: The White House, 1989.

THE WHITE HOUSE. **National Security Strategy**. Washington: The White House, 2010.

THE WHITE HOUSE. **National Security Strategy**. Washington: The White House, 2015.

THE WHITE HOUSE. "FACT SHEET: Peace Colombia – a New Era of partnership between the United States and Colombia". **Portal Eletrônico The White House** [04/02/2016]. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov>. Acesso em: 25/05/2020.

THE WHITE HOUSE. **National Security Strategy**. Washington: The White House, 2017.

SOBRE OS AUTORES

SOBRE OS AUTORES

Elói Martins Senhoras é economista, cientista político e geógrafo. Especialista, mestre, doutor e *post-doc* em Ciências Jurídicas. Pesquisador do *think tank* IOLEs e professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Website: www.eloisenhoras.com. E-mail para contato: eloisenhoras@gmail.com

Gustavo Glodes Blum é bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Curitiba (Unicuritiba). Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail para contato: g229467@dac.unicamp.br

Higor Ferreira Brigola é professor do Ensino Básico. Bacharel em Geografia e mestre em Gestão do Território pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail para contato: higorbrigola@gmail.com

Lucas Mendes Costa é professor da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais. Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). E-mail para contato: lucas.mendes.costa@unemat.br

SOBRE OS AUTORES

Marcos Antonio Fávaro Martins é graduado em Geografia. Mestre e doutor em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo (USP). Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor da Universidade Paulista (UNIP). E-mail para contato: marcosfavaro84@gmail.com

Vinicius Modolo Teixeira é geógrafo e professor da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) em programas de graduação e pós-graduação *stricto sensu*. Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail para contato: vinicius.teixeira@unemat.br

Vitor Stuart Gabriel de Pieri é graduado em Geografia e em Lazer e Turismo. Doutor em Geografia. Livre-Docente em Aspectos Geográficos aplicados ao Turismo Professor do Departamento de Turismo (DTur) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail para contato: vitorpieri@gmail.com

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A editora IOLE recebe propostas de livros autorais ou de coletânea a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano. O prazo de avaliação por pares dos manuscritos é de 7 dias. O prazo de publicação é de 60 dias após o envio do manuscrito.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimode 50 laudas. O texto deverá estarobrigatoriamente em espaçamento simples, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas dentro do corpo do texto.

A submissão do texto deverá ser realizada em um único arquivo por meio do envio online de arquivo documento em Word. O autor / organizador / autores /organizadores devem encaminhar o manuscrito diretamente pelo sistema da editora IOLE: http://ioles.com.br/editora

Copyright © Editora IOLE
2022

CONTATO

EDITORA IOLE

Caixa Postal 253. Praça do Centro Cívico

Boa Vista, RR - Brasil

CEP: 69.301-970

@ http://ioles.com.br/editora

+ 55 (95) 981235533

eloisenhoras@gmail.com

Copyright © Editora IOLE
2022